



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 33

II Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 3 de setembro de 2013

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputados Rogério Veiros (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Carlos Mendonça) e Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, iniciou-se os trabalhos com **a Verificação de poderes da Sra. Deputada Cecília do Rosário Farias Pavão.**

Após a apresentação do relatório pela Sra. Relatora da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

De seguida, passou-se para o período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários Votos:

- **Voto de Congratulação pelos 25 anos da ACRA – Associação dos Consumidores da Região Açores**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado José Andrade, usou da palavra a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues (*PS*).

Submetido à votação, o voto supracitado foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. José Enes Pereira Cardoso**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Cláudio Lopes, usou da palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Paulo Borges (*PS*), tendo o mesmo recebido a aprovação por unanimidade;

- **Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. José António Rodrigues de Melo**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tendo o voto sido apresentado pelo Sr. Deputado Joaquim Machado, usou da palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Carlos Mendonça (*PS*).

Submetido à votação, o voto supracitado foi aprovado por unanimidade.

De seguida, apresentaram Declarações Políticas os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Luís Silveira (*CDS-PP*).

Sobre a primeira, usou da palavra o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*); tendo, sobre a segunda, proferido intervenções os Srs. Deputados Rogério Veiros (*PS*), António Pedroso (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*).

No Tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante proferiram intervenções os Srs. Deputados Renato Cordeiro (*PSD*), tendo sobre a mesma usado da palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira (*PS*) e o Sr.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), e José San-Bento (*PS*).

De seguida, passou-se à **Agenda da Reunião**.

1 - Proposta de Resolução n.º 5/X – “Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2014”, apresentada pela Mesa da ALRAA.

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

2 - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/X – “Cria o Instituto da Segurança Social dos Açores”.

Apresentado o diploma pela Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*), participaram no debate os Srs. Deputados João Bruto da Costa (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*) e Arlinda Nunes (*PS*).

Em votação final global, o diploma foi aprovado por maioria.

Após a votação, proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

3 - Projeto de Resolução n.º 20/X – “Bolsas de Investigação Científica”, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Zuraída Soares, usaram da palavra para participar no debate os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Graça Silveira (*CDS-PP*), António Ventura (*PSD*), Catarina Moniz Furtado (*PS*), Paulo Borges (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Joaquim Machado (*PSD*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

4 - Petição n.º 14/2012 – “Pelos Crianças que consomem álcool nos Açores”, apresentada por João Paz Soares Botelho, na qualidade de primeiro subscritor.

Após a apresentação do relatório da Comissão Parlamentar de Assuntos Sociais pela Sra. Relatora, Sra. Deputada Renata Correia Botelho (*PS*), intervieram os Srs. Deputados Luís Maurício (*PSD*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*).

5 - Petição n.º 3/X – “Contra o desmantelamento do Sistema Científico dos Açores”, apresentada por Luís Silva, na qualidade de primeiro subscritor.

Apresentado novamente o relatório pela Sra. Deputada Renata Correia Botelho (*PS*), usaram da palavra as Srs. Deputados Catarina Moniz Furtado (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), Joaquim Machado (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Graça Silveira (*CDS-PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 05 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, muito bom dia a todos.

Iniciamos hoje a nossa segunda sessão legislativa. Desejo a todos nós um bom trabalho e passo agora a palavra ao Sr. Secretário para a chamada.

Eram 10 horas e 09 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha **Nunes**
Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**
Berto José Branco **Messias**
Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**
Catarina Paula **Moniz Furtado**
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Iasalde Fraga **Nunes**
Isabel Maria Duarte de **Almeida Rodrigues**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Miguel António Moniz **Costa**
Paulo Alexandre Vieira **Borges**
Renata **Correia Botelho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral** Reis
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Humberto Trindade Borges de Melo

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Joaquim Ferreira Machado

José Maria de Medeiros de Andrade

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria Judite Gomes Parreira

Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro

Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Maria da Graça Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário. Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, antes de entrarmos na Agenda da Reunião, temos um ponto prévio referente à verificação de poderes da Sra. Deputada Cecília Pavão.

Peço à Sra. Relatora da CAPAT o favor de ler o relatório.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER RELATIVO À VERIFICAÇÃO DE PODERES DA CANDIDATA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES CECÍLIA DO ROSÁRIO FARIAS PAVÃO

Capítulo I

INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 2 de setembro de 2013, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta.

Da agenda da reunião constava a emissão de parecer relativo à verificação de poderes da candidata à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Cecília do Rosário Farias Pavão.

Estiveram presentes os Deputados Francisco Coelho (Presidente), Isabel Almeida Rodrigues (Relatora), José Andrade (Secretário), Graça Silva, Arlinda Nunes, em substituição do Deputado Luis

Maciel, Marta Couto, em substituição da Deputada Cláudia Cardoso, Benilde Oliveira, em substituição do Deputado Pedro Moura, Paulo Borges, Joaquim Machado, Luis Garcia, Luis Rendeiro, Graça Silveira, em substituição do Deputado Luis Silveira, e Aníbal Pires.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O n.º 1 do artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro (Regime de Execução do Estatuto dos Deputados), estabelece que, em caso de vacatura “o deputado será substituído pelo primeiro candidato não eleito na respetiva ordem de precedência da mesma lista”. De acordo com o disposto no n.º 5 do mesmo dispositivo legal, a substituição de deputado, em caso de vacatura, depende de requerimento da direção do grupo parlamentar ou de órgão competente do partido ou, ainda, do candidato com direito a preencher o lugar vago.

Nos termos do disposto no artigo 70.º, n.º 2 do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, constitui competência da Assembleia Legislativa proceder à verificação dos poderes dos seus membros.

A verificação de poderes consiste na conferência da identidade do Deputado e na apreciação da regularidade formal do mandato, através da verificação da elegibilidade e de quaisquer incompatibilidades, tal como dispõe o artigo 8.º, n.ºs 1 e 2 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de novembro.

Capítulo III

VERIFICAÇÃO DOS PODERES DO DEPUTADO

Por ofício dirigido a Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 28 de agosto de 2013, e na sequência da suspensão do respetivo mandato pelo Deputado José António Vieira da Silva Contente, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º do citado Estatuto dos Deputados e pelo período compreendido entre os dias 1 e 16 de setembro de 2013, e da suspensão dos respetivos mandatos pelos candidatos Cristina de Fátima Silva Calisto Decq Mota e Bruno Miguel Correia Pacheco, a Direção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista comunicou que a vaga será preenchida pela candidata Cecília do Rosário Farias Pavão, com efeitos à data de 1 de setembro de 2013.

Compulsada a ata de apuramento geral do resultado da eleição para a Assembleia Legislativa realizada a 14 de outubro de 2012, o mapa oficial de resultados e as listas definitivas de candidatos, e considerando a ordem de precedência na respetiva lista, há que proceder à verificação dos poderes da candidata Cecília do Rosário Farias Pavão, a qual, nos termos das já citadas normas do Estatuto dos Deputados deverá substituir o Deputado José António Vieira Contente.

A candidata Cecília do Rosário Farias Pavão não apresenta qualquer situação de inelegibilidade ou incompatibilidade.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os Grupos Parlamentares do PS, do PSD e do CDS/PP e o Deputado da Representação Parlamentar do PCP consideram estar verificada a elegibilidade e que não se verifica qualquer situação de incompatibilidade.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho considera, por unanimidade, elegível a candidata Cecília do Rosário Farias Pavão, e que a mesma não se encontra em situação de incompatibilidade, podendo assumir o mandato à data da suspensão do mandato do Deputado que substitui, ou seja, a 1 de setembro de 2013.

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do citado Regimento, o presente Relatório, depois de apresentado e discutido, é votado pela Assembleia Legislativa.

Horta, 2 de setembro de 2013

A Relatora, *Isabel Almeida Rodrigues*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Francisco Coelho*

Presidente: Muito obrigada, Sra. Relatora.

Estão abertas as inscrições. Não havendo, vamos então passar de imediato à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O relatório de verificação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Verificados os poderes, convidava então a Sra. Deputada Cecília Pavão a ocupar o seu lugar. Seja bem-vinda, Sra. Deputada.

A si e à Sra. Deputada Graça Silveira desejo a ambas bom trabalho.

Vamos então iniciar o PTAP a que está reservada a nossa manhã de trabalhos.

Começamos com a apresentação dos votos de congratulação pelo PSD.

Para apresentação de um voto de congratulação pela passagem dos 25 anos da Associação dos Consumidores da Região Açores, tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

25 anos da Associação dos Consumidores da Região Açores

Todos nós somos consumidores e, portanto, a defesa dos nossos direitos é tarefa de interesse público.

Foi para isso que nasceu uma associação há 25 anos e é por isso que o seu quarto de século merece a nossa congratulação.

A ACRA – Associação dos Consumidores da Região Açores foi fundada em 1988. A sua criação foi aprovada em assembleia geral de 13 de abril na sede da UGT Açores e a sua constituição foi formalizada por escritura pública de 19 de julho no Cartório Notarial de Ponta Delgada.

Pessoa coletiva de direito privado e de utilidade pública, sem fins lucrativos, funciona desde então em instalações cedidas pela Câmara Municipal de Ponta Delgada na Rua de São João e instituiu entretanto secretariados executivos em Angra do Heroísmo e na Horta.

Tem por objeto principal a defesa dos direitos e legítimos interesses dos cidadãos consumidores seus associados, mas também dos consumidores em geral nas 9 ilhas dos Açores.

No âmbito da sua atividade, promove ações públicas de sensibilização e formação, elabora pareceres e estudos sobre matérias relevantes na ótica do consumidor, presta aconselhamento e apoio jurídico aos associados, desenvolve testes e análises sobre o preço e a qualidade de bens e serviços do mercado regional, organiza sessões de informação e debate sobre os interesses gerais do consumidor açoriano.

Tanto atua na defesa dos direitos individuais de cada associado como age coletivamente pela justiça e proteção de todos os consumidores.

Prontamente apadrinhada e geralmente apoiada pelo Instituto de Defesa do Consumidor e pela DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, a ACRA é uma das instituições pioneiras em Portugal.

José da Conceição Nunes foi o seu fundador, o seu sócio nº1 e o seu Secretário-Geral durante os primeiros 10 anos. Mário Agostinho dos Reis, o seu primeiro vice e sócio nº83, é o dirigente executivo dos últimos 15 anos.

A ACRA conta atualmente mais de 4.000 associados e recebe em cada ano uma média de 400 reclamações de consumidores açorianos.

O quarto de século da sua atividade ininterrupta de caráter altruísta foi publicamente assinalado em conferência organizada com o Centro de Estudos Jurídico-Económicos da Universidade dos Açores, que mereceu a participação do constitucionalista Jorge Miranda, no dia 19 de julho em Ponta Delgada.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Congratulação**

pelos 25 anos da ACRA – Associação dos Consumidores da Região Açores, do qual deve ser dado conhecimento formal à instituição aniversariante, reconhecendo a valia do trabalho desenvolvido.

Horta, Sala das Sessões, 3 de agosto de 2013

Os Deputados Regionais, *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, José Andrade, Luís Garcia e Bruno Belo*

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Isabel Rodrigues, tem a palavra.

(*) Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se naturalmente a este voto e saúda os 25 anos da Associação de Consumidores da Região Autónoma dos Açores pelo importantíssimo trabalho que a mesma vem desenvolvendo, quer ao nível da sensibilização, da formação dos seus associados, dos cidadãos em geral e também ao nível do apoio direto aos associados.

Muitas vezes as associações de consumidores complementam e vão além da ação de fiscalização dos poderes públicos e desempenham assim um papel de evidente interesse público, na sequência do qual esta associação tem sido regularmente apoiada pelo Governo Regional dos Açores, como não poderia deixar de ser.

O Partido Socialista estima assim que a Associação de Consumidores dos Açores continue a desenvolver o meritório trabalho que tem desenvolvido até agora.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O presente voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos agora à apresentação de um voto de pesar pelo falecimento do Dr. José Enes Pereira Cardoso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Falecimento do Doutor José Enes Pereira Cardoso

No passado dia 1 de agosto do corrente ano, faleceu em Lisboa, José Enes Pereira Cardoso.

Natural das Lajes do Pico e nascido a 18 de agosto de 1924, José Enes termina aos 89 anos de idade, uma vida cívica e uma carreira profissional, brilhantes, que o distinguiram como o mais importante pensador açoriano, posterior a Antero de Quental e Teófilo de Braga e um dos mais importantes filósofos portugueses do século XX.

Formou-se em escolástica tomista na Universidade Gregoriana de Roma entre 1945 e 1950 e mais tarde entre 1964 e 1966.

Foi Professor da Universidade Católica Portuguesa entre 1968 e 1973 e a partir de 1976 foi Professor, Fundador e 1º Reitor da Universidade dos Açores, jubilandando-se como vice-Reitor da Universidade Aberta, cargo que exerceu entre 1992 e 1994.

Notabilizou-se principalmente na área da Filosofia e do ensino, tendo publicado em meio século de vida literária sete livros.

Nas palavras do antigo Reitor da Universidade dos Açores, Vasco Garcia, «*José Enes foi um Homem sábio, um hábil negociador e um diplomata com uma persistência notável. Sem ele não acredito que tivesse havido Universidade dos Açores*». Citei.

Ao longo da sua vida e em reconhecimento da importância do seu trabalho e do seu pensamento estratégico, recebeu diversas condecorações e Homenagens entre elas: a Medalha de Ouro e Gratidão pelo Corpo Nacional de Escuteiros; o agraciamento, em 1964, pelo Chefe de Estado Português com o “Oficialato da Ordem do Infante”, por serviços prestados a Bem da Nação no Arquipélago dos Açores; o agraciamento, em 1983, pelo Presidente da República com o Grau de “Grande Oficial da Ordem da Instrução Pública”; em 1992 o Município de Ponta Delgada concedeu-lhe o Diploma de Cidadão Honorário de Ponta Delgada; em 1994 recebeu a Medalha de Honra da Universidade Aberta; em 1999 a Câmara Municipal das Lajes do Pico atribuiu-lhe o Título de Cidadão Honorário e em 2007 foi agraciado pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores com a Insígnia Autónómica de Reconhecimento.

Foi o autor da letra “Montanha”, tema que o maestro Emílio Porto musicou e é hoje interpretado pelo Grupo Coral das Lajes do Pico, que é considerado uma verdadeira declaração de amor à sua Terra Natal.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o grupo parlamentar do PSD apresenta o presente voto de pesar pelo falecimento do Doutor José Enes, enaltecendo tudo quanto foi e representou para o desenvolvimento e progresso dos Açores, ao longo da sua intensa e dedicada vida pública, particularmente no domínio do ensino e da reflexão intelectual açoriana, expressando o mais profundo pesar pelo desaparecimento de tão insigne figura açoriana.

Horta, sala das sessões, 3 de setembro de 2013

O Grupo Parlamentar do PSD, *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Cláudio Lopes, José Andrade e Bruno Belo*

Deputados Duarte Freitas e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Paulo Borges, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Borges (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria apenas anunciar que o Grupo Parlamentar do PS está a preparar igualmente um voto de pesar que irá apresentar nos próximos dias.

Obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A gente regista o anúncio!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O presente voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a apresentação de um voto de pesar referente ao falecimento de José António Rodrigues de Melo, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

José António Rodrigues de Melo

No passado dia 20 de agosto faleceu em Ponta Delgada o Dr. José António Rodrigues de Melo. Nascido há 67 anos na Lomba da Fazenda, José António Melo, como habitualmente era conhecido no seu meio profissional e de amizade, foi o primeiro presidente eleito da câmara municipal do Nordeste, após a instauração da democracia no nosso país.

Apesar de residir em Ponta Delgada, desempenhou com todo o empenho, rigor e entusiasmo essa missão de serviço autárquico na defesa do progresso da sua terra e das gentes nordestenses, quando em 1976 a viagem se fazia por uma penosa estrada durante duas horas, em cada sentido. E todos os dias o diligente presidente se apresentava nos paços do concelho, sempre pronto e disponível para atender os seus concidadãos e decidir em favor do desenvolvimento que o regime deposto sempre negara ao Nordeste.

O mandato foi interrompido em 1979 quando José António Melo abraçou um novo desafio, incompatível com o desempenho e espírito de serviço que presidia às suas funções autárquicas, a direção dos serviços médico-sociais de Ponta Delgada, no âmbito da Segurança Social, onde veio a desenvolver uma brilhante e dedicada carreira de dirigente. Neste cargo, aliás, prosseguiu o exercício das suas responsabilidades profissionais com a visão humanista que lhe determinavam as convicções pessoais e morais, de dedicação às causas sociais.

Licenciado em Gestão e Organização de Empresas, pela Universidade dos Açores, José António Melo esteve também ligado aos Lions de S. Miguel e à Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada.

E representou o círculo eleitoral de S. Miguel na casa-mãe da nossa Autonomia, aqui fazendo, como sempre, uso do seu fino trato, da sua vasta cultura e do consenso político e social que norteou a sua vida.

Nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de José António Rodrigues de Melo, e que do mesmo se dê conhecimento à sua Família, à Câmara Municipal do Nordeste, Lions Clube de S. Miguel e Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada.

Horta, Sala das Sessões, 03 de setembro de 2013

Os Deputados, *Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Bruno Belo, Joaquim Machado e José Andrade*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Carlos Mendonça, tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Mendonça (PS): Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista, como é lógico, associa-se ao voto de pesar do PSD referente ao Sr. Dr. José António Rodrigues de Melo, conhecido entre os familiares e amigos no Nordeste como José António ‘Xumeca’. Amanhã o Partido Socialista também irá apresentar um voto com o mesmo teor.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O presente voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora às declarações políticas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os primeiros Parlamentos Liberais da História criaram o sistema de imunidades parlamentares. Este mecanismo de salvaguarda da independência parlamentar foi concebido como uma forma de proteger os membros dos parlamentos dos abusos do poder executivo, salvaguardando a sua liberdade e independência.

Quase três séculos depois, todos os parlamentos democráticos do mundo mantêm sistemas de imunidade que garantem aos deputados autonomia, liberdade e independência no âmbito do desempenho dos seus cargos. A não ser assim, os deputados estariam completamente à mercê de governos pouco respeitadores do pluralismo político e de grupos de interesse que poderiam facilmente asfixiar os parlamentares com intermináveis processos judiciais.

Neste âmbito, o artigo 97.º do nosso Estatuto Político-Administrativo refere que “o Estatuto dos Deputados à Assembleia da República é aplicável aos Deputados à Assembleia Legislativa no que se refere aos direitos, regalias e imunidades constitucional e legalmente consagrados, com as necessárias adaptações e de acordo com as especificidades consagradas no presente Estatuto e no respetivo regime legal de execução”. Ora o regime de imunidades que a Constituição consagra garante, entre outras coisas, “que os deputados não respondem civil, criminal ou disciplinarmente pelos votos e opiniões que emitirem no exercício das suas funções”.

Sucedem que a ditadura política que nos governa, há quase 17 anos, encontrou uma forma de tentar condicionar a liberdade de expressão e de decisão dos deputados: se não é possível perseguir disciplinarmente os deputados pelas suas opiniões, perseguem-se as suas mulheres e os seus filhos. O efeito pretendido pelos torcionários do regime é o mesmo.

É esse tipo de coação política que este regime e os seus pides de serviço estão a tentar exercer sobre mim e a minha família, no caso a minha mulher e o meu filho mais novo. Nunca me cansarei de denunciar desta tribuna a brutal perseguição política que desde há 14 meses o aparelho repressivo do regime está a realizar à minha mulher na qualidade de Presidente do Conselho Executivo da Escola Mouzinho da Silveira.

Não se trata de um assunto particular. Para mim trata-se de denunciar práticas pidescas que procuram condicionar a minha liberdade e a autonomia política do partido a que presido. A mensagem que quero transmitir é que é melhor desenganarem-se. Nada logrará condicionar alguma vez a minha liberdade de pensamento e a autonomia das minhas decisões. Para me calar terão de, pura e simplesmente, apostar em algo mais drástico e definitivo. Não bastará derrotar-me politicamente. Escrevi um livro a denunciar o carácter não democrático deste regime quando ainda não era deputado e não me vou calar depois de deixar de o ser.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A perseguição política miserável que este Governo está a exercer sobre a minha mulher revolta-me profundamente. Jamais esquecerei o que lhe estão a fazer. O processo que, veja-se, se iniciou em julho de 2012, é uma fantochada da pior espécie. A acusação foi elaborada ao pior estilo da literatura de cordel. Um conjunto de historietas miseráveis, repugnantes, ridículas e, claro está, falsas.

Vou dar uns exemplos. A páginas tantas, a minha mulher é acusada de favorecer o próprio filho. Prova arrolada pela acusação: a afixação, por parte da equipa do meu filho mais novo, de um panfleto A4 a cores no âmbito da eleição dos deputados para o Parlamento Jovem. A outra

equipa afixou um cartaz a preto e branco. A equipa com o cartaz a cores ganhou as eleições.

(Risos de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e BE)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é pior que a PIDE!

O Orador: Note-se que em nenhum momento a minha mulher teve qualquer participação ou conhecimento deste episódio, nem tão pouco a inspeção educativa o refere ou prova. Qual foi, no entanto, a brilhante conclusão da inspeção educativa: a Presidente do Conselho Executivo favoreceu o seu próprio filho.

Tenho aqui a cópia do crime.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mostre, mostre!

O Orador: Este panfleto: “Vota na lista A! Se com a crise queres acabar, na lista A tens de votar!”

Devo dizer que se este episódio fizer jurisprudência, não me resta outra coisa senão queixar-me à inspeção educativa dos grandes e coloridos cartazes que o PS colocou um pouco por todo o país.

Só mais uma pérola. A minha mulher é acusada de ser cúmplice do sentido de humor, um pouco castrense e rústico – é verdade! –, de uma funcionária escolar que trabalha na escola há mais de 40 anos. A mesma que praxa todos os políticos logo à entrada da Vila do Corvo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É verdade, sim senhor!

O Orador: A inspeção constatou que não existem queixas a respeito da referida funcionária, mas acusa na mesma, com base no seguinte e gravíssimo indício: a Presidente do Conselho Executivo é, ao que dizem, amiga da veterana funcionária.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Bom, mas nesse caso é preciso mandar prender o anterior Presidente do Governo (ela era amiga do Carlos César),...

(Risos de alguns Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP)

...o Vice-Primeiro-Ministro Paulo Portas, o Presidente da Câmara Municipal do Corvo, todos os responsáveis da escola desde o Estado Novo e mais 99% da população da ilha. Sim, porque amigos não lhe faltam.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Podia, meus senhores, continuar a divertir-vos com mais acusações deste teor. Quando se leem este tipo de idiotices, o melhor remédio é mesmo levar as coisas com humor para evitar pensar por que razão anda este tipo de gente a desempenhar funções de tanta responsabilidade, com poder para prejudicar tão seriamente a vida dos outros.

As restantes acusações têm o mesmo nível de paródia e de intriga infantil. Imaginem que o Mário Soares decide dizer tudo o que pensa realmente do Ramalho Eanes. Ou que se deixa o Passos Coelho descrever, sem contraditório e com um auditório rendido, a sua história com o Tribunal Constitucional. Que lugar ocuparão nestas histórias a intriga, a alucinação, a mesquinhice, a vingança e a intrujice? Querem imaginar o guião da acusação à minha mulher? Vejam o *Big Brother*! É essa a verdadeira vocação perdida da guionista da Inspeção Regional de Educação.

Mas este Governo não só pactua com o ridículo para acusar, como também protege e incentiva a mais vergonhosa coação. Algumas das testemunhas foram interrogadas durante mais de quatro horas, ao longo do qual a Inspeção Regional de Educação as coagiu a assinarem uma versão dos factos previamente escrita. É por isso que nem sequer mudam as vírgulas em alguns dos testemunhos arrolados. Outros, por exemplo os funcionários da escola, foram repetidamente ameaçados, por via telefónica, com a abertura de processos disciplinares. Foi assim ao longo de meses, com a total cumplicidade – eu diria mesmo, comando político – do Governo Regional.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Entrámos já no 15.º mês deste processo inacreditável. Quantos de vocês conseguem imaginar o desgaste e a revolta que resulta ser vítima de uma farsa deste género. Conseguem Vs. Exas imaginar o sentimento de culpa que carrego neste assunto? Eu sei que a minha mulher está a ser vítima de um processo que me é politicamente dirigido. Eu sei que tudo isto terminaria se eu abandonasse o meu lugar de deputado. Mas não o posso fazer. Conheço-me o suficiente para saber que nunca conseguiria viver com a humilhação de ter desistido. Pelo contrário! Vou fazer tudo para que este episódio possa significar o princípio do fim deste regime cada vez mais afastado da observância dos princípios democráticos e de um mínimo de decência. Um regime que é forte com os pequenos e fraco com os fortes.

Meus senhores, não pensem que este assunto não vos diz respeito.

Recordem a História. Ninguém está a salvo e a hora da perseguição acaba por chegar sempre, a quase todos, nas ditaduras. Lembrem-se daquele poema que é dito assim:

“Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não sou negro

Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário

Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável

Depois agarraram uns desempregados
Mas como eu tenho o meu emprego
Também não me importei

Agora levam-me
Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo.”

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O homem da luta anti fascista não vai falar?

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): A opinião é sua!

Presidente: Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional e Sr. Vice-Presidente:

Quando aqui são usadas expressões como “medo”, “aparelho repressivo”, “práticas pidescas”, “coação”, “ameaças”, o Governo Regional não tem nada a dizer sobre isto?

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): É porque é mentira!

O Orador: O Governo Regional não tem nada a dizer sobre isto quando se usam termos como os que aqui foram usados, presumo que de uma forma séria, até sentida e condoída?

O Governo Regional, quando foi provado que se baseou em cartas anónimas, o ridículo da acusação do Parlamento Jovem que foi aqui mostrado onde se repete “ameaça”, “coação”, “práticas pidescas”, “medo”, “aparelho repressivo”, remete-se ao silêncio.

Portanto, Sr. Secretário Regional da Educação, quem cala, consente.

Presidente: Agora sim, não há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não me é fácil trazer este tipo de assuntos a este Parlamento,...

Deputado José San-Bento (*PS*): Já é a segunda vez!

O Orador: ...mas vou trazê-lo repetidamente, porque se trata de uma questão de liberdade e trata-se de uma questão de demonstrar todos os

dias, em todas as sessões, que não me deixo condicionar. Que não me deixo condicionar!

Este processo é uma vergonha, Srs. Deputados!

Aliás, o Sr. Deputado Artur Lima, com a coragem política que demonstra, e a Sra. Deputada Zuraida Soares também, trouxeram aqui um outro caso de uma inspetora que estava com um processo e que se queixava de perseguição.

O que é que aconteceu?

Não foi noticiado, mas acontece que esse processo foi arquivado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não foi!

O Orador: Esse processo, depois dessa intervenção aqui, foi arquivado. Depois de alguns Membros do Governo o terem diferenciado, ou pelo menos, é essa a informação que tenho.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não foi! Está a mentir, Sr. Deputado!

O Orador: Mas o que é importante dizer é que assumi aqui, com coragem política, o seguinte: o que disse e mantenho é que se a minha mulher vier a ser condenada nos tribunais eu me demito das minhas funções. É isto que aqui digo. Quando trago este caso, não o trago de forma gratuita, trago com toda a coragem e com toda a frontalidade, assumindo as responsabilidades se não se vier a provar a sua inocência. Assumindo essa responsabilidade!

Mas meus senhores, vou estar aqui pelo menos 3 anos para em todas as sessões, todos os dias, pedir ao Governo Regional responsabilidades políticas por este martírio. Já leva 15 meses que estes senhores fazem uma perseguição política gratuita...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ...à minha mulher.

Todos os dias! Não terão descanso. As vossas consciências não terão descanso. E meus senhores, repito: não o digo gratuitamente. Confio nos tribunais portugueses, confio que a decisão será essa. Assumo as minhas responsabilidades, mas não deixarei de imputar essas responsabilidades ao Governo Regional, quando chegar esse momento, quando existir essa responsabilidade. Conto, por parte dos tribunais portugueses, com uma decisão,...

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: ...porque neste momento os tribunais portugueses são a última fronteira que nos separa de uma ditadura absoluta que se vive nos Açores.

Deputado Francisco Coelho (PS): Viva o Tribunal Constitucional!

Presidente: Sr. Deputado, informo que terminou o seu tempo.

Sra. Deputada Zuraída Soares, inscreveu-se para intervir no debate?

Tem a palavra.

Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não pode! Já acabou o debate. Como é que pode intervir?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: O debate já acabou!

Presidente: Tem razão.

As inscrições são feitas antes do declarante finalizar o debate.

Deputada Zuraída Soares (BE): Eu não sabia que o declarante tinha encerrado o debate!

Presidente: Peço desculpa. A Mesa vai esclarecer.

Só dei a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, porque efetivamente não havia mais inscrições e ele tem direito a usar da palavra para encerrar o debate. Por isso, não lhe posso dar a palavra agora.

Passamos então à próxima declaração política. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira, pelo CDS.

(Neste momento, o Deputado Rogério Veiros foi substituído na Mesa pelo Deputado Carlos Mendonça)

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Infelizmente volto a esta tribuna para constatar a triste realidade económica e social da ilha de São Jorge.

Nos últimos anos, temos ouvido os governantes e os que pertencem ao partido do poder, fazer muitas promessas, ter grandes ideias, mas fazer muito pouco.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é só em São Jorge!

O Orador: Fruto das sucessivas políticas socialistas hoje São Jorge tem um sector cooperativo tecnicamente falido;

Uma Indústria Conserveira com um passivo insustentável, com prejuízos de centenas de milhares de euros;

Os pescadores desesperam e empobrecem porque a SATA não tem capacidade de resposta para escoar o pescado fresco da ilha em tempo adequado à sua rentabilidade;...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Uma Escola Profissional em colapso financeiro;

O sector da construção civil manda diariamente pessoas para o desemprego;

Os edifícios das antigas escolas estão abandonados, vandalizados e degradados nos centros das freguesias e os alunos “apertados” em escolas

e salas sem o mínimo de condições adequadas ao bom desempenho escolar;

O verão turístico não foi mau em termos de visitantes, mas foi péssimo em termos de transportes marítimos;

Os processos para apoio à recuperação de habitação degradada acumulam-se em cima das mesas do departamento do Governo competente, nem sequer se dignando os responsáveis a dar resposta aos cidadãos afetados;

Os serviços de saúde são uma verdadeira anedota com equipamentos avariados, reformas que são, deixam de o ser e quando consumadas só prejudicam os utentes, que andam aos trambolhões entre as Velas e a Calheta para fazer exames.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Estes são apenas alguns dos principais problemas que afetam a economia e a vida social da população em São Jorge.

Para uma ilha com os constrangimentos geográficos de São Jorge a governação socialista tem sido uma excelente forma de promover a desertificação e o regresso à emigração.

Os agricultores esperam meses para receber o leite que entregam na fábrica, porque a solução milagrosa que o Governo Regional socialista encontrou para o sector cooperativo, com a unificação, só tem promovido o aumento da dívida;

Os pescadores chegam a terra e têm uma lota onde escasseia o gelo e uma companhia aérea que não aceita reservas de carga durante praticamente todo o verão, porque anda com os aviões sem capacidade de carga.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os turistas ficam fascinados com as belezas naturais da ilha e do Triângulo, mas levam a pior imagem possível de uma rede de transporte

marítimo de passageiros que custa milhões ao erário público e falha sucessivamente nas principais alturas (recorde-se apenas que na Semana Cultural de Velas o Express Santorini avariou deixando de levar à Ilha centenas de pessoas...

Deputado José San-Bento (PS): O Governo é que avariou o barco!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Culpa do Governo!

O Orador: ...e o Expresso do Triângulo esteve em pleno mês de agosto avariado);

Os mais carenciados esperam, nalguns casos há 3, 4 e 5 anos, por uma simples resposta sobre o processo de apoio à recuperação de habitação degradada; existem dezenas de casos que não atam nem desatam; ao menos que dissessem às pessoas que não podem ou não querem ajudar;...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Há eleições! Não se pode dizer isso!

Iam dizer isso na véspera de eleições?!

O Orador: A Indústria Conserveira de Santa Catarina ganha os primeiros prémios de concursos internacionais, mas, de ano para ano, aumenta o passivo financeiro, porque o Governo Regional socialista não resolve o problema do seu passivo;...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: No sector da saúde é, mais ao menos, a teoria do caos: o Governo Regional fechou os postos de saúde de Manadas, Rosais e Santo Amaro (mas depois fez um documento de reestruturação onde dizia pretender abri-los! – porém, continuam encerrados);...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Os serviços de radiologia continuam há meses dependentes do Centro de Saúde da Calheta, pois nas Velas o Raio-X está avariado há longo tempo;...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma vergonha!

O Orador: A Escola Profissional de São Jorge, um extraordinário instrumento que deveria estar ao serviço do desenvolvimento económico da ilha, está “entulhada” em dívidas e sem qualquer apoio do Governo Regional (aliás, há pouco tempo, o PS chumbou nesta Assembleia uma proposta do CDS para apoiar aquela instituição)...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Lamentável!

O Orador: Mas o mesmo PS que não assume a responsabilidade socialista na gestão da Escola Profissional, não a apoia ao mesmo tempo que lhe faz “concorrência” desleal ao mandar abrir cursos técnico-profissionais na Escola Básica e Integrada das Velas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É só politiquice!

O Orador: Não se percebe esta gestão socialista.

- O Governo Regional compra, mas não paga as dívidas;
- Unifica cooperativas e depois abandona-as à sua sorte;...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: - Dá apoios específicos ao escoamento de produtos das “Ilhas da Coesão”, mas não assegura o escoamento rápido e eficaz dos mesmos produtos;

- Não apoia a Escola Profissional que definha por ação socialista, mas faz-lhe concorrência direta;...

Deputado José San-Bento (PS): Está tudo mal!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Correto!

O Orador: - Mandou fechar infraestruturas nas freguesias, que estão abandonadas, e nada faz para combater a desertificação destas localidades;...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: - Gasta milhões de euros em barcos velhos (que estão sempre avariados), ao mesmo tempo que anuncia novos navios que tardam em aparecer;

- Acentua a promoção turística da ilha, ao mesmo tempo que não assegura boas e eficazes acessibilidades;

- Esta é uma governação que parece só ter um objetivo: fechar a ilha de São Jorge!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Da nossa parte, pela nossa Terra, vamos fazer tudo o que for possível para melhorar a qualidade de vida aos Jorgenses. Não aceitamos, não nos conformamos com a estagnação promovida pelo Partido Socialista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Arrasador!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS-PP e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Recordo que se devem inscrever agora.

Sr. Deputado Rogério Veiros, tem a palavra.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Depois deste discurso em tom comicieiro de pré campanha eleitoral,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olha quem fala! De quem vem o recado! Santa Maria Madalena, rogai por nós!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Espelho meu, espelho meu...

O Orador: ...nós gostaríamos aqui de ressaltar algumas matérias.

Sr. Deputado Luís Silveira, o momento que todos vivemos (a conjuntura internacional, a conjuntura europeia, a conjuntura nacional e a conjuntura regional), todos nós sabemos que não vivemos no melhor dos mundos e que temos grandes dificuldades e grandes desafios pela frente.

Agora esses desafios, essas dificuldades, ultrapassam-se com trabalho, com empenho, com dedicação e com um discurso coerente e realista para conseguirmos todos juntos ultrapassar as grandes dificuldades que se nos deparam.

Sr. Deputado Luís Silveira, este ano é voz comum nos Açores e também em São Jorge que os números do turismo aumentaram,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é o caso da Graciosa!

O Orador: ...que as pessoas estão mais satisfeitas com o fluxo turístico para os Açores. Estão satisfeitas.

Apesar da conjuntura nacional, da crise nacional e daquilo que é a austeridade pela austeridade do Governo PSD/PP, nós, nos Açores, estamos a conseguir, junto com os hoteleiros, junto com o setor, dar a volta a uma situação e a um problema que há bastante pouco tempo nem a oposição acreditava que éramos capazes de conseguir, todos nós açorianos, ultrapassar.

Mas, Sr. Deputado Luís Silveira, qualquer turista, seja nacional ou internacional, que ouça o seu discurso jamais pretenderia visitar a sua ilha, porque o seu discurso é o discurso do caos, o discurso do bota abaixo, o discurso da desgraça.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor é do engano!

O Orador: Sr. Deputado, nós temos grandes desafios em São Jorge para ultrapassar. Temos, sim senhor! Mas temos também muito trabalho feito.

O senhor fala em transportes marítimos.

Há bem pouco tempo, Sr. Deputado, não foi há muito tempo, nós não tínhamos duas ligações marítimas por dia à ilha de São Jorge. Hoje temos. Hoje temos duas ligações diárias de barco à ilha de São Jorge que estão a permitir uma melhor coesão económica nas ilhas do Triângulo.

É preciso fazer mais? É, sim senhor! Mas este Governo tem ido no bom caminho nessa matéria.

O Sr. Deputado Luís Silveira vem falar do passivo da Santa Catarina.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Não diminuiu!

O Orador: Primeiro, aconselhava-o a ler as contas, porque o passivo diminuiu.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Venderam património!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas diminuiu ou não diminuiu?

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Mas venderam património!

O Orador: Segundo, Sr. Deputado, o passivo da Santa Catarina diminuiu. É uma questão de saber ler as contas.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Não diminuiu!

O Orador: Além disso, queria dizer-lhe outra coisa, Sr. Deputado. Há pouco tempo nós tínhamos pessoas a trabalhar com 8 meses de ordenados em atraso. Funcionárias da Santa Catarina que precisavam dos seus ordenados para ajudarem a sustentar as suas famílias com 8 meses de ordenados em atraso. Hoje temos uma fábrica que melhorou os seus rácios de produtividade, temos os ordenados em dia e temos uma fábrica que orgulha todos os açorianos pelos prémios de excelência e pelos prémios que conquista a nível nacional. É esse o caminho: a produção da excelência. É esse o trabalho que os socialistas estão a fazer junto de

quem trabalha todos os dias naquela fábrica para o sucesso da nossa ilha. Não é com o seu discurso que nós vamos lá, Sr. Deputado.

Relativamente a outras matérias, Sr. Deputado, nós temos uma ilha onde temos investido muito nos últimos anos.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Sim, sim!...

O Orador: Temos investido em melhores acessibilidades, num melhor aeroporto, temos investido em melhores estruturas na agricultura, em melhores estruturas na pesca. Precisamos de continuar a investir e precisamos de corrigir aquilo que está mal, mas é com um discurso mais coerente, com um discurso mais positivo, com um discurso mais realista que todos nós conseguimos lá chegar. Não é com esse seu discurso, Sr. Deputado, que os açorianos e os jorgenses, neste particular, conseguem ultrapassar as grandes dificuldades e os grandes desafios que temos pela frente. Mas nós, socialistas, acreditamos (como sempre acreditámos, e continuaremos a acreditar), junto com os jorgenses, conseguir tornar São Jorge uma ilha cada vez melhor e uma Região cada vez mais apetecível, onde todos os açorianos se sintam orgulhosos de ser açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para quem falou em comicieiro, mais comicieiro não podia ser!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Pedroso, tem a palavra.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Por vezes fico com a sensação que o objetivo do Governo socialista será o extermínio do povo de São Jorge lentamente. Lentamente, porque a primeira coisa que foi o objetivo do Governo socialista foi arruinar o setor cooperativo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: O setor cooperativo de São Jorge está com imensas dificuldades, sem uma luz ao fundo do túnel e não vejo soluções. Essas dificuldades foram criadas exclusivamente pelo Governo socialista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Foi o Governo socialista que impôs o método do setor cooperativo que neste momento existe: a união das diversas cooperativas. Os resultados estão à vista.

Depois, a indústria conserveira com as grandes dificuldades que também todos conhecemos.

Fico com dúvidas se o interesse do Governo é o bem de São Jorge. Não parece!

Em relação à saúde também será uma forma de extermínio, porque os nossos doentes, com esta alternância entre Velas e Calheta, vão morrendo pelo caminho com todas as dificuldades em os especialistas deslocarem-se a São Jorge, com todos os problemas de assistência quando há emergências e que têm acontecido recentemente e não é benéfico para os jorgenses.

Quanto ao turismo, o turismo este ano até foi positivo nestes dois meses, os últimos dois meses. Agora os jorgenses não comem só dois meses no ano. Comem o ano inteiro e é preciso esticar muito a rentabilidade de julho e agosto para os empresários do turismo e todo o setor similar poder sobreviver o resto do ano.

Por muita boa vontade que os jorgenses tenham em investir no turismo, os turistas também não chegam a nado e os transportes têm sido a dificuldade que todos nós sabemos.

Os transportes marítimos continuam com alternância de horários, dependente se é um barco velho, se é um barco menos velho. Barcos novos, só em sonhos...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Em sonhos, não!

O Orador: ...e ficamos por aqui.

Espero bem que haja uma mudança de rumo nesta política e que haja mais algum cuidado para que os jorgenses consigam sobreviver a toda esta política negativa que se abate sobre eles.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Quero começar esta intervenção por uma discordância com o Deputado Luís Silveira.

A governação, Sr. Deputado, não é uma governação socialista. É uma governação do PS e não uma governação socialista o que é, Sr. Deputado, substantivamente diferente.

Quanto ao diagnóstico que fez e à sua intervenção quero dizer que concordo na generalidade com o diagnóstico que fez e é de facto necessário encontrar soluções para o atual estado em que São Jorge se encontra, para o estado que vários setores atravessam em São Jorge. Desde logo o setor produtivo.

Há muito que a vida e a realidade vêm dar razão às críticas que foram feitas relativamente à concentração de grande parte da produção numa única unidade de produção de queijo, a Uniqueijo. Isso contribuiu para o

encerramento de pequenas cooperativas, a seguir ao encerramento das pequenas cooperativas veio o encerramento das escolas e, hoje, aquilo que nós temos é um território com profundas assimetrias, um território com as freguesias do norte completamente deprimidas e, de facto, não é um espetáculo bom de se ver quando se visita São Jorge, quando se conversa com os jorgenses. Isto a par daquilo que tem acontecido ao nível das opções do investimento. É certo que tem havido investimento. É, sim senhor! Muito investimento! Milhões! É verdade, sim senhor!

Mas há uma coisa que o investimento não resolve só por si quando ele não é efetivamente bem direcionado e aquilo que se tem verificado em São Jorge é que o investimento que tem sido feito (não quer dizer que não haja bons exemplos, a opção pela intervenção em Santa Catarina foi certamente um bom exemplo), relativamente às opções de investimento a verdade é que elas não resolveram o problema económico daquela ilha e aquela ilha tem sido votada ao abandono pelo Governo do Partido Socialista. Votada ao abandono porque o investimento que se faz não é um investimento reprodutivo, não é um investimento que vá ao encontro das necessidades de uma ilha com aquelas características, nem ao nível dos transportes, nem ao nível do funcionamento dos serviços públicos que dependem da administração pública regional.

Portanto, Sr. Deputado Luís Silveira, quero dizer-lhe que tirando aquela discordância inicial, concordo com a generalidade da sua intervenção e que é fundamental que esta câmara, que todos nós, olhemos para a ilha de São Jorge e para as ilhas envolventes de São Jorge de modo a potenciar a sua proximidade, de modo a que de forma complementar se possa criar uma verdadeira comunidade que vá para lá das fronteiras da ilha, uma comunidade que vá até ao Pico, até ao Faial, mas também até à Graciosa e até à Terceira.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não falou sobre a declaração política do Deputado Paulo Estêvão!

(*) Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Sra. Presidente, muito obrigado.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para dar uma breve resposta...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pode ser uma longa resposta!

O Orador: ...a uma questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Luís Silveira relativamente aos cursos profissionais.

De facto, na escola das Velas existe um curso, mas foi concertado com a escola profissional, porque a escola tem meios próprios, tem docentes próprios para o curso em causa e tem sido nossa política que sempre que uma escola tem meios humanos que não implicam aumento de despesa, nem aumento de qualquer tipo, se a escola tem possibilidade de dar uma oferta específica...

Aconteceu, por exemplo, na escola das Lajes do Pico que passou a ter economia este ano, porque havia esses meios.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O que se passa na escola das Velas é uma vergonha!

O Orador: O que se passa nas Velas é que o curso profissional não entra em concorrência com a escola profissional. Foi concertado com a escola profissional e é feito exclusivamente com meios próprios, portanto,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas é menos financiamento para a escola profissional!

O Orador: ...não entra em concorrência com a escola profissional a qualquer nível.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa não tem mais inscrições. Sendo assim, para encerrar o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começando por responder às afirmações do Sr. Secretário da Educação e dizer-lhe que (saiu da sala, não sei se não quer ouvir a resposta, mas vou dar-lhe na mesma) a Escola Básica das Velas não tem um curso. A Escola Básica das Velas tinha um curso o ano passado e a tutela mandou essa mesma escola abrir este ano mais dois cursos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Ou seja, a Escola Básica das Velas, do ensino público, faz concorrência direta à escola profissional que está numa situação financeira muito má,...

Deputado Rogério Veiros (PS): Básica e Secundária!

O Orador: ...como sabe o Governo, e o Governo Regional ao contrário do que faz em outras ilhas, como fez por exemplo na ilha de São Miguel com a escola das Capelas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ...não quer ajudar a Escola Profissional de São Jorge, que é um polo de desenvolvimento daquela ilha, e lhe faz concorrência direta, porque tinha um curso o ano passado e este ano mandou abrir mais dois cursos profissionais, fica a funcionar com três cursos profissionais, quando deu muitos menos cursos profissionais à Escola Profissional da ilha de São Jorge para manter a sua sustentabilidade, por alegar que não

há dinheiro no quadro do Fundo Social Europeu para poder manter esse nível de cursos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Isso é ajudar a encerrar a Escola Profissional de São Jorge, Sr. Secretário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Não é um curso, são três cursos. Um que estava e o senhor mandou abrir mais dois. Ficam com três e não estão concertados com a Escola Profissional, porque se estão, quem está a governar essa escola, que é nomeado pelo Partido Socialista, diz que não é verdade.

Sr. Deputado Rogério Veiros, dizer-lhe o seguinte.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já está a ser desmentido na globalidade!

O Orador: Não sei se o senhor percebeu que a figura política que eu usei hoje aqui foi uma declaração política. Uma declaração política que punha em causa as decisões políticas do seu partido para com a ilha de São Jorge.

Eu sei que o senhor teve e tem muita dificuldade em conseguir argumentar aquela que tem sido a decisão política do seu partido para com aquela ilha.

Depois, entra logo no adjetivo do discurso com o termo “comicieiro”.

Oh, Sr. Deputado, não preciso de fazer comícios no Parlamento Regional e vou dizer-lhe por quê.

O senhor agora não precisa porque o senhor já foi candidato três vezes e perdeu. Agora já não precisa de fazer comício, porque o senhor já não é candidato. Mas dizer-lhe que a minha postura nesta casa de há 5 anos a esta parte tem sido sempre a mesma. Não disse nada nesta intervenção de hoje que já não o tenha feito diversas vezes durante estes 5 anos que aqui

estou, dentro desta casa, quer na agricultura, quer na educação, quer na saúde, quer nas pescas.

Deputado Rogério Veiros (PS): Fez um resumo dos discursos!

O Orador: Sr. Deputado, quero dizer-lhe o seguinte.

O senhor tentou dizer que eu estava a levar São Jorge para uma má imagem, que iria prejudicar a imagem da nossa ilha, que iria prejudicar os turistas que eventualmente queiram ir a São Jorge, porque estava aqui a dizer que era uma ilha má.

O senhor tentou fazer o contrário. O senhor tentou fazer de conta que tudo está bem, que nada está mal e que tudo está resolvido.

Deputado Rogério Veiros (PS): Não foi isso que eu disse! Disse que há grandes desafios!

O Orador: Foi o que o senhor tentou fazer aqui. Aquilo que o senhor tentou fazer aqui foi dizer que aumentou o turismo fruto da boa governação socialista, oposta àquilo que acontece no país.

Deputado Rogério Veiros (PS): E ao trabalho dos operadores!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, veja os números do crescimento do turismo no país que está em crise e o crescimento do turismo numa Região que se diz ser rica e que se diz ter *superavit*. Compare os dos pobres do continente com os ricos dos Açores e veja os números do aumento do turismo dos pobres e dos ricos para depois falar em aumento do turismo nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Era isso que era preciso ver.

Depois, quero dizer-lhe mais outra coisa.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso não dá um voto nas Velas!

O Orador: O Sr. Deputado diz que Santa Catarina está muito bem (Santa Catarina, a indústria conserveira) e...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Toma!

O Orador: ...que tem muito orgulho nos prémios que ela recebe. Tem o senhor e tenho eu. O mesmo orgulho que o senhor tem, eu também tenho, como têm todos os jorgenses.

Deputado Rogério Veiros (PS): Não parece!

O Orador: O orgulho que nós não temos, Sr. Deputado, é que o senhor tem os ordenados dos funcionários de Santa Catarina em dia (e isso é de louvar), pese embora a dívida que existe e que aumenta. O senhor diz que a dívida diminuiu, mas a dívida diminuiu porque os senhores alienaram património da empresa para pagar a dívida.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E bem!

O Orador: Os senhores não encaixaram nenhum dinheiro do Governo Regional. Os senhores venderam património da empresa, da frota pesqueira, para pagar a dívida para agora estar a comprar pescado, pois não tinham pescado e mandavam as senhoras para casa dias seguidos,...

Deputado Rogério Veiros (PS): Sr. Deputado, o senhor não sabe o que é que diz!

O Orador: ...porque não tinham pescado para laborar, como aconteceu recentemente. É essa a verdade da indústria conserveira de São Jorge.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E depois quero dizer-lhe mais.

O senhor devia ter o mesmo orgulho na reestruturação da indústria de Santa Catarina num setor cooperativo que não paga há 5 meses os seus produtores. O último mês que pagou foi no mês de março, Sr. Deputado. Onde é que está esse orgulho?

O senhor não falou nele. Esqueceu-se! São famílias e empresas que estão no seu colapso financeiro porque não têm dinheiro para pagar as suas contas no fim do mês,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, Luís, já chega!

O Orador: ...porque não recebem dinheiro das cooperativas depois da reestruturação do setor cooperativo que os senhores fizeram. Disseram, daquela bancada, pelo ex-Sr. Presidente do Governo, Carlos César, que tinham orgulho na reestruturação que tinham gizado para o setor cooperativo de São Jorge.

O que os senhores gizaram foi a falência do setor cooperativo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ...e agora fogem das suas responsabilidades com os planos de reestruturação que estão a apresentar aos agricultores de São Jorge.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS-PP e do PPM)

O Orador: É essa a verdade, Sr. Deputado.

Depois, o senhor esqueceu-se de falar na escola profissional que já aqui expliquei ao Sr. Secretário o que se passou. Nem uma palavra em relação à escola profissional.

Trabalham 150 pessoas na Santa Catarina, como trabalham 100 na Escola Profissional de São Jorge a que os senhores fazem concorrência e querem encerrar. Nós, CDS, propusemos aqui uma proposta construtiva no âmbito do Plano e Orçamento e o senhor votou contra, mais a bancada toda do Partido Socialista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É essa a verdade.

Depois esqueceu-se de falar...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): A Escola Profissional vai cair-lhe nos braços!

O Orador: Já lá vou, Sr. Vice-Presidente. Também tenho para si. Esqueceu-se de falar (está ali o Sr. Vice-Presidente nos apartes)...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não vai ter sorte!

O Orador: ...que comprou uma frota de aviões nova para a SATA (ali o Sr. Vice-Presidente) que já disse nesta casa que eles tinham mais capacidade de carga, que iam desenvolver mais o escoamento da carga do pescado em tempo útil para chegar aos mercados e valorizar o pescado dos pescadores. O senhor sabe, porque os pescadores me procuram a mim, como também o procuram a si a dizer que têm o pescado há 3, 4 e 5 dias,...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Uma vergonha!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): E lá se vai o valor!

O Orador: ...que não têm reserva de carga, não conseguem sair com o pescado de lá, que o têm de ultracongelar e vender a 3 e a 4 vezes menos do valor que o podiam vender.

Os aviões de inverno andam vazios e levam pescado, mas era se o houvesse, porque o mar está mau e não se consegue apanhá-lo.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Muito bem!

O Orador: De verão, quando o há, não há forma de o escoar em tempo útil e ele não sai fresco, sai ultracongelado. É essa a verdade.

Isto para não dizer que temos uma lota que não tem gelo e que o pescado muitas vezes perde qualidade, porque não tem gelo para colocar no pescado e essa tem sido uma preocupação dos pescadores, que também lhe foi transmitida a si.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Que vergonha! Tal sova! Livra!

O Orador: Ainda quero dizer-lhe mais.

Em relação aos processos de habitação de 3, 4 e 5 anos, nem uma palavra. Famílias que vivem em condições precárias, sem condições habitacionais, sem uma casa de banho, com tetos a cair, em que os senhores estão 3, 4 e 5 anos a aguardar que lhes seja dada uma resposta,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Exatamente! Para o ano a Câmara das Velas resolve isso!

O Orador: ...porque entregam o processo, vão lá perguntar e a resposta é: “Não sabemos. Está para São Miguel o processo.”

É isso que é dito às pessoas: 3, 4 e 5 anos.

Depois, ainda dizer-lhe mais. Em relação à centralização do ensino e das escolas, nem uma palavra.

Sr. Secretário, os senhores fecharam escolas nas freguesias, encerraram-nas para concentrar alunos em escolas que não têm o mínimo de condições. Vou dar-lhe um exemplo concreto.

Os senhores centralizaram os alunos da escola do Norte Grande e da escola dos Rosais na escola da Beira.

Sabe o que é que fez?

Teve que ir ao ginásio novo que tinha sido construído 2 anos antes pela Câmara das Velas e transformá-lo em salas de aula, porque não havia condições dos alunos estarem dentro da escola...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade, sim senhor!

O Orador: ...e perderam as condições que tinham numa escola que tinha acabado de ser melhorada. É isso que os senhores fazem, é isso que os senhores promovem: a desertificação das freguesias.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que sova! Os senhores vão entrar em coma!

O Orador: Meter os miúdos em salas sem condições e meter dois professores a lecionar dentro da mesma sala com turmas de anos diferenciados. É isso que os senhores promovem e é isso que os senhores fazem. E isso, Sr. Deputado, nem uma palavra o senhor disse.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E para finalizar, porque sei que o meu tempo está a concluir, Sra. Presidente, dizer o seguinte.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É que senão eles vão entrar em coma!

O Orador: Não quero, nem preciso – para concluir, Sr. Deputado – fazer aqui intervenções comicieiras, porque tenho lugar próprio para fazê-lo, mas quero dizer uma coisa: nem hoje, nem nunca vou abdicar de defender quem me elege para estar nesta casa a favor nem que seja do meu partido, porque quando preciso, dentro do meu partido, lutar contra esse partido e até ter opiniões, que às vezes tenho, para defender a minha ilha, faço-o, não me inibo de o fazer, coisa que o senhor não sabe fazer, porque primeiro está o Partido Socialista para o senhor e depois estão os jorgenses.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Deputado Rogério Veiros (PS): O PP de São Jorge é diferente do PP de São Miguel!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS-PP e do PPM)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor tem essas costas em sangue!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos a um quarto para o meio-dia.

Eram 11 horas e 17 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares.

Eram 11 horas e 50 minutos.

Presidente: Vamos abrir um período de inscrições para o tratamento de assuntos de interesse relevante.

A Mesa tem inscrito o Sr. Deputado Renato Cordeiro para uma intervenção.

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Assumir uma atividade agrícola ou pecuária, é sem dúvida assumir um meio de vida onde o risco é uma presença constante. O risco de não atingir o merecido rendimento, sempre planeado com a devida antecedência, torna a vida dos nossos agricultores em uma incerteza, que como a qualquer um de nós, há que ter o dever de a tornar num modo de vida mais estável, ponderando o impacto do seu valor socioeconómico na nossa Região.

Contudo, as nossas ilhas têm sido vítimas nestes últimos anos de intempéries e períodos de seca um tanto ao quanto fora do que estamos habituados, principalmente na sua sequência e proximidade temporal. O planear um ano agrícola, da forma como sempre foi feito pelos produtores mais cautelosos, tem sido uma tarefa muito difícil, a par com as exigências impostas cada vez mais num mercado global em que a nossa produção primária se insere.

É claro que a culpa não é do Governo, mas também não é disso que se trata, nem muito menos de por os nossos produtores como os habituais

privilegiados das ajudas governamentais, mas sim, e acredito que estamos aqui com o mesmo objetivo, de resolver da forma mais consensual os problemas que atingem a nossa população.

Ainda na discussão do Plano e Orçamento em março deste ano, em modo de apontamento, a bancada do PSD lembrava ao Governo o pagamento das intempéries de 2012, ao que a resposta foi que, cito “ o compromisso que assumimos de pagá-los durante o 1º trimestre estamos a cumprir.” Fim de citação. Ainda faltavam uns dias para março acabar.

Tal como se aprende no meio rural, apanhar a fruta antes do tempo, é apanha-la verde, e podíamos então estar a cometer este erro, mas passado este tempo, agora se depreende que é sinonimo de não apanhar nada...

Há agricultores que ainda esperam esta ajuda que lhes foi prometida, mais valiam dizer que não tinham...

Repetiu-se um Inverno difícil, houve um novo apelo das associações de produtores, ao que apareceu uma resposta de 500 mil euros para aquisição de fibra, noto, fibra, não alimento fibroso ou forrageiro, são coisas diferentes. Compreende-se que no início de qualquer ano, seja difícil encontrar alimento disponível com qualidade e a preços acessíveis, sendo a fibra produzida nas fábricas da nossa Região uma solução quase que obrigatória, mas é um alimento de qualidade inferior, que não resolve a questão da perca de forragens como se verifica agora. É impossível alimentar uma manada de leite ou carne nesta altura, tendo por base esta fibra e um qualquer concentrado de cereais.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Tanto assim o é para o bem-estar sanitário destes animais, como para a carteira do agricultor.

A antecipação dos subsídios irá ajudar estes agricultores, sem dúvida que sim, principalmente agora que se aproxima a época de pagamentos de

rendas e dos tratoristas das sementeiras e colheitas, mas o problema não é já ter ou não dinheiro. O problema é que não há alimento forrageiro disponível na Região, logo ter dinheiro antecipadamente não é assim grande ajuda. Ter este alimento acessível, ou ter uma participação no transporte deste, é uma reivindicação das associações de produtores, o que nos parece uma opção de bom senso.

Quando os mercados fora da Região estavam com condições de oferecer algumas soluções para este problema, o dever seria precaver o problema, criar um plano para este tipo de calamidades, e não como agora, tentar resolver o que não é de fácil resolução. Há que criar planos de ação nas nossas ilhas, tanto seja em invernos ou verões rigorosos, para que estejamos sempre preparados para agir em conformidade. Mas lembro que o PSD em julho deste ano, perguntava em requerimento para quando este plano, esperamos que seja breve, e espero que não se perca por ser tarde, como os pagamentos que seriam pagos no 1º trimestre.

Sras. e Srs. Deputados:

Aproveito também para lembrar outro compromisso a ser assumido no primeiro trimestre deste ano, os pagamentos relativos ao SAFIAGRI, ao RICTA e SICAT. O desenvolvimento e sustentabilidade deste sector, que tem sido vital na economia dos Açores, passa também pelo pagamento atempado do Governo das suas promessas e deveres.

Disse.

Deputados Cláudio Almeida e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas agora as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente e em relação a esta matéria, gostaria de dizer que o Governo acompanha de forma atenta e permanente a evolução do impacto da situação climática na Região...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Ah, afinal acompanha!

O Orador: ...na rentabilidade do setor agrícola.

Para além de termos, em articulação com a Federação Agrícola dos Açores, tomado as medidas de apoio à aquisição de fibra, que foi por sugestão da Federação Agrícola o alimento e a característica do alimento que apoiámos (aquele que face à existência nos mercados internacionais era possível e – repito – por sugestão e de acordo com a proposta da Federação Agrícola), efetivamente também conseguimos criar as condições financeiras para antecipar e assegurar o pagamento atempado, no mês de agosto, de, por exemplo, mais de 16 milhões de euros aos nossos agricultores, assegurando aquilo que é necessário ser assegurado previamente. Ao assumir a Região a transferência no montante correspondente aos 15% para que as verbas no âmbito do FEADER pudessem ser disponibilizadas e ao fazermos essa antecipação desse pagamento até meados de agosto, isso potenciou uma transferência superior a 16 milhões de euros de apoios no âmbito do FEADER.

Em relação só a uma questão, em relação ao pagamento das intempéries que referiu do ano passado, quero dizer ao Sr. Deputado que todos os processos que estavam em condições de serem pagos, ou seja, que tinham os elementos solicitados, estão todos eles pagos. Dos 1.200 processos, mil estão pagos e os outros 200 que faltam pagar não é por responsabilidade

da Região, nem do Governo, mas sim porque os agricultores ainda não entregaram os elementos solicitados para o seu processamento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São uns malandros!

O Orador: Logo que entreguem esses mesmos elementos em falta serão processados como foram processados aqueles mil que já foram apoiados. Portanto, aqueles que não foram pagos, a questão tem a ver, única e exclusivamente, com questões processuais que não são da responsabilidade da administração regional e do Governo Regional.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Renato Cordeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente do Governo, a aquisição de fibra no início do ano nós todos aqui percebemos que era a única opção que tinha, mas a seguir vem uma primavera em que toda a gente espera que haja obtenção de forragens.

Agora, com a seca, já é um plano completamente diferente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Vamos ver!

O Orador: Os mercados fora da Região alteram-se, há outras opções e o trabalho que diz que foi feito pela Federação Agrícola não sei se é bem assim, porque ainda na comunicação social, do dia 27 de agosto, o Presidente da Associação Agrícola queixava-se que a fibra não chegava e que era preciso trazer alimento para a nossa Região.

De facto, referi aqui, em relação aos processos que faltam pagar, que não estão em conformidade. Há uma coisa que não entendo. Foram os

serviços oficiais que fizeram esses processos. A falta de documentos que existe... há uma coisa que ficamos sem perceber o que é.

Era isso que gostava também de ouvir aqui.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Moreira, tem a palavra.

(*) Deputado Duarte Moreira (PS): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Todos nós sabemos a importância que o setor agrícola tem para a Região Autónoma dos Açores. É de facto o nosso principal setor exportador, tem um efeito transversal a todos os setores da nossa economia e é um setor que ocupa ainda muitas pessoas por todas as nossas ilhas, tendo efeitos locais repercutidos em termos económicos e sociais.

Também é verdade que desde sempre a agricultura é um setor que está sujeito às questões ambientais, às intempéries que nos últimos anos também têm afetado bastante os Açores. A verdade é que desde sempre, com os governos do Partido Socialista, o Governo Regional tem estado ao lado dos agricultores nestes momentos.

O Governo Regional tem apoiado nestas questões, quer das intempéries no inverno, quer também nas secas, os agricultores, no caso concreto da bovinicultura, para colmatar as necessidades alimentares dos bovinos.

É claro que é quase muito difícil substituir na íntegra aquilo que é a nossa produção natural com base na erva, com base nos nossos milhos, condições que os Açores têm boas para esse tipo de produção.

No presente ano, depois do inverno que nós tivemos e agora também de um verão seco que tem prejudicado principalmente ilhas vocacionadas para a produção de leite, nomeadamente aquilo que se tem passado em São Miguel, para além dos apoios disponibilizados é também público que o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais se disponibilizou para

estudar com a Federação Agrícola dos Açores outras formas de apoio para outro tipo de alimento, para fazer face à atual situação que, obviamente, se se prolongar, causará maiores problemas àqueles que já estão a ser causados.

Relativamente às questões dos pagamentos, tinha aqui também nota para falar sobre o assunto. O Sr. Vice-Presidente acabou de o fazer e de explicar o ponto da situação, sendo importante referir que esta antecipação das medidas no âmbito do PRORURAL, que foram aquelas que foram pagas até ao final do mês de agosto, constituiu de facto uma excelente ajuda também para fazer face a esta situação, estando já prevista a antecipação de outras ajudas, nomeadamente no âmbito do POSEI, ao nível das vacas aleitantes, com a antecipação, salvo erro, de 50% dessas ajudas.

Portanto, tudo tem sido feito, tem sido enquadrado por parte do Governo esta preocupação que o é de facto também para esta bancada do Partido Socialista com o nosso principal setor produtivo dos Açores e estou convicto que se chegará a um bom entendimento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para responder muito rapidamente.

As questões que são os elementos em falta em relação à componente dos processos que aguardam. A inexistência desses elementos refere-se a duas componentes específicas. Uma, a não apresentação de regularização da situação contributiva perante a Segurança Social, que é um elemento essencial e prévio ao processamento e à autorização do apoio; e outra, as

questões específicas de comprovativos em relação a essa mesma situação, no âmbito do processo de candidatura.

Como referi, todos os processos que estavam em condições de serem aprovados, foram aprovados e pagos. Esta componente dos processos depende da apresentação desses documentos por parte dos senhores agricultores.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Renato Cordeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não sei se será bem assim. Há alguns casos de agricultores, por aquilo que eu os conheço, que acho que estão em conformidade e ainda estão lá à espera.

De qualquer forma lembrava aqui o SAFIAGRI, em que as candidaturas acabaram a 12 de outubro de 2012, o compromisso era o 1.º trimestre e só ontem é que ouvimos uma notícia em que seria pago até ao fim do ano. Aqui resta-nos uma dúvida: será pelo mesmo *habitué* que nos regemos, será que vai ser mesmo no fim do ano? Se calhar, não.

Ao mesmo tempo também temos a denúncia de 100 projetos de reforma, 300 projetos de primeiras instalações e modernização que estão por ser pagos ainda. É a denúncia que temos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação aos processos que são processados e pagos pelo IFAP, no âmbito do FEADER, quero dizer ao Sr. Deputado que o procedimento é o seguinte.

Até ao dia 15 de cada mês é comunicado pelo IFAP quais são os processos que estão em condições de serem pagos e identificado o montante correspondente à contribuição nacional dos 15% que é, neste caso, pago pela Região. Até ao dia 20 de cada mês é transferido sempre ao cêntimo o montante necessário para que o IFAP faça os pagamentos no último dia do mês.

Portanto, não há da parte do Governo Regional qualquer atraso de um único cêntimo em relação às transferências prévias que se faz para o IFAP, para que o IFAP, no final do mês, adicione a componente regional ao montante de financiamento comunitário para transferir aos produtores. Neste momento, e com dados do mês de agosto, por isso potenciou as transferências de 16 milhões de euros no mês de agosto, o Governo cumpre integralmente, sem qualquer atraso de um único cêntimo e de um único dia, os montantes necessários que são quantificados pelo IFAP e são transferidos sempre no dia certo, para que no final do mês não haja um único processo que o IFAP considere que esteja em condições de pagar e não ser pago.

Nesta matéria, a gestão, em termos da Região, tem sido exemplar. Aliás, reconhecida por todos e todos os processos são mensalmente pagos no dia certo, não havendo, sobre essa matéria, no âmbito da responsabilidade do Governo Regional, qualquer atraso, qualquer queixa em termos de processamento dessas verbas, o que aliás é comprovado e reconhecido pelo próprio IFAP.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Renato Cordeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, acha exemplar, quando as candidaturas acabam em outubro de 2012, haver um compromisso de pagamento do SAFIAGRI no 1.º trimestre...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sobre o SAFIAGRI eu não fiz comentário!

O Orador: Mas estou perguntando-lhe isto agora!

Acha que é exemplar haver um compromisso para o pagamento no 1.º trimestre e este compromisso passar para o fim do ano? Acha que isto é exemplo?

E ainda há a incerteza se virá ou não!

Os agricultores estão condicionados ao tempo e ao Governo que têm.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Moreira, tem a palavra.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ainda é pior do que o tempo!

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: É bom aqui realçar o seguinte.

Em todos os processos relacionados com as regras comunitárias e com os apoios comunitários existe um determinado conjunto de burocracia associado que envolve várias partes e não é possível nunca ter todos os processos a 100% executados ou concluídos, até porque há sempre, aqui ou ali, alguma situação que é necessário colmatar ou esclarecer.

O que realço e o que quero aqui traduzir é de facto (e também acabou de ser dito há bocado pelo Sr. Vice-Presidente) o bom comportamento da Região (aliás, a nível nacional a Região tem tido sempre os melhores elogios ao nível da execução dos fundos comunitários também na

agricultura) na aplicação desses próprios fundos, o que aliás é por todos nós conhecido e não somos nós que o dizemos.

Relativamente aos processos que estão neste momento em cima da mesa ou com alguns atrasos, melhor do que eu, já foi aqui o processo referido pelo Sr. Vice-Presidente, sendo de realçar de facto aquilo que disse na minha primeira intervenção. A agricultura é fundamental para a Região e tudo tem sido feito para acompanhar e para resolver todas as questões ligadas aos processos de cofinanciamento e de financiamento comunitário nos diferentes programas que a Região tem em aplicação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Renato Cordeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Até tinha para o Sr. Vice-Presidente do Governo, mas ele de momento não está.

Sendo assim, também respondo ao Deputado Duarte Moreira.

Os fundos comunitários, tal como o nome indica, são fundos comunitários. Já temos direito a eles. É uma coisa que um produtor agrícola sabe perfeitamente o que isso vale.

A questão que está aqui da antecipação deles, é ter o dinheiro e comprar o quê.

A pergunta que faço ao Sr. Vice-Presidente é a seguinte: é se ele confirma ou não se há o bloqueio desses 100 processos de reforma e 300 de investimento, se estão bloqueados ou não por falta de verba?

A questão é esta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo tem cumprido integral e mensalmente, na data certa, o pagamento integral de todos os apoios.

O que o Sr. Deputado pergunta é uma coisa completamente diferente. É se no âmbito do atual quadro comunitário de apoio, no âmbito do FEADER, existem projetos que não são aprovados porque a dotação do fundo comunitário é inferior às candidaturas existentes.

Sim, isso acontece neste e noutro quadro comunitário. Mas tem a solução na mão conforme o Governo Regional já solicitou ao Governo da República.

Deputado António Ventura (PSD): Já cá faltava!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): A culpa é da República!

O Orador: Reforcem o FEADER para os Açores e esses projetos serão imediatamente aprovados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí está!

O Orador: Portanto, a bola está do vosso lado, não está do lado do Governo Regional, porque o Governo Regional o que fez foi executar na íntegra a dotação que tinha no âmbito destas medidas no atual quadro comunitário de apoio.

Portanto, a solução para esse problema é fácil: ou serão aprovadas no âmbito do próximo quadro comunitário de apoio se o Governo da República não corresponder à solicitação do Governo Regional de reforçar este programa comunitário; quanto mais cedo responda, se reforçar, serão aprovados este ano. Se não reforçar serão integrados no

próximo quadro comunitário de apoio e pagos no âmbito do próximo período de programação.

Portanto, a solução está do vosso lado. O que o Governo fez foi aproveitar integralmente os fundos comunitários, aprovando os projetos na totalidade em relação às dotações que nos foram disponibilizadas no âmbito deste quadro comunitário de apoio.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Agora sim não há mais inscrições.

Sr. Deputado Renato Cordeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Então perguntava por que é que só fecharam as candidaturas em setembro? Por que é que não fecharam em janeiro?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O Sr. Deputado nunca ouviu falar de uma coisa que é o *overbooking*?

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ao que isto chegou!

O Orador: Mas tinha mais uma questão ainda.

Deputado Artur Lima e Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quando há *overbooking* alguém fica em terra!

O Orador: Com esta questão até salto novamente para o tempo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então há indemnização!

O Orador: Relembra ao Sr. Vice-Presidente que em 2007, anunciado pelo ex-Presidente do Governo Regional, Sr. Carlos César, ia-se adotar uma medida inovadora nos Açores, que era respeitante à formação ao

agricultor com a instalação do projeto da rede meteorológica automática.
Isto em 2007.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Onde é que elas estão?!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Estão em *overbooking*!

O Orador: Em 2013, onde está a rede meteorológica automática?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Está em *overbooking*!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Penso que agora, sim, não há mais inscrições.

Vamos então avançar para a próxima intervenção. Tem a palavra o Sr.
Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras.
e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No próximo dia 29 de setembro realizar-se-ão eleições autárquicas no
nosso país.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde o senhor já foi candidato!

O Orador: Nestas eleições o momento que o país atravessa, com menor
gravidade nos Açores graças à ação do Governo Regional,...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

...impõe-se às autarquias locais um enorme e incontornável desafio...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ...de utilizar toda a capacidade de ação e todo o quadro de
atribuições e competências para desempenhar uma ação de atenuação da
crise e de contra ciclo à austeridade do Governo da República. É este o
compromisso central das candidaturas do PS nos Açores.

O PS assume assim que o Poder Local está confrontado com um verdadeiro desafio histórico. Um desafio que exige uma ação corajosa e uma ponderação política que o PS está em condições de assegurar aos açorianos. Mesmo em contextos de cortes, reduções e diminuições, a ponderação do PS é bem diferente da de outros partidos.

Os autarcas têm razão nas críticas que expressam ao Governo da República, mas os eleitos locais não podem eximir-se de contribuir para atenuar o momento difícil que atravessamos.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

O Orador: Mesmo com menos transferências do Estado, mesmo contando com menos receitas próprias e mesmo perante o preconceito do Governo da República em relação ao Poder Local, os municípios têm um papel importante a desempenhar na luta contra a crise, nomeadamente na redução do custo de vida das famílias, no reforço da solidariedade, na melhoria do ambiente de negócios para ajudar as empresas e assim defender e promover o emprego.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Foi o que o PSD fez na Graciosa!

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

O Orador: As pessoas sentem que atualmente a situação socioeconómica é muito complexa e que, por isso, as soluções para os problemas só serão atingidas articulando parcerias entre os vários poderes e a própria sociedade civil.

A ideia de um projeto autárquico autónomo, desinserido em oposição ao Governo Regional, é uma ideia errada e ultrapassada.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

O Orador: A ideia de parceria, de cooperação e capacidade de relacionamento é um imperativo político nestas eleições.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O mesmo se diga em relação ao Governo Regional e ao Governo da República!

O Orador: Em tempos de crise as pessoas sentem intuitivamente ser necessário que todos cooperem e que se desconflitue a relação entre os órgãos políticos para haver maior capacidade de intervenção e assim mais facilmente se resolverem os problemas e pormos os nossos Açores a andar para a frente.

Por isso, a atual conjuntura exige dos políticos mais cooperação e sentido de compromisso do que conflitos e convergências. Este também é um atributo que as candidaturas do PS estão em condições de assegurar. Assegurar também uma grande prioridade ao apoio social.

A política social é, por isso, uma prioridade das candidaturas do PS. Há muitas pessoas (sabemos bem) que estão a passar por dificuldades e este desafio é, por parte dos autarcas, enfrentar estes problemas e ajudar, na medida das suas possibilidades, a atenuar estas questões, focando as suas prioridades naquilo que é verdadeiramente prioritário.

A política social das autarquias deve ter em conta o papel de grande relevância que as IPSSs e outros pareceres têm na ação social e esta é uma área em que se deve salientar a necessidade das autarquias atuarem em rede, em parceria, para poder prestar um melhor auxílio às pessoas em dificuldades, às famílias com grandes carências económicas e ainda os apoios à terceira idade e também a grupos de risco.

Os autarcas devem, por isso, reforçar a ideia de capacidade e disponibilidade para criar sinergias com as IPSSs, com diversos poderes, mas também com o Governo Regional, – repito – desconflituando esta relação, coisa que infelizmente nem sempre aconteceu.

Deputado Artur Lima (CDS-PP) e Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: O apoio e a prioridade às empresas e ao emprego leva-nos a defender que a componente fiscal e de taxas e licenças deve merecer uma atenção especial procurando contribuir, da parte de cada município, de todas as formas para a desoneração dos encargos das empresas e das famílias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diga isso aos seus colegas da Graciosa que votaram contra à redução do IRS!

O Orador: Os licenciamentos, o tratamento burocrático e toda a estrutura de custos dos municípios devem merecer uma atenção no sentido de termos ganhos de eficiência, de poupança, para melhor poder ajudar as empresas e defender o emprego.

A tributação sobre o lucro das empresas, sobre o património, as taxas de licença e diversos serviços disponibilizados pelos municípios devem, por isso, ser, na medida do possível, contidas e nos casos em que é possível (porque é possível) mesmo serem reduzidas e com isso dar ainda mais dinamismo à nossa economia.

Devemos ter também uma atenção especial ao comércio tradicional e ao turismo.

A política de reabilitação dos centros históricos deve contemplar, como o PS tem dito há muitos anos, a reabilitação urbana, tentando disponibilizar habitações a custos mais acessíveis e também mais espaços comerciais...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é verdade!

O Orador: ...e por isso as candidaturas do PS devem assumir que implementarão políticas ativas para facilitar essas soluções que são consensuais, mas que em alguns casos tardam por ser implementadas.

Os candidatos e os autarcas devem também assumir que apesar das dificuldades o turismo continua a ser um dos setores em melhores

condições para relançar a economia, promover o emprego e ser mesmo um fator de modernização urbanístico dos nossos centros urbanos.

É por isso que as próximas eleições autárquicas terão uma enorme importância que o PS queria aqui reafirmar, não esquecendo também muitas outras áreas em que emerge o conceito de qualidade de vida. Até há bem pouco tempo o grande paradigma de organização do Poder Local, onde se inclui o urbanismo ambiente, a mobilidade, a educação, o desporto e a cultura entre outros temas. É isso que eu queria também aqui salientar.

Todos nós sabemos que seria útil, e se possível até desejável, nós podermos ter 25, 30, 50 prioridades, mas isso não é possível.

As prioridades dos próximos autarcas têm que ser muito bem focadas. Têm que ser ajudar a superar a crise e, na medida do possível, fazer isso em cooperação com todos.

Este é o *road-book* para o sucesso dos futuros autarcas e o PS deseja que os futuros autarcas tenham essa função histórica de ajudar os Açores a serem ainda melhores e já agora que exerçam esses mandatos dentro de uma nova cultura democrática que os cidadãos também exigem.

Nos últimos anos a opinião pública tem evoluído de uma maneira muito significativa.

Os açorianos hoje não querem participar em eleições de 4 em 4 anos, querem ter outros instrumentos de participação e de influência política e, por isso, achamos que é fundamental e o PS faz esse apelo a todos os candidatos de todos os partidos. Nós sabemos que não vamos ganhar todas as eleições municipais, mas esses autarcas que façam por liderar uma nova tendência de desempenho de cargos executivos com maior abertura, com maior inclusão e consideração de contributos. Os autarcas que desempenharão essas funções executivas, em particular, devem

procurar ainda contribuir com consensos mais amplos na sua ação e integrar não só as opções da maioria, mas também os pontos de vista da oposição e de vários setores socioeconómicos e culturais relevantes que muitas vezes não são considerados.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

O Orador: É preciso ter a capacidade de fazer aquilo que, por exemplo, ainda há muito pouco tempo o Secretário Regional da Saúde e o Governo Regional demonstraram ter,...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Santa Maria Madalena!

O Orador: ...ter a capacidade de ouvir mesmo aqueles que nós sabemos que estão contra, mesmo aqueles que não votaram no PS.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É isso que é a democracia e é este património que orgulha o PS.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Podia ter escolhido outro exemplo! O Secretário da Saúde foi encostado às tábuas!

O Orador: Termino com dois apelos. O apelo para que se faça uma campanha de verdade e ao contrário de outros (e todos sabem de quem eu falo) não prometam uma coisa na campanha eleitoral e façam outra uma vez eleitos.

(Risos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Como eu o compreendo!

O Orador: Não enganem os açorianos. É uma campanha de verdade. Pode ser um dos grandes exemplos que nós daremos ao nosso país e

sinceramente depois daquilo que vimos, achamos que da parte de partidos da oposição, Sras. e Srs. Deputados, ainda estão a tempo de fazerem uma campanha de verdade, uma campanha de esclarecimento dos açorianos e das açorianas.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Menos saquinhos de cimento, menos azulejos!

O Orador: Termino, por isso, também com um segundo apelo, um apelo a todas e a todos os açorianos. Um apelo para que participem civicamente nas eleições e na campanha eleitoral. Participem numas eleições que vão ser muito importantes a determinar os próximos 4 anos. Tomem partido nessa campanha e nessas eleições. Não fiquem em casa e não se deixem contagiar pela indiferença.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Finalmente, e por todas essas razões, votem. Votem naqueles que acharem que melhor defendem as vossas ideias.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado, tirando o exemplo do Secretário da Saúde!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, era para se inscrever?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! Estou a fazer um aparte à intervenção do Sr. Deputado José San-Bento! A senhora sabe que não tenho tempo!

Presidente: Não há então inscrições.

Vamos então encerrar este período de intervenções.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! O PSD e o CDS-PP não têm nada a dizer sobre este assunto!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Concordamos com tudo!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, encerramos o nosso PTAP por hoje. Vamos entrar na Agenda do dia e entramos com o nosso primeiro ponto.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Acaba o PTAP, entra-se na Agenda. Sempre foi assim, ou não foi?

Presidente: Vamos então entrar na Agenda do dia com o primeiro ponto:

Proposta de Resolução n.º 5/X – “Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2014”, apresentada pela Mesa da ALRAA.

Como sabem este orçamento foi elaborado pelos serviços, foi posteriormente aprovado pela Mesa desta Assembleia e foi também apreciado na CAPAT.

Está aberta a discussão sobre este ponto.

Não havendo inscrições, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos continuar então e avançamos para o ponto dois...

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, era para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental, e considerando o nosso horário para depois não interrompermos o segundo ponto, vamos também fazer o nosso intervalo para almoço.

Regressamos às 15 horas. Um bom almoço para todos.

Eram 12 horas e 29 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, retomem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 06 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Rogério Veiros retomou o lugar de Secretário da Mesa)

Entramos no ponto dois da nossa Agenda da Reunião: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/X – “Cria o Instituto da Segurança Social dos Açores”**.

Os tempos foram definidos em Conferência de Líderes e são os seguintes: o Partido Socialista e Governo, 25 minutos; PSD, 20 minutos; CDS, 13 minutos; o Bloco de Esquerda, PCP e PPM, 10 minutos.

Para apresentação do diploma, tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

(*) Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda):

Exma. Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Exmos. Srs. Deputados e Exmas. Sras. Deputadas, Exmos. Membros do Governo:

O Governo deu entrada na Assembleia Legislativa de uma Proposta de DLR que visa a criação do Instituto de Segurança Social dos Açores

como resultado da fusão dos atuais Institutos de Desenvolvimento Social e Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social dos Açores.

A fusão agora proposta insere-se num processo evolutivo e progressivo.

Na verdade, já em 2011 se colocou a possibilidade de fusão total num único instituto público regional das várias estruturas da Segurança Social existentes nos Açores. Porém, nessa altura, optou-se por uma reestruturação faseada que visou, numa primeira etapa, melhorar a resposta direta aos cidadãos contribuintes beneficiários, adotando o modelo existente ao nível da República, sendo que o IDSA se equiparava ao ISS e o IGFSSA ao IGFSS nas suas atribuições e competências.

Com a implementação do IDSA e IGFSSA visava-se mudar a metodologia e procedimentos existentes até então, passando-se de uma lógica territorial para uma lógica de desenvolvimento de centro de competências substantivas.

Com o IDSA e o IGFSSA todos os procedimentos a nível de regimes e contribuições passaram a ser tratados de forma uniforme e harmonizada para os açorianos, com ganhos em termos da rentabilização de recursos humanos e materiais.

A fusão, iniciada em 2010 e que agora se conclui, tem impacto ao nível da gestão, da coordenação, do tratamento da informação e dos procedimentos burocráticos e administrativos, sem perda de proximidade no atendimento ao cidadão,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

A Oradora: ...uma proximidade que é reconhecida por todos como uma marca da ação social nos Açores.

Uma proximidade que não se perdeu com a extinção do IAS e não se perderá com a criação do ISSA.

Aliás, no quadro desta reestruturação pretende-se reformular o departamento da ação social, melhorando ainda mais a resposta social nos Açores.

Com a fusão do ISSA é concretizada a etapa que faltava neste processo cauteloso e progressivo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência da profunda alteração que os institutos públicos regionais em matéria de Segurança Social sofreram há cerca de 3 anos e tendo consciência da necessidade de estabilidade institucional nesta matéria, a proposta de DLR que é submetida a esta Assembleia conclui esse processo e enquadra um conjunto de ajustes que tinham obrigatoriamente de ser feitos.

Em primeiro lugar, por força da lei, nomeadamente o disposto no Regime Jurídico dos Institutos Públicos e Fundações Regionais, o fiscal único é um dos órgãos necessários dos institutos públicos. Acontece, porém, que o DLR 28/2010/A, de 22 de outubro, que criou o Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores (IDSA) e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social nos Açores, não cumpriu com esta imposição legal, omitindo a existência de órgão de fiscalização a cada um dos institutos.

Em segundo lugar, e de maior relevância neste processo, a criação do Instituto de Segurança Social dos Açores consubstancia a complementaridade e a interdependência das atribuições dos atuais dois institutos, permitindo uma maior articulação da intervenção.

Com esta solução prevemos reforçar ganhos, já verificados anteriormente, em eficácia, rentabilização de recursos humanos e financeiros, eliminação da duplicação de estruturas administrativas e aproveitamento de sinergias que otimizem e racionalizem ainda mais os serviços prestados.

De facto, na arquitetura atual existem serviços administrativos que se repetem num e noutra instituto, dada a autonomia de um e do outro instituto, cada um com personalidade jurídica própria, órgãos representativos, recursos humanos próprios, procedimentos que se iniciam num instituto e que a determinado passo têm de transitar para outro e também decisões partilhadas por um e por outro.

Na situação atual, as matérias financeiras e patrimoniais estão concentradas no IGF e as substantivas no IDSA, o que gera enormes dificuldades de articulação quando a decisão de um contraria, ou de alguma forma, prejudica a decisão do outro.

Tem sido por via da capacidade dos titulares dos conselhos diretivos de ambos os institutos que se tem conseguido uma articulação estreita, conjunta e prévia.

O novo instituto pretende garantir maior eficácia dos serviços, mais racionalidade administrativa e financeira e desburocratizar para assim aumentar a celeridade nas tramitações das decisões administrativas e, conseqüentemente, nas respostas sociais e económicas aos cidadãos e às empresas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A racionalização e a articulação que se pretende com a fusão dos atuais institutos também se opera por via dos recursos humanos. O Instituto de Segurança Social irá permitir otimizar recursos humanos e financeiros com apenas um conselho diretivo e a redução do número de coordenações.

Com a aprovação da presente proposta fica revogado o DLR 28/2010/A, de 22 de outubro, que enquadrava até agora, até à data, o Decreto Regulamentar Regional 8/2011/A, de 12 de abril, que define os estatutos dos atuais institutos.

Com a publicação do presente diploma, uma vez aprovado por esta Assembleia, será por sua vez revogado o DLR referido e publicado nos estatutos do novo instituto, dando execução aos princípios e competências definidas nesta legislação.

Queremos servir melhor os açorianos, por isso, sem alterar a presença dos serviços de atendimento em todos os concelhos e em todas as ilhas, de Santa Maria ao Corvo, mantemos ao serviço, como sempre, dos cidadãos, numa lógica de proximidade.

Queremos e acreditamos que vamos conseguir melhorar esse atendimento, nomeadamente em termos da celeridade na resposta, em benefício das necessidades das pessoas e das empresas.

Disse.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Estão abertas as inscrições para o debate.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD/Açores já o afirmou no passado e reafirma-o no presente (aliás, tem sido essa uma das tónicas das intervenções proferidas quer nesta Assembleia, quer no espaço público e na intervenção política) que assume como prioridade da sua ação política uma preocupação com as políticas sociais e com a resposta social que se dá a quem dela necessita.

Já o tínhamos dito aqui, quando foram criados o Instituto de Desenvolvimento Social dos Açores e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, que a criação destes institutos, trazendo o Governo estes diplomas à Assembleia, gera-nos algumas preocupações. Preocupações essas que têm desde logo a ver com o facto de toda a operacionalização e de toda a forma como a reestruturação é feita, quer o

que aconteceu no passado, quer o que acontecerá no presente e no futuro, fiquem fora do âmbito da intervenção deste Parlamento, desde logo na apreciação deste diploma.

Ao fim e ao cabo, o Governo pede que o Parlamento crie um instituto dando um cheque em branco para depois poder reorganizar os serviços como muito bem entende.

A natureza deste novo instituto é em tudo idêntica aos atuais Institutos de Desenvolvimento Social e Institutos de Gestão Financeira da Segurança Social.

No que concerne a este instituto, verificamos que a gestão recai sobre um conselho diretivo tal como era definido para o IDSA e para o Instituto de Gestão Financeira e a maior diferença, como disse a Sra. Secretária, reside na criação de um fiscal único que não existe atualmente no IDSA e no Instituto de Gestão Financeira. Isso decorre do cumprimento do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 17.º, do Regime Jurídico dos Institutos Públicos e Fundações Regionais, aprovado pelo Decreto Regional 13/2007/A, de 5 de junho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional 13/2011/A, de 11 de maio, e do n.º 2, do artigo 17.º da Lei-quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, sucessivamente alterada e a última alteração é através da Lei 24/2012, de 9 de julho.

O conselho diretivo, referido na proposta em análise, apresenta, contudo, algumas diferenças do regime atual como resultado desta fusão, estando de acordo com a Lei-quadro referida.

No entanto, é bom referir e é bom lembrar que o regime agora proposto apenas reduz um único cargo remunerado nos conselhos diretivos relativo ao regime equiparado à carreira de subdiretor regional, cargo de direção de 2.º grau, já que no atual regime os dois conselhos diretivos,

respetivamente o IDSA e o Instituto de Gestão Financeira, apenas remuneram 4 dos 6 membros.

Deputado José San-Bento (PS): Não despede ninguém!

O Orador: A nossa preocupação reside também porque desde logo, tal como dissemos há 3 anos, a avaliação global desta reestruturação, a medição em concreto da sua racionalidade e eficácia das estruturas e dos serviços que agora se reformulam, dos meios humanos e financeiros, tudo isto só é possível com a publicação posterior dos estatutos relativos ao instituto que agora é proposto a este Parlamento, o que desde logo os efetivos e concretos efeitos desta proposta dependem, como dissemos há 3 anos, de um elevadíssimo grau de discricionariedade por parte da Secretaria Regional e do Governo Regional.

O que é facto é que, tal como afirmámos há 3 anos, o tempo vem-nos dar alguma razão. É facto que durante este tempo houve coisas que não funcionaram bem, como a Sra. Secretária reconhece, e essas situações que não funcionaram bem acabaram por ficar à margem deste Parlamento, que se podia ter pronunciado caso o Governo tivesse trazido propostas que nos demonstrassem a forma como se vão organizar os serviços.

A Sra. Secretária reafirma e compromete-se a não reduzir serviços, a não retirar proximidade no atendimento e nos serviços da ação social, mas são palavras. Não há nada que nos diga neste diploma que isso não poderá acontecer. São meras intenções que a Sra. Secretária reafirma, mas que não nos dão qualquer garantia de que isso efetivamente se vai processar assim.

Poderia, só por necessidade também de fazermos um pouco de história, relembrar aquilo que era dito quando foi criado o Instituto de Gestão Financeira e o Instituto de Desenvolvimento Social dos Açores (relembro

em 2010), em que, tal como resulta e tal como está no relatório da comissão que então avaliou essas propostas, a secretária regional da altura dizia “tratar-se de uma reforma profunda,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Profunda, mas é progressiva! Que progressivamente se afunda!

O Orador: ...preparada em articulação com os recursos próprios, mas também assente em estudos técnicos, encomendados a entidades externas e que visava exclusivamente fazer mais e melhor.”

Lembrava também que as intenções nessa altura eram: “uma maior articulação de serviços [a Sra. Secretária voltou a dizê-lo aqui], permitindo uma ação coordenada entre as diferentes estruturas e consequente partilha de recursos materiais e humanos [há 3 anos pelos vistos não resultou]; a alteração de procedimentos no sentido de uma maior desburocratização [a Sra. Secretária reafirmou-o aqui, há 3 anos já tinham reafirmado isso e a Sra. Secretária, sentada na bancada do Partido Socialista, aplaudiu essa intenção e nós não estamos naturalmente contra essa intenção] e agilização, privilegiando o atendimento dos cidadãos de uma forma mais célere e eficaz, garantido o enfoque do *front office* [era outra das realidades que eram afirmadas quando foi aqui proposta a criação do IDSA e do Instituto de Gestão Financeira]; informatização global do sistema” e por aí fora. Salientou ainda, na altura a Sra. Secretária, a poupança que isso trazia e quanto a isso nós, naturalmente, não nos opomos. O Partido Social Democrata dos Açores entende que agilizar procedimentos, melhorar o atendimento, aproximar os serviços das pessoas, descentralizar e desburocratizar, são naturalmente princípios com os quais nós concordamos. Agora, não podemos é simplesmente, com base nos princípios, dizer: “Sim senhor, os senhores que avancem e que façam como muito bem entendem.”

Gostaríamos, por outro lado, que o Governo tivesse tido o cuidado de melhorar este diploma no capítulo da operacionalização, no capítulo de nós podermos, neste Parlamento, ter uma melhor visão daquilo que são verdadeiramente as intenções do Governo, porque a Sra. Secretária, perdoe-me, mas ficamos apenas pelas suas boas intenções e pelas suas palavras, porque na realidade só posteriormente à aprovação deste diploma é que o Governo apresentará depois os estatutos deste instituto.

Portanto, nessa medida, temos grandes preocupações sobre aquilo que será o futuro, tal como tínhamos no passado grandes preocupações quando o Governo propôs a anterior reestruturação e, como disse já anteriormente, o tempo acabou por nos dar razão.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraída Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votará favoravelmente esta proposta de Decreto Legislativo Regional que cria o Instituto de Segurança Social dos Açores, o agora ISSA, e fá-lo na expectativa, e não pondo dúvidas, de que as diferentes manifestações de intenção e afirmações da Sra. Secretária Regional se cumprirão aquando da aplicação deste diploma.

Portanto, não pomos isso em dúvida, porque se tal acontecer cá estaremos também para fazer esse levantamento, essa crítica e esse pedido, no fundo, de contas, digamos assim.

Quando dizemos que fazemos fé e não temos a mínima dúvida neste momento, ou razão para duvidar daquilo que a Sra. Secretária diz, é que na realidade este diploma opera uma reorganização através da fusão de duas orgânicas distintas, nomeadamente o IDSA (o Instituto para o

Desenvolvimento Social dos Açores) e o IGFSS (o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social).

Qual é o objetivo último desta fusão?

Diz também a Sra. Secretária: é alcançar uma mais ágil rentabilização de recursos humanos e financeiros. Nada mais justo, sobretudo no momento em que vivemos nesta Região. Estou a falar em sede de comissão, aquando das declarações da Sra. Secretária.

Deu o exemplo da redução dos dois conselhos diretivos, ainda que em termos muito concretos não seja assim tão substancial essa redução em termos de custos financeiros, digamos, de poupança, mas de qualquer maneira é uma redução e acrescenta (e isto para nós é muito importante) que esta intenção não põe em causa nenhum posto de trabalho. Isto é importante. Mais uma vez é uma manifestação de uma intenção, é um compromisso que a Sra. Secretária Regional assume perante este Parlamento e, portanto, perante todos os açorianos e açorianas.

Acrescenta também que é possível reduzir, fazer uma redução nos custos financeiros sem reduzir pessoal, através de meros mecanismos de reorganização, nos quais se inserem esta fusão. Ninguém será deslocado da sua ilha, os trabalhadores ficarão nas mesmas estruturas, podendo apenas haver lugar a alguma mobilidade funcional, o que também é compreensível, portanto, dentro da mesma ilha, dentro do mesmo espaço, dentro do mesmo local. Esta mobilidade funcional penso que não levantará problemas de maior a qualquer um dos seus trabalhadores.

Diz depois também que tudo isto é feito numa lógica de proximidade e que nenhum conselho ficará de fora, o que se pretende é reorganizar para melhorar e agilizar procedimentos, bem como aumentar a celeridade das respostas, tanto às pessoas, como às empresas.

Sra. Secretária, nós não temos nenhuma razão para votar contra.

Com um objetivo como este, com os compromissos que a senhora assumiu com estas declarações perante esta câmara e perante os açorianos, votaremos favoravelmente este diploma, não deixando de chamar a atenção que mais uma vez, e sempre (isto não é uma característica deste diploma, é uma característica da quase totalidade dos diplomas do Governo Regional), aquilo que é verdadeiramente importante, que é a operacionalização no concreto, acaba sempre por ficar destinado para decreto regulamentar, ou seja, aquilo que é verdadeiramente importante escapa ao escrutínio,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ...à decisão e ao debate deste Parlamento e como temos dito a propósito de outros diplomas (voltaremos a dizê-lo a propósito de um diploma que ainda iremos discutir nesta sessão, que é o FUNDOPESCA), aquilo que é verdadeiramente importante escapa ao escrutínio deste Parlamento e isso o Bloco de Esquerda lamenta, porque pensamos que enriqueceria este documento, enriqueceria esta justa e razoável intenção do Governo em termos de criar sinergias e poupanças, simultaneamente sem pôr em causa os trabalhadores, portanto, sem pôr em causa nenhum tipo de estrutura interna. Falta-lhe de facto o enriquecimento desta operacionalização que lhe traria uma mais-valia de clareza, de transparência e de objetividade e daria a esta câmara a oportunidade de se pronunciar, não passando um cheque em branco e fazendo fé das declarações e dos compromissos que a Sra. Secretária Regional assumiu, mas sabendo exatamente aquilo que está a votar.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente isto vem provar que no Governo Regional e agora sobretudo neste novo Governo Regional, que de novo não tem nada e o que tem de novo não traz nada de novo, é cada cabeça, sua sentença.

Há 3 anos também se anunciou uma grande reforma da Segurança Social como a reforma do século quase,...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Do século XXI, foi?

O Orador: ...que seria feita a nível do sistema de Segurança Social e tecia-se os maiores louvores numa reforma duradoura e que viria para ficar, com poupanças, com melhor operacionalização no terreno, enfim, com proximidade, etc.

Aliás, os mesmos argumentos que a Sra. Secretária usou aqui foram usados pela sua antecessora ali para justificar exatamente o que se vai fazer agora.

Ora bem, se andamos aqui de sistemas evolutivos e progressivos e se progressivamente nos vamos afundando, não percebo onde é que vamos chegar a esse ponto. É porque fazer alterações legislativas de 2 em 2 anos não será naturalmente a melhor técnica legislativa, nem a melhor segurança para os utentes.

Sra. Secretária, se há 3 anos nós demos o nosso apoio ao diploma, justamente acreditando que ele ia melhorar, que ia poupar, que ia trazer maior proximidade ao cidadão, que ia trazer poupanças de escala no sistema (foi com esses pressupostos que demos o nosso voto favorável), hoje podemos dizer que muito pouco disso aconteceu com a reforma que os senhores fizeram. Aliás, antes pelo contrário. O que os senhores fizeram piorou substancialmente a resposta dada ao cidadão e quando me refiro à resposta dada ao cidadão não é só ao cidadão da assistência

social, digamos assim, do Rendimento Social de Inserção e outros. É a resposta dada ao cidadão em termos de reforma, de pedidos das suas informações de carreiras contributivas, etc., etc., etc...

(Aparte inaudível do Vice-Presidente do Governo Regional)

O Orador: Por acaso disse cidadã em português.

Sra. Secretária, o que trouxe foi piorar esta situação e naquilo que os senhores viam por descentralizar, acabaram por centralizar dando uma imagem falsa de descentralização, num vai e vem constante de viagens entre a Terceira e São Miguel para irem a despacho, para irem despachar as coisas a São Miguel, no Instituto de Ação Social e vice-versa. Era interessante saber quantas viagens se fez e se aquelas poupanças das chefias que os senhores diziam (que eu nunca percebi, aliás, acho que ninguém percebeu onde é que se poupou os tais 200 mil euros que os senhores diziam que iam poupar), onde é que se poupou, porque os senhores o que fizeram, ao fim e ao cabo, e vêm agora fazer, é que não fazem a verdadeira reforma. Os senhores voltam a fazer o mesmo erro que cometeram há 3 anos, embora a Sra. Secretária venha justificar com as mesmas justificações que a sua antecessora deu. Ou seja, a Ação Social fica outra vez com as prestações pecuniárias indeferidas, quer dizer, isto não vai funcionar novamente. Isto vai ser outra vez um vai e vem, um corrupio e seria importante saber, por exemplo, o que se tem gasto em viagens, em burocracias e em pedidos que as pessoas têm de fazer.

As pessoas agora dirigem-se à Segurança Social da Horta ou à Segurança Social de Angra e não resolvem nada. É-lhes tudo encaminhado, não conseguem ter serviços de proximidade. Esta sua reforma que devia

aproximar o sistema do cidadão continua no mesmo, ou seja, não aproxima o sistema do cidadão.

Portanto, nós não poderemos nunca, agora, com a experiência do passado, com o benefício da dúvida que vos demos no passado e com a prática que os senhores têm em não operacionalizar aquilo com que se comprometem aqui e com aquilo que escrevem... Desta vez o benefício da dúvida não sei se vai ser dado, Sra. Secretária, porque ainda não nos convenceu e vai ter que se esforçar mais um bocadinho.

Muito obrigado.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Relativamente ao diploma que temos em apreço queria começar por dizer que subscrevo algumas das críticas que foram feitas quer pelo PSD, quer pelo Bloco de Esquerda, no que concerne ao facto de aquilo que é a substância e que se vai traduzir no bom ou mau funcionamento do agora criado Instituto de Segurança Social dos Açores e que resulta da fusão de dois institutos, acaba por não ser feito onde o deveria ser, isto é, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Mas gostaria de aduzir mais algumas questões à análise que fazemos, ou que faço, deste diploma, reconhecendo sem dúvida que a Ação Social tem um papel importante, mas no entanto continua com uma característica que, digamos, não é muito satisfatória e que é a seguinte.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: Não deixa de ser, ou melhor, tem sido utilizado como instrumento político que alimenta dependências...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: ...e sobretudo molda, compra consciências e são conhecidos casos em que as ordens diretas aos técnicos para apoiar estas famílias em detrimento de outras famílias comprova aquilo que acabo de dizer.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: A reestruturação faseada a que V. Exa., Sra. Secretária Regional, se referiu pode ter melhorado, pode vir a melhorar os serviços, a sua racionalização e até dos recursos financeiros públicos nos Açores, mas há uma questão que não está resolvida e que não me parece que haja vontade de resolver, que é a tal questão da instrumentalização política.

Aliás, não consta do diploma que o Governo apresentou, por exemplo, a criação de um conselho consultivo deste instituto à semelhança daquilo que acontece no continente, com o Instituto de Segurança Social, e também que é constatado por um dos pareceres que chegou à comissão sobre esta questão, que aconselhava a criação deste conselho consultivo e que, na nossa opinião, faria todo o sentido.

Por outro lado, há aqui uma outra questão. Independentemente da garantia de que não haverá despedimentos, não haverá diminuição de trabalhadores, a verdade é que há muitos trabalhadores na área da Ação Social que vivem uma situação precária, que vêm as suas carreiras e os seus salários desvalorizados e esta, eventualmente, será uma oportunidade perdida para, sem aumento da despesa pública, poder integrar esses trabalhadores nesta estrutura. Aliás, à semelhança do que foi feito com outras estruturas que aqui foram criadas.

Por estas razões, a não ser que eventualmente algumas delas venham a ser atendidas, o voto da Representação Parlamentar do PCP será um voto contra.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Arlinda Nunes, tem a palavra.

(*) Deputada Arlinda Nunes (PS): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: A evolução de uma sociedade é um processo dinâmico, em constante mutação. Fatores como o crescimento e desenvolvimento dos cidadãos quer a nível individual, quer como membros de determinado grupo profissional e social, bem como membros integrantes e participativos da comunidade onde se inserem, o desenvolvimento empresarial, as alterações económicas e financeiras, levam a esta constante evolução, a constantes alterações e a uma conseqüente constatação de necessidade de aumento de eficácia e de uma resposta ativa e funcional para resolução de todo e qualquer campo, nomeadamente no âmbito dos serviços públicos e do atendimento aos cidadãos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: É neste contexto que surge, agora, esta proposta de Decreto Legislativo Regional, com a criação do Instituto da Segurança Social dos Açores, IPRA, como uma melhor adequação em termos de eficiência e competência junto dos cidadãos, junto dos açorianos. O reconhecimento da realidade leva à necessidade de ajustar os meios técnicos e humanos, otimizando-os, de aproximar as estruturas e as suas competências ao terreno, à realidade, às exigências atuais, aliando especialização e modernização.

A alteração da realidade da segurança social encontra aqui, ao nível da gestão, da coordenação, da rentabilização do tratamento da informação e da rentabilização processual administrativa, um melhor aproveitamento de recursos humanos especializados e a sua possível alocação a áreas deficitárias no âmbito da segurança social.

Esta capitalização de sinergias operacionais e administrativas terá como consequência positiva, uma mais-valia financeira, limitando o crescimento da despesa, e permitindo que as poupanças inerentes sejam canalizadas para o reforço do apoio aos cidadãos, às famílias mais fragilizadas, bem como às empresas.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Esta iniciativa de diploma por parte do Governo Regional revela-se assim, como a concretização de todo um processo evolutivo e uma atualização progressiva e positiva que teve o seu grande impacto com a junção, em 2010, como foi referido pela Senhora Secretária, de 3 organismos em dois institutos – o IDSA e o Instituto de Gestão Financeira Segurança Social e que agora se vem aperfeiçoar, neste momento, fundindo estes dois, num único Instituto – o Instituto da Segurança Social!

Neste, nota-se, desde o início pela interpretação do nome atribuído, a atitude de aproximação constante às pessoas, aos seus hábitos, sendo que este instituto vem ao encontro do que os utentes reconhecem nas suas atribuições: a Segurança Social! E que em nada se afasta dos pressupostos de política social.

Na altura, sempre foi referido que não seria uma ação definitiva, mas que fazia parte de uma mudança gradual e progressiva, onde seria possível comprovar todas as vantagens burocráticas e administrativas expectadas, e verificar o quê, e onde, seria necessário melhorar.

Assim foi, e agora o ISSA, Instituto da Segurança Social nos Açores, não é mais do que a agregação destes dois institutos, numa junção integral de competências, o que na prática se irá verificar numa maior eficácia dos serviços, numa junção dos respetivos órgãos, de chefias, evitando duplicação de estruturas administrativas, numa progressiva uniformização

e celeridade de procedimentos, retirando peso à máquina burocrática que ainda se nota em determinadas competências administrativas duplicadas, permitindo uma melhor coordenação entre as diversas áreas, salvaguardar maior celeridade e uma uniformização qualitativa nas tramitações processuais, nas decisões administrativas e por último, num maior controlo da atividade, resultando no objetivo final deste diploma – atingir maior estabilidade institucional nesta área, aumentar a proximidade e a qualidade dos serviços que são prestados aos cidadãos, às empresas, em suma a todos os utentes deste sistema e no fundo, avançar na permanente adequação à realidade da segurança social dos Açores.

Pelo exposto, por todas as vantagens e qualidades entendidas nesta proposta de diploma apresentada pelo Governo Regional, nada mais nos resta acrescentar a não ser que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apoia e votará favoravelmente esta proposta de Decreto Legislativo Regional.

Quanto às afirmações referidas pela oposição, pelo Partido Social Democrata, quando refere que as políticas sociais são uma prioridade, também para nós são e a prova disso está aqui, na análise. Está aqui em cima da mesa em análise.

Deputados Lúcio Rodrigues e José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: O reconhecimento que realmente não estava perfeito, o reconhecimento que é necessário melhorar é a prova disso, que as políticas sociais continuam a ser uma prioridade para este Governo e para o Grupo Parlamentar.

Quando se fala da operacionalização no passado, que continua no presente e que demonstra continuar no futuro de fora deste diploma, penso que tudo leva a que assim seja. Sendo a Assembleia Legislativa, cabe-nos a nós...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tenha fé, Sra. Deputada, tenha fé!

A Oradora: ...criar a estrutura legal e não executiva.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É um cheque em branco!

A Oradora: Quando se refere à redução apenas de um cargo único de chefia, é verdade. Reduz um, reduz dois vogais não remunerados e também foi mencionado pela Sra. Secretária que haverá uma redução de coordenadores. Portanto, é tudo um processo que irá ter a sua continuação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já sabemos!

A Oradora: Foi referido ali, na tribuna.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e do Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Quando refere que os efetivos e concretos efeitos desta proposta dependem do grau de discricionariedade e que o tempo deu razão... Houve situações que não funcionaram bem e é mais uma vez a prova que estamos aqui.

Agora, não tem motivo nenhum para não crer e para não reconhecer que os estatutos que vieram no seguimento da criação do IDSA e do Instituto de Gestão Financeira, vieram no seguimento do Decreto Legislativo Regional. Portanto, não há motivo nenhum para não crermos que assim continuará a ser, aliás, numa forma muito mais progressiva e evolutiva no bom sentido.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Quanto ao Sr. Deputado Aníbal Pires, quando refere os órgãos de natureza consultiva mencionados pelo sindicato, sim senhor, mas também está aqui referido, no artigo 5.º, no n.º 2, que os estatutos do ISSA poderão prever órgãos de natureza consultiva ou de participação.

Deputados Berto Messias e Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pronto!

A Oradora: Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

(*) Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda):

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostava de começar por responder à crítica que foi transversal aos partidos da oposição quanto à questão da operacionalização deste DLR.

Penso que se poderia de alguma forma responder a esta crítica numa palavra muito simples. Há diferenças entre o poder legislativo e o poder executivo e essa diferença expressa-se no conteúdo do que são os DLR e no conteúdo do que são os DRR.

Compete ao Governo operacionalizar os princípios e as orientações que são votadas na legislação, na lei, que é aprovada por esta Assembleia.

Compete ao Governo respeitar, como foi dito pela Sra. Deputada Zuraida Soares, o que é aqui aprovado e se o Governo não operacionalizar à luz dos princípios que são aqui aprovados esta Assembleia tem o dever de o sancionar nesse sentido.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E sanciona! E a Segurança Social!

A Oradora: Portanto, não é só uma questão de boa-fé na Secretária Regional. É uma questão de confiança, é óbvio, do partido que apoia o Governo, em primeiro lugar, no Governo que foi eleito democraticamente,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Governo não foi eleito, Sra. Secretária!

A Oradora: ...mas uma confiança na separação de poderes que existe e que dá a este Governo o dever de regulamentar a legislação que é aqui aprovada.

Portanto, se alguma dúvida há...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Alguma!

A Oradora: ...quanto ao distanciamento que pode existir entre o DLR e o DRR, não ouvi aqui nenhum dos Srs. Deputados dizer que o DRR que está em vigor, que é o 8/2011, de 12 de abril, fira os princípios que foram aprovados nesta Assembleia pelo DLR de 2010.

Se algum princípio foi ferido, ou se algum desajustamento existe entre esse diploma regulamentar e o DLR, que o apontem, porque é a esse nível que nós temos de analisar a coerência entre os estatutos que vão sair para se conformarem a esta legislação e os estatutos que atualmente existem que se conformam aos princípios que criaram o IDSA e o IGF. Esse é o primeiro aspeto.

Quanto à questão que o Sr. Deputado Artur Lima quis dizer da reafirmação dos mesmos objetivos. É evidente que têm de ser os mesmos objetivos, porque estamos a concluir um processo que foi iniciado em 2010...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Isto é a conclusão?

A Oradora: O senhor ouviu-me falar disso. Disse concluir a última etapa de um processo que se iniciou em 2010, ou seja, nós não estamos a fazer rutura,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Sra. Secretária disse que era um processo evolutivo e conclusivo!

A Oradora: Exatamente.

...e que se concluía nesta etapa. Disse que se concluía nesta etapa. O senhor depois pode ler o Diário das Sessões.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é preciso, eu acredito em si!

A Oradora: Ainda bem que o senhor acredita!

Acho é que nós não estamos a fazer nenhuma rutura com o existente, nós estamos a melhorar o existente, estamos a procurar mais eficiência, mais eficácia e esta apresentação, esta proposta (é um facto que decorre ao fim de 3 anos de um diploma que veio aqui fazer, esse sim, a grande mudança nos institutos da Ação Social) agora é, digamos, um afinamento, é uma conclusão de um processo para melhorarmos a eficácia e a eficiência que temos noção que é possível através desta alteração.

Por isso, não é uma alteração de fundo, não é uma alteração de princípio, de competências, como podem analisar. Eles transferem-se do diploma anterior, dos dois institutos, para este novo instituto. Portanto, não há aqui qualquer rutura com o que estava anteriormente.

Quanto à dúvida que se colocava e que se volta outra vez a colocar à questão da proximidade. Congratulo-me e vou aqui recordar as afirmações do Deputado António Marinho que disse que o seu grande receio era que a Secretaria Regional, o Governo Regional, pusessem em causa a continuidade de uma Ação Social de proximidade.

Ainda bem que o senhor reconhece que nós temos uma Ação Social de proximidade, porque disse...

Deputado António Marinho (PSD): Isso é a senhora que está a concluir!

A Oradora: Não! As declarações estão escritas e transcritas na comunicação social.

O senhor tem dúvidas quanto à continuidade da proximidade. Ela existe e vai continuar a existir com o Instituto de Segurança Social.

Deputado António Marinho (PSD): Isso é o que a senhora está a dizer. Isso só está na sua boca, não está em documento nenhum!

A Oradora: Isto é só para lhe dar uma palavra de alento, para o senhor não ficar com dúvidas em relação a isso.

Agora, gostava de responder ao Sr. Deputado João Bruto da Costa quanto às várias críticas que fez, nomeadamente quando falava que lamenta não se ter melhorado este diploma.

Se bem me recordo, essa é a função dos Deputados,...

Deputado Berto Messias (PS): Não temos propostas do PSD!

A Oradora: ...melhorar os diplomas.

Se os senhores têm propostas para melhorar este diploma, não tinham mais do que as apresentar em sede de comissão parlamentar.

Portanto, se não as apresentaram é porque entenderam que a proposta que o Governo submeteu a esta Assembleia estava suficientemente boa, adequada,...

Deputado António Marinho (PSD): Presunção não lhe falta, Sra. Secretária!

A Oradora: ...para ser votada em plenário.

Portanto, a melhoria compete aos Deputados fazer, apresentar propostas de alteração. Nós estamos aqui para as analisar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto até estava a correr bem! Ela que não se estique para ver se acaba bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Presunção e água benta, cada um toma a que quer!

A Oradora: Diz que não há nada neste diploma que garanta que o que vai acontecer é realmente uma melhoria no atendimento das pessoas. Aliás, o senhor disse várias vezes: “são palavras”, “são boas intenções da

Secretária Regional”, “é um cheque em branco”, “não sabemos o que é que vai acontecer”, “só vamos verificar isso nos estatutos.”

Sim, o senhor é jurista, sabe isso perfeitamente. O senhor vá verificar isso nos estatutos, como pode verificar nos estatutos atualmente em vigor se eles estão ou não estão a ser concretizados no terreno. Comece por aí e depois verá os próximos estatutos.

Agora quanto à questão das palavras. Realmente acho interessante que o PSD diga, e foi dito na sua introdução, que assume como prioridade as políticas sociais, que assume como prioridade estar ao lado das pessoas e tenho pena aqui não estar presente o líder da vossa bancada, porque ainda recentemente foi dito que o Governo Regional o que pretendia era falsamente falar, de estar próximo das pessoas e depois por trás o que pretendia mais não era do que cortar no apoio da Segurança Social. Estas foram palavras do líder do PSD numa visita que recentemente fez ao Colégio São Francisco Xavier.

Pois lamento informar que na aprovação que foi feita recentemente do Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas, o Partido Socialista propôs uma alteração de 2,5 mil milhões de euros, que era a proposta da Comissão Europeia, para 3,5 mil milhões de euros e a Deputada que supostamente defende os Açores do PSD, no Parlamento Europeu, Dra. Maria do Céu Patrão Neves, votou contra.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O quê? Isso é muito grave, é gravíssimo!

A Oradora: Portanto, é esse PSD que critica o Governo Regional de estar aqui a apresentar um apoio às pessoas e por trás quer é prejudicar, que vem com um diploma, mas por trás quer é prejudicar, é esse PSD que vota contra o aumento.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é gravíssimo!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Defesa da honra!

A Oradora: Se os senhores precisarem de uma prova material tenho aqui as votações desse ponto no Parlamento Europeu.

Portanto, é bom que os senhores repensem a vossa política social.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Defesa da honra!

No mínimo!

Deputado Berto Messias (*PS*): Aguardamos as vossas justificações.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Acho lamentável que a Sra. Secretária Regional, perante a crítica unânime, perante a crítica construtiva e unânime por parte da oposição, queira criar *fait divers* relativamente ao que estamos a discutir.

A crítica que é feita ao Governo...

Deputado Berto Messias (*PS*): Não é um *fait divers*, é um facto muito relevante nesta discussão!

O Orador: *Fait divers* em relação a esta discussão, porque se quisermos falar, se quisermos transformar a discussão da criação do Instituto de Segurança Social dos Açores nas políticas sociais nos Açores vamos para outro campo.

A crítica, Sra. Secretária, construtiva que toda a oposição lhe fez relativamente a este diploma tem uma origem. Foi há 3 anos, quando os senhores trouxeram aqui a criação do Instituto de Gestão Financeira e do IDSA e que foi feita precisamente nos mesmos termos de excluir este Parlamento de matérias que têm a ver com a operacionalização e com a resposta que é dada às pessoas. Tanto tinha razão a oposição que alertou

para isso, nomeadamente o Partido Social Democrata dos Açores, que é facto que não resultou. Não resultou!

As pessoas têm queixas, as pessoas dirigem-se aos serviços e não obtêm repostas como muito bem afirmou o Sr. Deputado Artur Lima.

Aliás, a crítica que nós fazemos, e por isso não votaremos a favor deste diploma apesar de concordarmos com parte substancial dos princípios a ele subjacentes, é precisamente essa. É que o Parlamento é posto à margem. Os senhores com base nessa ideia de separação de poderes que têm ao longo destas últimas legislaturas...

Aliás, é uma prática recorrente do Partido Socialista vir ao Parlamento, porque em termos estatutários têm que trazer cá isto. Para os senhores deve ser uma chatice, porque depois tudo o resto é feito pelo Governo Regional.

Ora bem, temo-lo dito noutras matérias, em muitas outras matérias, e vamos continuar a dizê-lo:...

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*): Há quem fale em cheque em branco!

O Orador: ...achamos importante a participação deste Parlamento na discussão em concreto da resposta que é dada às questões que são postas em termos da resposta social, ou da resposta dos serviços às questões sociais, sejam elas de que natureza forem.

O que não pode continuar é a Sra. Secretária achar que, porque lhe é feita uma crítica relativamente ao modo com que operacionalizou, com que levou à apresentação desta proposta do Governo, tem de desviar o assunto para políticas sociais, ou para respostas sociais, ou para outros conteúdos de que me abstenho, neste momento, de comentar por uma razão muito simples. Porque senão daqui a pouco tenho a Sra. Presidente do

Parlamento a dizer que estamos a fugir ao tema, como aliás a Sra. Secretária muito bem sabe.

Queria só dizer à Sra. Deputada Arlinda Nunes e agradecer-lhe quando concordou com o Partido Social Democrata relativamente às críticas que foram feitas ao que aconteceu nos últimos 3 anos, porque certamente a Sra. Deputada e os Srs. Deputados desta casa todos ouviram e a todos lhes chegou o *feedback* por parte dos utentes que se dirigem aos serviços da Ação Social e aos serviços do Governo e que não obtêm respostas céleres, eficazes e úteis para os seus problemas, situações que se têm vindo avolumando, porque o papel tem que ir para cá e tem que ir para lá, porque têm de esperar daqui, que têm de esperar dacolá.

Precisamente por isso gostaríamos (enquanto partido da oposição responsável, nós, Partido Social Democrata)...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Está melhor assim!

O Orador: ...de poder ver este Parlamento participar mais nestas questões.

O Governo insiste que o Parlamento deve apenas fazer aquilo que é passar o cheque em branco ao Governo Regional e o Governo Regional organiza-se. Certamente que estatutária, jurídica e legalmente tudo isso estará correto, Sra. Secretária.

O que não está correto é querer que nós tenhamos a confiança política neste Governo Regional, porque efetivamente, atendendo àquilo que é a experiência dos últimos 3 anos, não a podemos ter.

Obrigado.

Deputados António Marinho e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Piedade Lalanda*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Vou retomar a mesma resposta que disse há pouco, porque não vi chegar ou ser dito em sede de comissão parlamentar qualquer proposta do PSD no que seria o figurino ideal deste DLR.

Se os senhores não concordam com a estrutura dos artigos, do conteúdo deste DLR (não sei porquê! Porque estariam, na minha ótica, a ultrapassar os limites da sua própria competência) e se entendessem que este DLR não corresponde às vossas expetativas, mais não tinham do que apresentar um de acordo com as vossas expetativas.

É para isso que os Deputados estão na Assembleia, é para apresentarem alternativas legislativas de acordo com aquilo que defendem e que acham que é correto.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): São todas chumbadas!

A Oradora: Portanto, da parte do Governo Regional, o Governo Regional e a Secretaria Regional da Solidariedade entende que vem na lei, vem neste DLR o que tem de vir na lei.

Vou repetir, o senhor é jurista: vem na lei o que tem de vir na lei.

O Governo não retira poderes nem competências à Assembleia, mas também não se demite das suas próprias competências.

Portanto, as competências do Governo residem exatamente na execução daquilo que é aprovado nesta Assembleia, do espírito da lei que é aqui aprovada.

Os senhores se acham que esta lei é uma lei que está com vazios legais, então que apresentem um DLR de acordo com esses vossos princípios. Penso que não há dúvidas em relação a isso.

O Governo Regional, com este DLR, não se demite das suas responsabilidades.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, a questão não é posta nesses termos que a senhora pôs. A questão não é posta nesses termos.

Deputado José San-Bento (PS): Não, não é!

O Orador: O Governo apresentou uma proposta que, em nosso entender, devia ser mais completa em termos desta Assembleia perceber as intenções do Governo. São as intenções do Governo!

Quem apresentou uma proposta de Decreto Legislativo Regional foi o Governo, não o Partido Social Democrata.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas onde é que está o espírito construtivo da oposição?

O Orador: Quem, na nossa opinião, deveria ter completado esta proposta, de forma a nós podermos melhor avaliar todas as consequências que daí advém, do que vai na cabeça do Governo relativamente àquilo que é a reforma que agora diz que quer completar, mas, enfim, passa de uma legislatura para a outra (isso é outra confusão que nem vale a pena entrarmos por aí), mas a quem compete...

Não estamos a falar de balizas legislativas. Estamos a falar da intenção do Governo de reorganizar os serviços de Ação Social nos Açores, criando um novo instituto e extinguindo outros dois, e que traz uma proposta que, na nossa opinião, é pedir ao Parlamento para passar um cheque em branco...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não é com essa estrutura, é com tabelas!

O Orador: ...e nessa medida nós fazemos essa crítica que é construtiva e que serve para o futuro.

Sra. Secretária, quando vier a este Parlamento com novas propostas, desta ou de outra natureza, tal como vimos reafirmando no passado relativamente a outras matérias, entendemos que fica o Governo em falta quando não apresenta mais conteúdo nas suas propostas para que o Parlamento possa efetivamente avaliar as intenções do Governo. É isso que está em discussão. É isso que está em causa. Não é o facto de os Deputados trabalharem mais ou menos nas propostas que o Governo apresenta.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para encerrar este assunto queria voltar, mesmo que lhe pareça uma deriva, à crítica que há pouco lhe fiz, que fiz ao PSD.

Há coerência na prática do Governo Regional.

O Governo Regional está aqui sujeito à vossa fiscalização e aquilo que o Parlamento entender que fere os princípios das leis que aprovaram neste Parlamento (e há pouco o Sr. Deputado Artur Lima disse que tinha dado o seu voto favorável ao último DLR, mas que não daria a este DLR, ou estaria à espera de mais algumas justificações para o fazer), portanto, se há dúvidas quanto à ação do Governo, o Parlamento tem o dever de fiscalizar.

Há coerência entre aquilo que nós apresentamos e a nossa ação e o Parlamento deve fiscalizar a ação do Governo e deve ver se essa coerência existe.

Agora, o que a gente verificou recentemente nas declarações do PSD, do líder do PSD, quanto à forma como o PSD/Açores defende as populações mais carenciadas, quanto à forma como o PSD/Açores defende as políticas sociais,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: ...inclusive, a Segurança Social, depois vamos ver que no Parlamento Europeu age exatamente ao contrário,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ...isso é que é incoerência, isso é que é um cheque em branco dado a uma Deputada que não respeitou os Açores e não defendeu os Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Responda a esta parte!

Deputado Luís Maurício (PSD): Sobre o Fundo de Auxílio Europeu a Sra. Secretária não falou!

Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda): Já respondi!

Deputado Luís Maurício (PSD): Respondeu muito mal! Quando vem escrito percebe-se, quando não vem subentende-se!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Arlinda Nunes, tem a palavra.

(*) **Deputada Arlinda Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Só aqui para esclarecer um pequeno ponto e tentar clarificar de algum modo a situação.

Quando é aqui referenciado que este diploma não trouxe vantagens, nomeadamente na celeridade dos procedimentos e das tramitações, quando se diz que se volta cá, é porque é um assumir que realmente ele não estava bom e que é necessário melhorar, é sim senhor. Realmente é, porque se ele fosse perfeito não havia necessidade de estar cá.

Mas agora essa centralização a que se referem e a que aludem é interpretada dessa forma pela oposição, mas para nós, é muito mais do que isso. É muito mais do que uma centralização processual. É poupar tempo na resolução de procedimentos, evitando que eles tenham de seguir os trâmites atuais e em alguns casos de serem analisados pelos dois institutos.

Daí que estamos aqui hoje. Centrando sim, mas centrando a componente burocrática, evitando divergências de análises entre os diversos institutos e possíveis divergências de opiniões e de resultados. Em simultâneo, vamos permitir que nesse recurso, que nessa rentabilização de recursos financeiros e humanos, venhamos realmente dar uma mais-valia no que aqui interessa e no grande objetivo deste diploma, ou seja, a aproximação às pessoas, a aproximação ao terreno, a resposta exata e rápida no dia-a-dia das pessoas e das famílias.

Obrigada.

Deputadas Benilde Oliveira e Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda): Sra. Presidente, eu só pedia o favor para a redatora registar o aparte do Sr. Deputado Luís Maurício.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e do Vice-Presidente do Governo Regional: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se ouvirem, se não ouvirem não podem registar!

Presidente: A Mesa não tem mais inscrições.

Vamos então passar à votação na generalidade deste Decreto Legislativo Regional.

Srs. Deputados, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada na generalidade com 27 votos a favor do Partido Socialista, 1 voto a favor do Bloco de Esquerda, 18 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Passamos então agora à votação na especialidade.

A Mesa não recebeu propostas de alteração.

O diploma é constituído por 22 artigos. Pergunto se os posso colocar à votação em conjunto, se querem que se faça votação artigo a artigo.

Pode-se votar em conjunto?

Sr. Deputado Aníbal Pires, pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não consegui perceber o método de votação...

Presidente: A pergunta era: o diploma é constituído por 22 artigos, se os poderia colocar...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O 5.º e o 22.º...

Presidente: Desculpe, o 5.º e ?

Deputado Aníbal Pires (PCP): O 5.º e o 22.º.

Presidente: Para votar em separado? Muito bem.

Então vamos votar do artigo 1.º ao 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de sentar.

Secretário: Os artigos em votação foram aprovados com 27 votos a favor do Partido Socialista, 1 voto a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Muito bem.

Vamos então agora votar o artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de sentar.

Secretário: O artigo 5.º foi aprovado com 27 votos a favor do Partido Socialista, 1 voto a favor do Bloco de Esquerda, 18 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do PPM...

Peço desculpa.

Presidente: Pode repetir, Sr. Secretário.

Secretário: O artigo 5.º foi aprovado com 27 votos a favor do Partido Socialista, 1 voto a favor do Bloco de Esquerda, 1 abstenção do PCP, 18 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra...

(Apartes inaudíveis da câmara)

Secretário: Troquei as abstenções. Peço desculpa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O PCP votou contra.

Presidente: Sim, sim.

O Sr. Secretário já vai ler a votação.

Secretário: Peço desculpa pelo erro, mas troquei as abstenções.

Presidente: Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O artigo 5.º foi aprovado com 27 votos a favor do Partido Socialista, 1 voto a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP, 18 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Vamos então agora votar o bloco de artigos do 6.º ao 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de sentar.

Secretário: Os artigos em votação foram aprovados com 31 votos a favor do Partido Socialista, 1 voto a favor do Bloco de Esquerda, 18 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Agora sim votamos o artigo 22.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de sentar.

Secretário: O artigo 22.º foi aprovado com 27 votos a favor do Partido Socialista, 1 voto a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP, 18 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O PPM votou contra.

Secretário: Votou contra? Peço desculpa.

Vou repetir a votação.

Presidente: Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O artigo 22.º foi aprovado com 27 votos a favor do Partido Socialista, 1 voto a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 18 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Passemos então agora à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de sentar.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 27 votos a favor do Partido Socialista, 1 voto a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP, 18 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Muito bem. Muito obrigada, Sr. Secretário.

Avançamos na nossa Agenda.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para uma declaração de voto?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM absteve-se no âmbito desta votação, porque chegámos à discussão deste assunto com dúvidas em relação à eficácia desta legislação e depois da discussão realizada mantemos estas dúvidas.

Consideramos, em primeiro lugar, que sim, esta legislação simplifica e de facto do ponto de vista daquela que é a sua estrutura é uma estrutura mais simplificada e é uma estrutura que elimina a multiplicação de responsabilidades nesta matéria e de organismos. Evidentemente que isso é sempre uma vantagem.

Por outro lado, consideramos que aquilo que aqui foi dito por vários partidos da oposição no sentido de que existem matérias que do ponto de vista da sua importância de funcionamento concreto são absolutamente cruciais, essas ficam para regulamentação por parte do Governo e nessa matéria, de facto, este Governo Regional, tal como os anteriores, abusa em relação ao mandato que lhe foi conferido, porque o Governo Regional – é preciso referenciar – não foi eleito. Quem foi eleito foram os Deputados que estão nesta casa e a legitimidade do Governo é uma legitimidade que depende dos Deputados e das maiorias que aqui se geram. Essa é que é a verdade.

Portanto, nesse sentido e tendo em conta a natureza parlamentar do nosso sistema, o excessivo papel no âmbito da regulamentação que o Governo tem vindo progressivamente a aumentar (esta é a minha sensação, aliás, não é a sensação, é a minha convicção) não se coaduna com aqueles que são os princípios do funcionamento do nosso sistema político.

Por fim, dizer que a Sra. Secretária transmitiu aqui alguns compromissos do ponto de vista político. Só que quando estes compromissos não espelham aquilo que está escrito na legislação é sempre um risco enorme para os Deputados votarem a favor de um compromisso verbal que depois pode não se traduzir na prática.

Tenho um caso da anterior legislatura, a questão dos roteiros culturais, em que acreditei na palavra que me foi dada pelo proponente da iniciativa em relação à existência de roteiros culturais nas ilhas mais pequenas e depois, o que é certo, é que o proponente se comprometeu nessa matéria e não o fez.

Nesse sentido, não repito os erros que tenho cometido ao longo desta presença no Parlamento e evidentemente confio exclusivamente naquilo que está escrito e o que está escrito não garante, não dá ao PPM, a absoluta garantia de que matérias fundamentais vão ser tratadas com a equidistância e o rigor que merecem.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais declarações de voto.

Não havendo, então sim passemos ao ponto 3 da nossa Agenda, com o **Projeto de Resolução n.º 20/X – “Bolsas de Investigação Científica”**, apresentado...

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 16 horas e 35 minutos.

Eram 16 horas e 20 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que reocupassem os vossos lugares.

Eram 16 horas e 41 minutos.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos com o ponto 3 da Agenda: **Projeto de Resolução n.º 20/X – “Bolsas de Investigação Científica”**, apresentado pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Foi distribuída por todas as Sras. e Srs. Deputados uma proposta de substituição integral. É sobre ela que se vai centrar o debate e também será ela que irá a votação.

Para o debate o partido proponente, o Bloco de Esquerda, o Partido Socialista e o Governo têm 25 minutos; o PSD, 20 minutos; o CDS, 13 minutos e o PCP e o PPM, 10 minutos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apetecia-me começar esta primeira intervenção sobre o nosso Projeto de Resolução dizendo assim: “Estava a linda Inês posta em sossego”.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

A Oradora: Ou seja, estavam os nossos bolseiros de investigação a fazer o que lhes compete, que é produzir ciência, a investigar, contando e na expectativa das regras dos contratos que tinham estabelecido com o Governo Regional, nomeadamente em 2012, quando o Sr. Secretário Regional no início do ano, no início de janeiro deste ano (por razões que o Sr. Secretário, do nosso ponto de vista, não chegou a esclarecer completamente, pelo menos por forma a nós entendermos aquilo a que muitos classificaram, e o Bloco de Esquerda também, de ambiguidade, de confusão, de um *nim*: sim, não; às vezes sim, às vezes não; isto agora sim, depois não), lançou uma imensa confusão sobre os nossos bolseiros, no sentido do que é que eles tinham garantido para a sua atividade primordial que é produzir ciência, ou seja, colaborar na riqueza, no desenvolvimento, no progresso da nossa Região e também na afirmação,

neste caso, da nossa universidade, da Universidade dos Açores, no panorama regional, nacional e internacional, quando caiu o “carmo e a trindade”, dado o Sr. Secretário Regional ter vindo insinuar (não digo afirmar, porque depois se provou que não era bem uma afirmação, mas insinuar) que se preparava para cortar metade das bolsas atribuídas pelo FRC e que para além disso o cumprimento do pagamento de bolsas, matrículas e propinas iria ser revisto, que o comprometimento que a Região tinha assumido, o compromisso que a Região tinha assumido com estes bolseiros no ano anterior, iria estar sobre avaliação. No fundo é isto. Aliás, os próprios bolseiros e o seu trabalho, os próprios projetos, seriam reavaliados.

Isto é o contraditório, pensamos nós - aliás, dizemo-lo no corpo do nosso Projeto de Resolução -, é completamente contraditório com aquilo que o Sr. Secretário, um mês antes, ou seja, em dezembro de 2012, tinha afirmado, quando dizia que *'a importância de se manter um diálogo assíduo com os centros de investigação científica dos Açores, no sentido de dar continuidade ao bom trabalho desempenhado nas diversas áreas'* era absolutamente essencial e que *'houve alguns compromissos assumidos pela Secretaria Regional da Educação Ciência e Cultura para que se possa dar continuidade aos trabalhos de investigação que já se desenvolvem há alguns anos.'* Acabei de citar, é entre aspas. São palavras do Sr. Secretário.

Entre esta afirmação e depois aquela em que surgem as informações ambíguas, um pouco atabalhoadas, quer na forma da comunicação, quer na forma como elas surgem na própria comunicação social e o desassossego criado no seio dos bolseiros como é evidente, é o seu trabalho, o seu futuro e também a sua carreira (porque também estão a

trabalhar para ela ainda que indiretamente) que ficam completamente postos em causa.

Então o que é que do nosso ponto de vista aconteceu entre dezembro de 2012, onde o Sr. Secretário diz, e bem, tudo isto que acabei de citar, e janeiro de 2013, onde o Sr. Secretário Regional vem acabar um pouco por desdizer e dar o dito por não dito?

Houve uma mudança de discurso clara. Houve uma mudança de discurso clara da parte do Governo Regional que levantou nos bolseiros, que são os principais protagonistas de toda esta história, na Universidade dos Açores e na opinião pública em geral, a desconfiança de que os projetos de investigação e os centros de investigação estavam ameaçados.

Se era de morte, ou se era apenas de uma estucadazinha, isso ainda estava por se provar.

É então que em fevereiro deste ano o Bloco de Esquerda entrega, nesta casa, um Projeto de Resolução, que recomenda, através da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

A Oradora: ...ao Governo Regional que:

“1- Cumpra os contratos com o(a)s bolseiro(a)s do Fundo Regional para a Ciência, mais concretamente no que diz respeito:

- a) pagamento das bolsas;
- b) pagamento das propinas, conforme o respetivo regulamento;
- c) renovação dos contratos das bolsas, de acordo com o Regulamento Geral de Bolsas”.

Por que é que aparece aqui na alínea b) o pagamento de propinas?

Porque como o Sr. Secretário Regional bem se recorda o pagamento das propinas também ficou sob confirmação. “Pagaremos a quem?

Pagaremos só durante este ano (e o ano seria 2012-2013, o ano letivo 2012-2013)?

Depois será tudo reavaliado se pagaremos ou não.

Isso sairá num despacho normativo” que o Sr. Secretário Regional disse em março deste ano que sairia imediatamente, mas que na realidade até hoje ainda não saiu. Não tendo saído, ninguém sabe exatamente (desde aquele momento de desassossego e de pânico que se instalou na comunidade científica e na opinião pública até hoje) o que é que na realidade o Sr. Secretário Regional se prepara de facto (e o Governo Regional por seu intermédio) para fazer.

Daí que 6 meses depois de nós termos apresentado este Projeto de Resolução, o seu ponto 1 com as diferentes alíneas tenha toda a atualidade, porque se não tivesse, Sr. Secretário Regional, como bem sabe e como já demos provas disso neste Parlamento, o Bloco de Esquerda não teria nenhum problema em retirar a sua proposta se entendesse que ela estava respondida pelo Governo Regional. Não a retira porque entende que até agora as coisas não estão suficientemente esclarecidas por ninguém.

Aliás, como o Sr. Secretário também sabe. Não é o Bloco de Esquerda que o diz, são os próprios bolseiros que foram ouvidos também no âmbito de uma petição contra o desmantelamento do sistema científico na Região entregue nesta casa dois dias depois deste Projeto de Resolução, o que prova bem que as nossas dúvidas não são dúvidas estratosféricas, são dúvidas partilhadas.

Portanto, na realidade nós mantemos este ponto.

No segundo ponto do nosso Projeto de Resolução nós recomendávamos ao Governo que criasse “um regime compensatório para os bolseiros da

Fundação para a Ciência e Tecnologia que desenvolvam trabalho de investigação na Região.”

E por que é que o fizemos?

Fizemo-lo no sentido de responder a uma provocação que o Sr. Secretário Regional, em algumas das suas afirmações, tinha feito, quando chamava atenção de que os bolseiros da República na Região recebem pouco menos cento e poucos euros relativamente aos bolseiros da Região, portanto, financiados pelo orçamento da Região.

Isso deixou-nos antever a possibilidade de um nivelamento por baixo, ou seja, os bolseiros da Região iriam passar a receber o mesmo dos da República que aqui estão, ou seja, menos e menos para pessoas que não têm coisíssima nenhuma, nem garantia nenhuma na sua vida ano após ano, nem sequer alguma coisa que lhes garanta a subsistência quando uma bolsa ou um projeto acaba. Não é de somenos importância o menos que lhes seria retirado.

Na proposta de substituição que o Bloco entregou, o ponto 1 mantém-se em todas as suas alíneas e o ponto 2 passa a ter a seguinte formulação que depois explicarei.

O Bloco de Esquerda “recomenda à FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia – sob tutela do Governo da República, que crie um regime compensatório destinado aos seus bolseiros, que desenvolvam trabalho de investigação científica na Região Autónoma dos Açores, por forma a que o montante da Bolsa seja idêntico ao recebido pelos bolseiros do FRC – Fundo Regional para a Ciência – sob tutela do Governo Regional.”

O que é que esta reformulação do Bloco de Esquerda garante?

Duas coisas.

Primeiro, há a reposição de alguma justiça que o Governo da República se recusa a fazer, na medida em que estas bolsas do Governo da

República não são atualizadas desde o ano de 2002. Portanto, isso permite-nos avaliar o poder, a capacidade de subsistência e de dignidade pelo trabalho que desenvolvem os bolseiros da República na Região Autónoma dos Açores.

E se me permite a sinceridade, Sr. Secretário, também lhes garante outra coisa. É que o Sr. Secretário não vai nivelar por baixo, portanto, baixar as bolsas da Região. Pelo contrário, exige à República que equipare as suas às da Região Autónoma dos Açores.

Portanto, nós favorecemos mais os bolseiros, mantemos a discriminação positiva que os nossos bolseiros da Região têm, porque a insularidade também é vivida por eles, mas também fazemos um *forcing* para que o Governo da República reponha justiça e decência naquilo que tem vindo a retirar de variadíssimas maneiras, desde logo porque desde 2002 esta atualização não é feita. Se vêm estudar para a Região Autónoma dos Açores é justo que tenham o mesmo tipo de provento, digamos assim, para a sua subsistência, que todos os outros bolseiros e investigadores da nossa Região.

Ficava-me por aqui nesta primeira apresentação.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa já tem inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** (*Luiz Fagundes Duarte*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pegando no registo poético da Sra. Deputada, posso dizer que a bela Zuraída pode estar descansada, em sossego, porque se houve

desassossego nesta matéria, ele foi inicialmente, desde o início, esclarecido.

Sempre disse e disse-o logo quando foi levantada a questão numa reunião que tive na Universidade dos Açores, em fevereiro de 2013 (foi na sequência disso que a Sra. Deputada apresentou esta iniciativa),...

Deputada Zuraída Soares (BE): Exatamente!

O Orador: ... na Comissão de Assuntos Sociais, a 14 de junho de 2013, como em reuniões com os bolseiros (tive pelo menos duas), na comunicação social (ainda hoje, pode verificar), onde sempre foi dito que nunca estive em causa nem as bolsas atuais, nem o respetivo pagamento que está a ser feito normalmente, nem o respetivo valor. Nunca falei disso.

Aquela interpretação de serem cortadas para 50% surgiu numa situação que envolveu vários aspetos e vários intervenientes que não apenas eu.

De qualquer maneira, eu sempre disse isso, está registado no relatório da comissão, está registado em muitos órgãos de comunicação social. Nunca estive em causa o pagamento das bolsas, nunca estive em causa o cumprimento dos contratos assinados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh! Essa é novidade!

O Orador: Agora há aqui uma coisa que é preciso distinguir.

Por um lado, são as bolsas que o Fundo para a Ciência, que na altura tinha outro nome, mas o atual Fundo para a Ciência, o Fundo Regional da Ciência,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não houve *overbooking*?

O Orador: ...atribui a estudantes de doutoramento ou de pós-doutoramento da Universidade dos Açores ou ligados à Universidade dos Açores, ou a outras, porque também há parceiros que estão noutras universidades, por exemplo, em Aveiro, no Algarve, etc.

Outra coisa, é a política científica que o Governo está a montar na sequência da separação entre Ciência e Tecnologia, como sabe.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Está a montar!

O Orador: Sr. Deputado, embora seja em aparte, devo dizer que nestas coisas não brincamos.

Nós podíamos ter feito uma coisa em cima do joelho, a correr. Não! Estamos a falar, estamos a reunir, estamos a trabalhar com a comunidade científica.

De resto, realizei em junho uma jornada durante dois dias...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que foi um fiasco!

O Orador: ...em que toda a comunidade científica foi ouvida e neste momento uma comissão científica constituída para o efeito está a preparar o relatório final que nos vai ajudar a definir o que será a política para o setor daqui por diante.

Todas as alterações que forem necessárias fazer, serão feitas oportunamente e em tempo útil, passe o pleonasma.

Portanto, Sra. Deputada, no que diz respeito à sua iniciativa,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fale do *overbooking* das bolsas!

O Orador: ...devo dizer que o Governo não tem nada a opor, não tem nada a opor a este articulado, porque nada do que é dito aqui foi alguma vez posto em causa pelo Governo.

Deputada Zuraída Soares (BE): Nem mesmo a alínea b)!

O Orador: Nem mesmo a alínea b), porque sempre disse que os contratos são para cumprir.

Portanto, as bolsas que estão contratualizadas são para cumprir. As futuras serão eventualmente sujeitas ao novo regulamento, no âmbito da política que está a ser definida para o setor e que nos termos (vou citar uma lei que não sei de cor, um Decreto Lei) do Decreto-lei 202/2012, no

n.º 1 do seu artigo 7.º, obriga a que a FCT, a fundação nacional para o setor, seja ouvida nesta matéria.

Entretanto saiu muita legislação, inclusive laboral, e nós inclusivamente vamos introduzir no regimento das bolsas regalias que os bolseiros até aqui não têm, como por exemplo, apoio na parentalidade (terão direito a interromper a bolsa sem interrupção de pagamento em situação de parentalidade, portanto, seja homem ou mulher, cobre os dois sexos), prevemos também um período de descanso, ou seja, de férias (não tem essa designação porque não se trata de uma relação laboral, mas um período de descanso) para os bolseiros até 22 dias úteis por ano, ou seja, os trabalhos, não o pagamento da bolsa, são suspensos por 22 dias para que os bolseiros possam ter férias com a família, etc.

Deputada Zuraida Soares (BE): Boas notícias!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Somos uma agência de boas notícias!

O Orador: A Sra. Deputada salientou que o despacho normativo ainda não saiu. Estou a dizer isto porque nós não queremos fazer coisas apressadas. Estamos a ponderar tudo e estamos a fazer as coisas de maneira a que saia um regulamento bem feito para que daqui por diante não haja dúvidas.

Mas quero que fique muito claro, se é que ainda não ficou. Uma coisa são as bolsas que a Região, através do Fundo Regional da Ciência, atribuirá a partir do momento em que haja o novo regulamento e que será muito diferente do atual porque entendemos que (aliás, já o disse publicamente e aqui nesta casa) provavelmente é mais adequado apoiar bolseiros que estão ligados a projetos científicos, devidamente validados por comissões científicas nacionais ou internacionais, se for o caso, do que estar a atribuir aleatoriamente bolsas de estudo, mesmo para áreas que possam

não ser relevantes para o desenvolvimento da Região, no entendimento de quem está mandatado para tomar esse tipo de decisões.

Portanto, Sra. Deputada, acho que isso fica claro e gostaria que de uma vez por todas, podem vir as petições que quiserem, ao menos fosse considerado aquilo que eu disse e que está registado provavelmente aqui nos Diários das Sessões.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é assim tão claro, Sr. Secretário!

O Orador: Finalmente, mas se calhar a Sra. Deputada sabe, podia-lhe contar a história toda da atribuição das bolsas, mas só queria referir que já no meu mandato foram assinados vários contratos, porque não estavam obviamente contratualizados formalmente, mas haviam compromissos que foram assumidos e respeitados. Ainda em janeiro foram assinados contratos nesta modalidade.

Portanto, nunca estive em causa o pagamento, nunca estive em causa o valor, nunca estive em causa o respeito pelo contrato.

Além disso, a Sra. Deputada também falou num aspeto que gostaria de esclarecer.

Quando falei em avaliação dos bolseiros, obviamente não é a avaliação política,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Também!

O Orador: Sr. Deputado, tenha a bondade de considerar que sou académico, sou investigador e, portanto, sei do que falo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não se enerve!

O Orador: Como o respeito a si, com certeza.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Considero!

O Orador: Por isso, essa avaliação está no contrato. A cada bolseiro anualmente (a bolsa não é renovada automaticamente) é feita uma avaliação...

Deputada Zuraída Soares (BE): Científica!

O Orador: ...e essa avaliação é feita por comissões científicas, não é por mim, nem por ninguém dos meus serviços.

Portanto, isso também fica muito claro, mas também fica obviamente claro que se a avaliação for negativa a bolsa não é renovada e se o bolsheiro abandonar o trabalho a meio, se não cumprir o seu contrato, também terá que responder pela sua parte, mas não é disso que estamos a falar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro!

O Orador: O que gostaria que ficasse claro é que, além do que já disse antes, a avaliação a que me referi, e que qualquer académico (e há aqui vários nesta sala) sabe, é feita cientificamente e essa avaliação contará (o orientador, a comissão científica, dependendo do grau que estamos a falar).

Portanto, os centros de ciência estão a ser apoiados, os centros de investigação nunca deixaram de ter nem o apoio que lhes é atribuído e que tem vindo a ser atribuído e que inclui também o pagamento a bolsheiros de investigação. Nada disso está em causa, nem estará.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta questão das bolsas de facto está a dar uma novela muito interessante, porque V. Exa. hoje acaba de informar esta câmara, tanto quanto percebi, que afinal não vão haver cortes, que afinal tudo...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Nunca disse que haveria!

O Orador: O Sr. Secretário vai-me desculpar, porque em determinado momento isso foi claramente dito.

Portanto, V. Exa. aquilo que veio aqui fazer foi retratar-se e emendar à mão.

Sr. Secretário, aliás, esta questão das bolsas de investigação científica e a forma como V. Exa. abordou a questão no início do seu mandato constituía uma vergonha para a Região, mas sobretudo constituía uma vergonha para o seu próprio Governo.

Este jogo de palavras que V. Exa. utilizou em determinada altura e que hoje aqui está a procurar clarificar, a verdade é que V. Exa. confrontou dezenas e dezenas de bolseiros com uma situação em que lhes alterava as regras a meio do jogo.

Oh Sr. Secretário, basta ir ver aquilo que foram as declarações e a posição de V. Exa. Aquilo que V. Exa. fez no início do seu mandato foi defraudar as expetativas mudando as regras a meio do jogo a fim de poupar alguns cêntimos.

A verdade é que na altura o Sr. Secretário se esforçou, e esforçou-se até à exaustão, para dizer que as propinas não estavam incluídas na bolsa, contrariando aquilo que está escrito preto no branco no Despacho Normativo 77/2011, que diz que as componentes da bolsa são a inscrição, a matrícula ou a propina.

Digamos que este processo espúrio a que estamos a assistir e que hoje eventualmente culminará com a aprovação pela maioria deste Projeto de Resolução foi – e perdoe-me a frontalidade – uma atitude profundamente desonesta e V. Exa. sabe muito bem disso. Muito bem, Sr. Secretário!

Julgo que a maioria irá aprovar, segundo as palavras do Sr. Secretário, este Projeto de Resolução e muito bem.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Eu não falo pela maioria!

O Orador: Mostra que, pelo menos nalguns aspetos, esta maioria tem consciência e não vai defraudar as expectativas de dezenas e dezenas de bolseiros, nem obrigar os bolseiros a utilizarem outros meios para se defenderem de uma atitude despótica e unilateral que V. Exa. tomou no início do seu mandato.

Aliás, estamos lembrados, e V. Exa. até o referiu aqui não omitindo eventualmente alguns factos, da pressa com que V. Exa. foi à Universidade dos Açores tentar negociar que as propinas fossem um plano de prestações para o pagamento das propinas dos bolseiros.

A justificação que V. Exa. deu na altura era que isto tinha um custo muito elevado. É verdade, sim senhor, Sr. Secretário! Tem um custo elevado, mas a verdade é esta: o custo era tão elevado antes de V. Exa. e deste novo Governo, mas do velho partido que apoiava os anteriores governos. Os custos eram tão elevados nessa altura quando em 2012 foram aprovadas dezenas e dezenas de bolsas de investigação científica, não sei se terá sido por ser um ano em que por acaso houve eleições regionais...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Este ano também há!

O Orador: Eleições regionais, Sr. Secretário!

Este ano há e para o ano também há, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Então está a ver!

O Orador: ...e, portanto, alguma coisa de estranho se estava aqui a passar, ou V. Exa. pela experiência que tem até da sua vida académica considerou que os critérios para a atribuição das bolsas, enfim, não

tenham sido eventualmente muito rigorosos, ou então considerou que a investigação científica nos Açores não valia aquela despesa.

Aquele custo para nós é efetivamente um investimento, até porque estamos a falar de jovens cientistas que trabalham em áreas relevantes como a economia da Região, as pescas, a biotecnologia, a pecuária, a biodiversidade, a economia das atividades ligadas ao mar, transformando e ajudando a transformar os Açores numa Região onde as decisões sobre o nosso futuro são fundamentadas em dados concretos e não apenas em palpites.

Aliás, Sr. Secretário, há aqui um outro paradoxo, quando V. Exa. se remonta ao início do mandato deste Governo.

Todos nós estamos lembrados que um dos pilares estruturantes da chamada via açoriana para o desenvolvimento era a inovação, a tecnologia, a ciência, isto é, a investigação científica e V. Exa. tratou de minar esse pilar estruturante da via açoriana para o desenvolvimento quando anunciou os cortes aos bolseiros.

Há aqui uma outra questão Sr. Secretário, e para terminar, que tem a ver com o seguinte.

Estamos a falar de um segmento da população jovem altamente qualificada, cujos projetos de investigação científica, nalguns casos, são projetos multinacionais e que são até subsidiados com verbas internacionais e que se assim não fosse, se nós não tivéssemos esses bolseiros, então, sim, eventualmente a Região nem sequer teria dinheiro para financiar estes cientistas.

Estamos a falar de uma população que vive o drama da precaridade. Nós sabemos da existência de bolseiros que se mantêm numa situação precária mais de uma dezena de anos, com bolsas que lhes permitem subsistir, sem direitos (direito a férias ou direito a qualquer outro tipo de prestações

complementares, como subsídios de férias, etc., etc.) e com vínculos completamente precários, sujeitos a ditames que não são aceitáveis.

Por isso, Sr. Secretário, apesar de me congratular com aquilo que foi a mudança de opinião de V. Exa. e do seu Governo, não podia deixar de lembrar isto nesta câmara e de lembrar isto às açorianas e aos açorianos e particularmente aos bolseiros que no fim do ano de 2012 se viram confrontados com uma medida, que a concretizar-se, seria como a classifiquei de despótica.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Queria, em primeiro lugar, uma vez que esta é a minha primeira intervenção, agradecer e retribuir as palavras de apreço proferidas pela Sra. Presidente da Assembleia e expressar o quão gratificante é para mim poder ter esta oportunidade de participar e contribuir para o discurso plural e democrático deste Parlamento.

Sras. e Srs. Deputados, no que se refere à questão das bolsas de investigação científica, permitiam-me dar uma abordagem a esta novela e achamos importante lembrar...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Novela, disse muito bem!

A Oradora: ...que chegámos a esta situação porque em março de 2012 a Secretaria Regional da Ciência e Tecnologia, numa medida claramente eleitoralista, decidiu aumentar o número de bolsas atribuídas de uma forma claramente irresponsável.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Essa atitude inconsequente, num período pré eleitoral, fez parte de uma estratégia concertada, na altura clara, pelo Governo Regional de tentar camuflar os números do desemprego na Região, muito em particular do desemprego jovem, e neste caso em particular dos jovens com qualificação superior.

A prova disso é que no início de janeiro, o atual Secretário que tutela a Ciência e a Tecnologia assumiu publicamente que não existia verba orçamentada suficiente para fazer face aos compromissos assumidos com os bolseiros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora!

A Oradora: E lembro que esses compromissos não se referem a bolsas anuais. Estas bolsas são revogáveis ou readmitidas após a tal avaliação científica (e não era necessário o Sr. Secretário mencionar, porque sempre assim foi), portanto, as bolsas só são renováveis – nada de novo! – por um período de 4 anos para as bolsas de doutoramento...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí está!

A Oradora: ...e até 6 anos para as bolsas de pós doutoramento.

Esta situação agrava-se quando o Governo Regional admite a possibilidade de não pagar as propinas aos bolseiros da Região,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E é! E esta?!

A Oradora: ...até porque os contratos celebrados com estes bolseiros são omissos em relação ao pagamento das propinas.

Nós consideramos que o Governo Regional foi mais do que politicamente desonesto.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP tem dúvidas que gostava de ver esclarecidas quanto à legalidade desses contratos.

Esses contratos foram celebrados com base no tal Decreto-lei 212/2012, que o Sr. Secretário acabou de referir, o qual determina claramente, na

alínea c), do n.º 1, do artigo 8.º, que “do contrato de bolsa consta obrigatoriamente a identificação do regulamento aplicável, caso haja.”

Ora, Sras. e Srs. Deputados, estando em vigor na Região o Despacho Normativo 77/2011, que aprova o regulamento geral das bolsas de investigação científica na Região, não se percebe que esse regulamento seja completamente omissos nos contratos celebrados com os bolseiros da Região.

Até porque este regulamento determina claramente, na alínea b), do n.º 1, do artigo 23.º, o pagamento da inscrição, matrícula ou propina, relativos a bolsas de doutoramento.

Portanto, para o Grupo Parlamentar do CDS-PP é claro, que se o Governo Regional quiser dar um sinal de seriedade, como o Sr. Secretário acabou de assegurar, não tem outra alternativa senão fazer aplicar o regulamento regional ainda em vigor,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Em vigor!

A Oradora: ...publicado nesta governação socialista e consequentemente, sim senhor, de 2011...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Socialista não é sua, é do PS!

A Oradora: Governação socialista!

Portanto, não tem outra alternativa senão pagar as bolsas de doutoramento, incluindo as propinas aos bolseiros de doutoramento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Ventura tem a palavra.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O PSD vai votar favoravelmente este Projeto de Resolução, aliás, como já o fez quando ele deu entrada nesta câmara com urgência e foi chumbado.

Já na altura a urgência se justificava e agora continua a justificar-se o conteúdo do projeto, porque não se pode mudar as regras a meio do jogo, quando se criam expectativas.

É de elementar justiça que o entendimento e aquilo que era o acordo celebrado entre o Governo Regional e os bolseiros, na altura, cheguem até ao fim.

Portanto, há aqui motivos de desassossego e o desassossego, Sr. Secretário, inicia-se a 30 de janeiro de 2013, quando o senhor diz que “a Região não vai investir em bolseiros automáticos, mas sim em bolseiros que produzam e garantam trabalho científico a sério. Não estamos amarrados a contratos.”

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): A tal avaliação!

O Orador: E este desassossego que se iniciou pelas suas palavras, que provocou uma onda de indignação na comunidade científica, provocou uma onda de indignação na opinião pública, ainda não assentou, ainda não passou a calma, isto porque na Região, este ano, apesar do senhor ter dito que em março iria existir uma nova política científica, a verdade é que nós estamos em setembro e ainda não há uma nova política científica. Ainda a abertura das candidaturas para doutoramento e pós doutoramento e apoios a congressos científicos, no domínio científico, tudo isto, continua fechado. Ou seja, os doutorandos, a comunidade científica e a opinião pública ainda não conhecem efetivamente qual é que é a política científica.

O que conhecemos são alguns retrocessos, alguns recuos que não sabemos a que é que correspondem e que efetivamente preocupam os doutorandos. Por exemplo, o senhor recentemente enviou uma comunicação aos bolseiros em que dizia “nos termos do contrato

oportunamente assinado, o pagamento dos subsídios para as propinas, o Governo entendeu, que para os contratos em vigor até ao fim do ano a que atualmente se referem o Fundo Regional de Ciência, assegurar o pagamento do mesmo subsídio que no entanto deixará de ser pago nos anos subsequentes àquele que está em curso.”

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, Sr. Secretário!

O Orador: Foi essa informação que o senhor disse aos bolsеiros, quando na altura da celebração do contrato o entendimento era o pagamento do subsídio durante 4 anos, com a renovação da bolsa durante 4 anos.

Das duas, uma: ou o Governo anterior é muito incompetente, ou este Governo é incompetente.

Nós temos que ver onde é que está a incompetência, porque não pode haver dois entendimentos para dois governos do mesmo partido.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E com o mesmo Vice-Presidente!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): No meio está a virtude!

O Orador: Algo se passa e tem de ser identificado.

Pode haver! É que o anterior Governo aumentou o número de bolsas porque estava em período pré eleitoral, de 20 para 60,...

Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores estão muito preocupados com as eleições. É impressionante, só falam em eleições!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Comicieiro!

O Orador: ...e logo a seguir as cortou.

Mas isto acontece em todas as áreas. Aliás, não é aceitável, inclusive, que o senhor mude de política científica, emagrecendo a dotação, porque se o Governo Regional está constantemente a anunciar as boas contas públicas, a prática tem de ser consonante com essas boas contas públicas. Ou seja, o que nós precisamos e o que nós esperamos é um reforço efetivamente do apoio à comunidade científica, porque este ano o que acontece é que os mais qualificados, aqueles que têm boas ideias, não as estão a pôr em prática por falta de apoio, da abertura das candidaturas. É isso que os senhores estão a fazer. Estão a ganhar aqui um ano em que fecham as candidaturas, em que fecham o apoio aos bolseiros de doutoramento, aos alunos de doutoramento e pós doutoramento. Essas candidaturas! É um ano zero, é um ano perdido, é um ano em que fogem os nossos jovens daqui, os mais qualificados, os que têm ideias e não apostando nos jovens e não apostando na investigação científica, obviamente nós ficamos com uma Região mais pobre, sem capacidade de fixar esses mesmos jovens e sem postos de trabalho.

Portanto, é isso que está a acontecer. Defina de uma vez por todas qual é que é a política científica para podermos opinar, ou seja, o desassossego ainda não passou a calma, continua.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Isso é uma intervenção desassossegada!

O Orador: Enquanto o senhor não definir o que é que vai fazer com a política científica, todas estas preocupações, neste caso as dos bolseiros, como a questão da petição, vão continuar a ser um desassossego.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

(*) Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria começar esta minha intervenção por saudar o Bloco de Esquerda na evolução que teve em relação à questão da parte resolutiva deste projeto agora em análise.

Isto vem ao encontro e vem demonstrar que o PS, em fevereiro,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tinha razão em fevereiro!

A Oradora: ...quando chumbou a urgência (e só fazer uma precisão ao Sr. Deputado António Ventura que não tinha votado favoravelmente nada, o que ele votou foi a urgência, agora é que se está a discutir o diploma) tinha razão ao fazer isso,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os apartes são regimentais!

A Oradora: ...porque havia de facto uma série de iniciativas dentro deste âmbito que já tinham sido tomadas, nomeadamente na véspera do debate de urgência, nesta casa. Tinha sido ouvido em sede de Comissão dos Assuntos Sociais o Sr. Secretário exatamente sobre esta matéria, por requerimento, a pedido do PSD.

Portanto, a verdade é que (já disse isso e acho que está mais do que esclarecido) não se pode confundir o edifício científico que os governos do Partido Socialista construíram, sobretudo nos últimos 8 anos, com a microquestão que muitos tentaram que de facto fosse uma mina nesse edifício e o desmantelamento, que é a questão que não foi nítida talvez na comunicação, do pagamento das propinas. O edifício científico criado não se resume ao pagamento de propinas neste ou naquele determinado âmbito. Por mais esclarecimentos que já tenham sido dados (o Sr. Secretário já citou declarações suas, já houve bastante esclarecimento sobre isso, basta ver na comunicação social de 5 de fevereiro, 21 de

fevereiro, 11 de abril, junho passado exatamente quando o Sr. Secretário esteve reunido em jornadas da ciência com a comunidade científica desta Região, que esta questão estava esclarecida) parece que se continua a querer que esta mina tenha mais pólvora do que efetivamente ela tem, porque há aqui uma questão que, no ponto um, a Sra. Deputada Graça Silveira, a quem saúdo neste debate, começou por dizer que o Despacho 77 era muito claro no seu artigo 23.º e estavam lá as propinas. O que a Sra. Deputada talvez não tenha confirmado é que em função dos editais que vão saindo para as bolsas a atribuir varia o financiamento. Se a Sra. Deputada confirmar (tenho aqui dois exemplos, mas em fevereiro entreguei à Mesa mais uns quantos) nos vários editais que saem, para as várias atribuições de bolsas, há um item que é o referente ao financiamento, em que alguns excecionam a alínea b), do ponto 1, do artigo 23.º,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pois claro! Exatamente!

A Oradora: ...ou seja, nem todas as bolsas são objeto de propinas, no entanto, outras há que são objeto da propina.

A senhora vem falar das de doutoramento e de pós doutoramento, pois para mim, vou dizer-lhe, são bolseiros de uma forma geral.

Portanto, as propinas...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Como é que a senhora sabe o que é que eu vou falar?!

A Oradora: Não, não sei, mas posso imaginar.

Portanto, consoante os editais fica claro, no edital, se aquela bolsa a atribuir vai ser contemplada com o pagamento de propina por parte de quem atribuiu a bolsa ou não vai ser contemplada. Fica bastante claro. É com base nestes editais que concorrem e é com base nestes editais que são atribuídas as bolsas e redigidos os contratos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Isso é que é importante!

A Oradora: Como o Sr. Secretário acabou de afirmar esses contratos que estão assinados são para cumprir, são renováveis. Todos aqueles que forem ao abrigo dos editais que previam o pagamento de propinas são para ser cumpridos enquanto não se alterar os despachos que regulamentam de facto a atribuição de bolsas na Região.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: Portanto, é bastante claro que esta questão está esclarecida e está salvaguardada, que no fundo é o ponto um da resolução do Bloco de Esquerda.

O PS considera que a alteração feita pelo Bloco de propor que esta casa recomende ao Fundo de Ciência e Tecnologia do Governo da República exatamente a criação de um regime compensatório que venha, sim, ter em conta o local, a geografia e a ultraperiferia da Região com pensão dos bolseiros deste Fundo da Ciência e Tecnologia que cá desenvolvem investigação, vem de facto criar maior justiça perante os bolseiros e vem, como disse a Sra. Deputada e bem, também garantir que não se mexem nas bolsas, nos montantes atribuídos.

Mais ainda! Só tenho de facto de congratular também o anúncio feito pelo Sr. Secretário relativamente ao que for mexido na questão da parentalidade, desta ser contemplada para os bolseiros e não serem penalizados, e o período de descanso durante a atribuição da bolsa.

Ora bem, o ponto dois (deixem-me aqui só ver) que o Sr. Deputado Aníbal Pires também fez menção de que está preto no branco com a questão dos editais. A questão é que não está sempre preto no branco. Há situações em que as propinas são e há outras em que as propinas não são contempladas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E há umas que estão cinzentas! Lá isso é verdade!

A Oradora: Por toda esta clarificação, como um ponto final, porque de facto a comunidade científica desde abril e desde junho reúne com o Sr. Secretário e nunca mais ninguém ouviu (nem em opinião publicada, nem a opinião pública) qualquer reclamação, ou qualquer desassossego, como diz o Sr. Deputado António Ventura,...

Deputado António Ventura (PSD): O Sr. Secretário é que falou em desassossego!

A Oradora: ...não houve desassossego daí para cá, quer dizer que as pessoas estão esclarecidas, os bolseiros estão tranquilamente desenvolvendo o seu trabalho.

Por tudo isso, e por o Projeto de Resolução em si, apesar do PS não concordar com alguns dos considerandos que antecedem a parte resolutiva, o PS votará favoravelmente o Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Borges tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Borges (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Alguns factos são importantes realçar nesta discussão.

Primeiro facto, os bolseiros na Região constituem uma fração muito importante da produção científica regional.

65% das publicações do ano de 2012 tinham como primeiro autor um bolseiro de investigação...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É uma péssima notícia para os universitários, não fazem nada!

O Orador: ...e isto realça a importância que o Governo Regional tem dado ao incentivar o financiamento nos últimos 8 anos de bolseiros de investigação, quer de investigação pós-doc, doutoramento, etc. Isto tem um resultado já visível na ciência nos Açores. A ciência tem respostas geralmente a longo prazo e o Governo Regional tem trabalhado a longo prazo nesse sentido.

Também um outro facto que é preciso realçar: a pressão científica na Região, no geral, tem aumentado de forma sustentável.

Outro facto ainda importante: pela primeira vez este ano está haver uma discussão sobre a política científica regional que envolve os bolseiros de investigação (os bolseiros de doutoramento, pós-doutoramento) que estiveram presentes no evento que decorreu em São Miguel e que se intitulou “Ciência nos Açores - que futuro?”, em Ponta Delgada, de 7 a 8 de junho. Ou seja, existe de facto uma dinâmica positiva que deve ser realçada e que pretendemos para o Horizonte 2020: que o Governo Regional, a comunidade científica, incluindo os bolseiros de investigação da Região e da FCT, possam participar em toda esta dinâmica.

Gostaria também de realçar que toda esta discussão foi importante para os bolseiros de investigação reconhecer que eram um papel importante na discussão e na solução para a investigação nos Açores e também é importante realçar que muitos deles, pela primeira vez, também perceberam que a avaliação do seu trabalho ano a ano deve ser um processo consequente.

Nesse sentido, acho que, e é a opinião do Grupo Parlamentar do PS, toda esta dinâmica é positiva e que, como foi aqui apresentado há pouco, irão existir nos próximos anos novas iniciativas no sentido de potenciar o trabalho dos bolseiros na Região.

Obrigado.

Deputado António Ventura (PSD): E este ano?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Este ano é um ano de reflexão!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já que foram levantadas aqui algumas questões que me parecem que não estão muito claras, gostava de as esclarecer.

Em primeiro lugar esclarecer a maneira tão clara e direta como o Sr. Deputado Aníbal Pires me chamou desonesto.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vá-se habituando, Sr. Secretário!

O Orador: Sr. Deputado, não admito isso.

Não vou discutir,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já lá vamos, Sr. Secretário!

O Orador: ...porque aquilo que disse, sempre mantive.

Nunca foi dito, nunca foi alterado nada a meio do jogo. Sempre disse desde o princípio que os contratos assinados são para cumprir. Como já foi demonstrado (não quis invocar isso na minha primeira intervenção) pela Sra. Deputada Catarina Furtado, a Deputada Graça Silveira, a quem cumprimento também como investigadora (estive aqui há dias a visitar o seu laboratório), sabe perfeitamente que há bolseiros ao abrigo de dois regulamentos diferentes e com editais diferentes. Portanto, a cada um se aplica aquilo que foi contratualizado com ele.

Aquilo que diz a Sra. Deputada Graça Silveira (não chamou desonesto, mas andou lá perto) e o que os bolseiros assinaram é isto: o montante da bolsa – neste caso é uma bolsa de pós doutoramento – é de 1.750 € mensais, sujeito às atualizações que venham a ser determinadas. É isto

que está no contrato que foi assinado. Portanto, estes contratos são para cumprir.

O regulamento está a ser alterado? Sim senhora, como anunciei. Ainda não foi publicado porque entendemos introduzir-lhe...

Não íamos alterar um regulamento só por questões pontuais. Resolvemos dar uma abrangência bastante maior que envolve aspetos de ordem social e direitos dos cidadãos.

Sr. Deputado António Ventura, que anda provavelmente muito em desassossego por causa da sua campanha eleitoral,...

(Risos do Deputado António Ventura)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sossegue!

O Orador: ...a nova política científica não é propriamente uma coisa de calendário para eleição autárquica. É feito com todo o respeito, como tudo o resto, mas é feito com tempo. A seu tempo virá.

Aliás, foi também referido em junho. Reuni toda a comissão científica que quis participar e durante dois dias estiveram a apresentar os seus trabalhos, estiveram a discutir e cheguei a uma conclusão interessantíssima que foi referida muitas vezes nesse encontro, é que os elementos da nossa comunidade científica nem se conheciam uns aos outros em muitas situações. Portanto, foi uma oportunidade de encontro. Serão publicados em breve os textos desse encontro e a partir desses trabalhos apresentados por cientistas...

Não sei se a Sra. Professora Graça esteve presente (não me lembro agora se esteve) nas jornadas, mas esteve alguém a representar, com certeza, o seu departamento e, portanto, sabe que isto é verdade.

Esses documentos vão ser publicados e é com base nesses documentos que vai ser definida a política científica para a Região.

Agora, não andamos atrás do desassossego do Sr. Deputado António Ventura.

Deputado António Ventura (PSD): O senhor é que falou em desassossego!

O Orador: Finalmente, e queria reforçar de facto mais uma vez (da parte do Governo não voltaremos a tocar no assunto) para que fique claro, que nunca foi posto em causa o pagamento das bolsas, não foram, em nenhuma situação, alteradas as regras a meio do jogo.

Serão alteradas as regras, sim, nas novas situações, ao abrigo dos novos regulamentos que serão devidamente postos à discussão na comunidade científica, como de resto tem sido o timbre na minha secretaria. Todas as medidas que temos tomado são previamente discutidas no terreno com os respetivos agentes.

Portanto, na altura, a comunidade científica terá toda a oportunidade de se pronunciar, mas não temos pressa de o fazer. Queremos fazê-lo bem.

De qualquer maneira, suponho que o assunto da nossa parte está encerrado. Agradecemos muito o contributo da Sra. Deputada Zuraida Soares, mas na realidade não vem acrescentar muito àquilo que já estava a ser feito.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Primeiro começo por responder à Sra. Deputada Catarina.

Provavelmente não percebeu o que é que eu disse em rigor.

Expliquei que os contratos de bolsheiros para a Região estão a ser celebrados com base no Decreto 212/2012 (com os quais o Governo fez os editais)...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Da anterior!

A Oradora: ...que é para o Governo nacional e nesse Decreto-lei, na alínea c), diz claramente que quando exista um regulamento aplicável ele deve estar expresso e explícito no contrato.

A verdade é que existe um regulamento regional e nesse regulamento regional, se o ler com atenção, não há...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): “E”!

A Oradora: ...“e/ou”. Existe taxativamente “devem ser pagos” aquilo que nós chamamos vulgo as bolsas que, na realidade, são os tais subsídios periódicos de manutenção, portanto, uma verba para o bolsheiro se manter, as propinas, as participações em congressos... Sim, não há “ou”!

Diz que tem de ser pago e começa no *a*, *b*, *c*, *d*. Não há nenhuma situação onde diga “e/ou”, ao contrário do tal Decreto 212/2012 que diz que tem de ser pago explicitamente o tal subsídio periódico e em algumas situações a considerar “a possibilidade de” e assim “*b*”, a propina, etc., etc.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Muito bem!

A Oradora: Portanto, quanto à Sra. Deputada Catarina estamos esclarecidos.

Agradecia que de uma próxima não me subestimasse a dizer que já sabe que vou falar de doutoramento e pós doutoramento, quando nesta discussão não faz sentido nenhum falar em propinas para pós doutoramento que, como deve saber, não pagam propinas.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Não sabia! Aprenda!

A Oradora: Em relação àquilo que o colega Paulo Borges disse, concordo em absoluto e partilho da informação que foi aqui facultada, no entanto, a minha preocupação (parece-me que ele deve partilhar também dessa preocupação) é se a Região utilizar toda a verba orçamentada para a ciência, para o compromisso financeiro que tem de 80 bolsas de doutoramento e de pós doutoramento para um prazo mínimo de 4 anos, esvaziando completamente o financiamento aos projetos de investigação, corremos o risco de muito em breve termos bolseiros sentados na cadeira sem ter projetos onde possam realizar a sua atividade de investigação.

Muito obrigada.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Eu já falei nisso!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Aprenda, Deputada Catarina!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É altura de fazer, talvez, algumas pequenas sínteses daquilo que temos vindo todos a dizer, a debater e a analisar.

A primeira coisa é que na realidade, ao contrário do que aqui foi afirmado, a comunidade científica e a opinião pública, em geral, e esta casa e os partidos aqui representados, não ficaram absolutamente tranquilos e esclarecidos a partir de fevereiro e da tal reunião que o Sr. Secretário Regional teve com os bolseiros na universidade, em videoconferência, para a Angra e para a Horta. Não ficaram! E a prova disso, Sr. Secretário Regional, é que em junho deste ano, portanto, há

dois meses, o primeiro subscritor desta petição, que entrou nesta casa no dia 22 de fevereiro, o Dr. Luís Silva, disse claramente e partilhou com a Comissão de Assuntos Sociais todo o desassossego, toda a instabilidade e todas as dúvidas que ele, como porta-voz da comunidade científica que ali estava a representar, tinha. Ou seja, não é verdade que ficou tudo tranquilo a partir de fevereiro.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Não ouviram o que eu disse!

A Oradora: Não é verdade isso e a prova está aqui.

Por outro lado, também gostava de aproveitar a oportunidade para esclarecer os açorianos e açorianas de que é que nós estamos a falar quando falamos de um bolseiro, porque também há aí vozes, (e o Sr. Secretário permita-me que lhe diga) e para algumas destas vozes o Sr. Secretário também deu algum contributo, que consideram os bolseiros e as bolseiras desta Região, ou de outra, assim uma espécie de gente privilegiada que não paga coisa nenhuma, é o Estado, é o erário público que lhes paga tudo, para eles fazerem ciência e contribuírem para o desenvolvimento das regiões onde estão sediados.

Portanto, o bolseiro ou a bolseira pode aparecer, e aparece muitas vezes aos olhos do cidadão e da cidadã comum, como um privilegiado.

Gostava de dar nota de um documento, que não é do Bloco de Esquerda, é dos próprios bolseiros, em que eles se apresentam a si próprios e dizem assim (era bom que os açorianos e açorianas ouvissem esta parte): “O que é um bolseiro?”

“Antes de mais nada um bolseiro é um trabalhador. Um bolseiro é um homem ou uma mulher que trabalha, que desenvolve um trabalho científico. Juridicamente não é considerado como tal, mas ele é de facto

um trabalhador, é gente que trabalha. Não está sentado numa secretária à espera de coisa nenhuma.”

Depois os bolseiros acrescentam: “Nós, bolseiros, somos gente que: não temos um contrato de trabalho [mas trabalham e gente que trabalha chama-se trabalhador, não há outro nome para lhes dar]; não temos subsídio de férias; não temos subsídio de desemprego; não podemos fazer greve; não descontamos para a Segurança Social com base no nosso rendimento, mas sim num valor muito inferior; temos condições de Segurança Social limitadas, insuficientes e inadequadas; não somos remunerados com base na qualificação que possuímos; não somos aumentados de acordo com a taxa de inflação dos demais trabalhadores; na última década o nosso poder de compra foi reduzido em cerca de 25%; não pagamos IRS; não temos direitos; não podemos comprar casa; não podemos aceder a créditos; somos tratados como mão-de-obra qualificada e barata; somos os primeiros a sofrer as consequências das limitações orçamentais das instituições com o cancelamento unilateral de bolsas e/ou pagamentos suspensos por tempo indefinido;...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Esses bolseiros estavam todos alucinados! Não ouviram o que o Sr. Secretário disse?!

A Oradora: ...e finalmente somos, de uma forma generalizada e abusiva, [e esta parte é importante também para algumas coisas que aqui já foram ditas, vou repetir], somos, de uma forma generalizada e abusiva, usados para prover necessidades permanentes dos serviços das instituições.”

É isto, Sras. e Srs. Deputados, açorianos e açorianas, que é um bolseiro ou uma bolseira. Praticamente é o mesmo que dizer que não são ninguém em termos de regalias sociais mínimas num país democrático.

Portanto, Sr. Secretário Regional, é uma boa notícia, e eu não tenho o mínimo problema em reconhecê-lo, quando o Sr. Secretário diz que nesse

despacho normativo, que está atrasado, mas que pelos vistos por uma boa causa, o Sr. Secretário vai considerar a possibilidade de uma dispensa para usufruir um tempo mínimo de parentalidade.

Um bolseiro ou uma bolseira que foi pai ou mãe pode interromper o seu trabalho de investigação sem ser penalizado de forma nenhuma para assumir o seu papel de pai e de mãe. Muito bem! É uma boa medida!

Como também permitir-lhes uma interrupção de 22 dias num ano, sem perda de nenhum tipo de direitos, digamos assim, dos poucos que têm, para poderem descansar como qualquer outra pessoa normal precisa de fazer ao fim de um ano de trabalho, porque isto é trabalho. Muito bem, Sr. Secretário Regional!

Agora, entraria na parte em que lhe peço para me corrigir, se eu estiver enganada, porque este de facto é o momento que nós perdemos em fevereiro deste ano, quando aqui foi chumbada a urgência do Bloco de Esquerda, mas mais vale tarde do que nunca, para esclarecer definitivamente a comunidade científica e já agora todos os Deputados e Deputadas desta casa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E ao próprio Secretário!

A Oradora: Vou perguntar e peço ao Sr. Secretário Regional que tenha a gentileza de me corrigir se eu estiver enganada.

As bolsas contratualizadas até ao momento serão cumpridas na íntegra nos seus termos contratuais. Certo ou errado?

Outra questão: os bolseiros que têm as suas propinas pagas até este ano, mas cujos projetos de investigação continuam, terão as suas propinas pagas até ao fim desses projetos. Sim ou não?

Finalmente, o despacho normativo sairá com a brevidade que é requerida por todas as razões já aqui invocadas e também para sossego dos próprios bolseiros e, portanto, será anunciado em março. Gostaria que o Sr.

Secretário desse uma ideia de quando é que esse despacho normativo, que tem boas notícias, pelo menos aquelas enunciadas pelo Sr. Secretário Regional, poderá ver a luz do dia.

Finalmente, a conclusão que se impõe. Se o Partido Socialista tivesse votado favoravelmente a urgência do nosso projeto em fevereiro ter-se-ia poupado à opinião pública, aos bolseiros desta Região, à comunidade científica, aos diversos partidos deste Parlamento e até ao Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, o tal desassossego, a tal instabilidade e a tal dúvida que nunca foi clarificada. Se tivessem aprovado a urgência tinham tido a oportunidade de fazer em fevereiro aquilo que estão a fazer agora, nomeadamente o Sr. Secretário Regional. Claro que ainda estou à espera da resposta do Sr. Secretário a estas perguntas, a estas últimas que fiz, que diretamente lhe fiz, mas se forem afirmativas, e penso que não poderão ser senão afirmativas, de facto o assunto está esclarecido, mas está esclarecido agora, Sr. Secretário Regional. É agora! Nós perdemos 6 meses sem o esclarecer apenas por teimosia do Partido Socialista, porque resolveu chumbar uma urgência...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso! Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Afinal, não há urgência nenhuma!

A Oradora: ...que aos olhos de todos era uma urgência absolutamente justificada.

Afinal para quê?

Para concordar com o Bloco de Esquerda como o Sr. Secretário Regional teve a gentileza de concordar, porque não há forma de discordar na realidade. Não há forma de discordar!

Aliás, tudo aquilo que o Sr. Secretário disse vem confirmar isto que acabei de dizer.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dois – Zero!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Quem é que está a jogar? O Benfica?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Benfica empatou!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta matéria, diz o Sr. Secretário Regional da Educação, numa técnica que já vi que é a técnica habitual.

Lembro-me quando apresentei a proposta do museu que tinha sido chumbada na legislatura anterior, ele disse-me: “Sr. Deputado, isso não é novidade nenhuma. Nós vamos aprovar, mas em relação a essa matéria, essa matéria não constitui nenhuma novidade.” Pois não! É uma novidade com quarenta anos por concretizar e com chumbos anteriores.

Agora diz o Sr. Secretário Regional da Educação: “Sra. Deputada, vou votar isso a favor, mas isso não é nenhuma novidade. Não traz nenhuma novidade.”

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Eu não voto!

O Orador: O senhor disse isso. “Isto não tem nenhuma novidade”. Pois não! É uma novidade de fevereiro e na altura o PPM teve a oportunidade de aprovar a urgência, porque de facto o que aqui está é um documento que, do ponto de vista daquela que é a parte deliberativa, considero que é um documento sensato, um documento absolutamente honesto e um documento que corresponde às expectativas das pessoas que se encontram nesta situação, porque diz o seguinte: “recomenda ao Governo Regional

que cumpra os contratos com os bolseiros do Fundo Regional para a Ciência”, mais concretamente o pagamento das bolsas, o pagamento das propinas, conforme o respetivo regulamento e a renovação dos contratos das bolsas de acordo com o regulamento geral das bolsas.

Portanto, esta matéria não estava clara, não estava garantida e por isso é que as pessoas, o conjunto de bolseiros, teve a oportunidade de desenvolver esforços no sentido do Governo Regional clarificar a sua posição em relação a esta matéria.

O segundo ponto da deliberação também considero que é da maior importância. É no sentido de evitar, como chegou o parecer, que os bolseiros e as bolsas pudessem ser comparadas ou pudessem descer à realidade que constituem as bolsas da República também nesta matéria, que são mais pequenas.

Portanto, esse segundo ponto da resolução que o Bloco de Esquerda apresenta também garante que nós não vamos nivelar por baixo as bolsas nos Açores. Nesse sentido, considero que este documento corresponde às expectativas dos bolseiros, corresponde às expectativas da cidadania e corresponde às expectativas deste Parlamento, no sentido de continuar a assegurar que o desenvolvimento da investigação, que é um ponto crucial para o desenvolvimento de todas as sociedades e também evidentemente dos Açores, faz-se com tranquilidade e que neste momento existem regras e procedimentos claros em relação a esta matéria.

Por isto, o PPM apoia e votará favoravelmente a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Estamos a falar de ciência e aliás já houve aqui até uma referência da Deputada Catarina Furtado à construção ao longo de 8 anos do edifício científico, mas tenho aqui uma dúvida e queria colocar uma questão. É que esses 8 anos agora parece-me que foram suspensos, porque de ciência (e tirando esta questão das bolsas) não temos ouvido falar.

Aliás, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura qual é que tem sido a atividade do departamento que está afeto às políticas para a ciência...

Deputado António Ventura (PSD): Boa pergunta!

O Orador: ...que alicerça esse edifício científico que a Sra. Deputada Catarina Furtado nos falou. O que é que já fez?

Porque aquilo que é notícia pública é que – como já aqui foi referido, embora o edifício legislativo científico regional não se limite a isto – só houve a abertura do concurso para apoios, à realização de eventos, congressos, seminários, *workshops*, etc., etc., tanto quanto sei, e terão sido apoiados até setembro, cinco.

Deputado António Ventura (PSD): Mais nada!

O Orador: De resto, não há notícia de nenhum tipo de produção do edifício científico da Região Autónoma dos Açores e era bom que V. Exa. desse alguma resposta a isto.

É evidente que é um pouco fora do âmbito do objeto da resolução apresentado aqui pelo Bloco de Esquerda. Relativamente a isso estamos esclarecidos. Mas gostaria de ouvir V. Exa. sobre este assunto e gostaria de ouvir com rigor.

Para terminar, Sr. Secretário, queria dizer o seguinte:...

Presidente: Tem mesmo de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente.

...Sr. Secretário, vá-se habituando quer à minha linguagem, quer à minha frontalidade, porque quem não admite, Sr. Secretário, sou eu.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Igualmente!

O Orador: Não admito os seus ditos por não ditos, não admito as suas incongruências, os seus paradoxos e não me vou coibir de aqui os denunciar e adjetivar certamente dentro da liturgia parlamentar, mas com todo o rigor, verdade e sobretudo com toda a firmeza.

Portanto, Sr. Secretário, vá-se habituando, porque estou aqui eleito pelo povo açoriano para fazer isso mesmo.

Deputado Lizuarte Machado (*PS*): Estamos todos!

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, vamos tentar em termos práticos passar do desassossego ao sossego e vai-me responder diretamente. Este ano quando é que vão abrir as candidaturas a bolsas de doutoramento e pós doutoramento?

Ou seja, um aluno que termine a bolsa de doutoramento, quando é que se pode candidatar este ano a uma bolsa de pós doutoramento?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Graça Silveira, não subestimo nenhum Deputado ou Deputada nesta casa em debate...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Às vezes tenta!

A Oradora: ...e não era de todo a minha intenção que considerasse uma subestimação, até porque a senhora acabou de chegar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Lá está! Acabou de chegar, mas...!

A Oradora: No entanto, Sr. Deputado Artur e Sra. Deputada Graça, vou fazer chegar à Mesa novamente, para distribuir,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Se era para chegar, não chegou!

A Oradora: ...os editais que aqui tenho, que têm a ver com as bolsas, e esses editais são ao abrigo do Despacho 77/2011. Portanto, são editais que estão de acordo com o nosso regulamento, que é o regulamento geral das bolsas de investigação e é exatamente com base neste Despacho de 77 que os dois, ao longo dos seus vários itens, repito, têm um determinado item, que é o ponto 7, que fala do financiamento das bolsas, em dois editais distintos, de duração e de bolsas distintas. Um, no seu articulado, diz que o “financiamento da bolsa incluirá as componentes referidas no artigo 23.º, do Despacho Normativo 77/2011, de 20 de outubro, que aprova o regulamento”, portanto, incluirá todo o artigo 23.º.

No entanto, no outro edital, no mesmo item do financiamento, diz que “as bolsas que são financiadas por verbas do Fundo Regional da Ciência e Tecnologia poderão ser objeto de cofinanciamento por parte do Programa Operacional PRO-EMPREGO.

2- O financiamento da bolsa incluirá as componentes referidas nas alíneas a), c) e d), do artigo 23.º, do Despacho Normativo 77.”

Se a Sra. Deputada e o Sr. Deputado Artur Lima, que também me disse que eu estava a aprender, quiserem também confirmar, no Despacho Normativo, no seu artigo 23.º, diz “Componente da bolsa”.

“1- De acordo com o tipo da bolsa e situação do candidato são atribuídos:
a)um subsídio periódico [estava ali incluído];

b) inscrição, matrícula ou propina relativos a bolsa de doutoramento [que não estava lá incluído];

d) um seguro de acidentes pessoais;

e) um seguro de responsabilidade civil” e depois pode ainda incluir os seguintes subsídios no ponto 2 e no ponto 3.

Portanto, não me parece que a Sra. Deputada tenha sido, nessa apresentação, taxativa. Pelos instrumentos que tenho aqui na mão, quer os legislativos, quer os editais, parece-me que é claro que há distinção na forma de financiamento destas características.

Sra. Deputada Zuraida Soares, o que nós ganhámos, ou o que ganharam os bolseiros com a não aprovação da urgência e o debate na altura, foi exatamente a progressão que o Bloco de Esquerda fez de forma a ter alterado o ponto 2, porque, que eu saiba, nós ainda quando votamos um projeto de resolução não votamos ponto por ponto, separadamente, um a favor, outro contra.

A verdade é que o ponto 2 do antigo projeto de resolução, que era aquele que estava à discussão no dia 22 de fevereiro, nesta casa, com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, não é o mesmo texto que está neste diploma: o ponto 2.

Então, o projeto de resolução só ganhou, ganharam os bolseiros,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Perderam!

A Oradora: ...ganha a comunidade científica com esta delonga, com esta descida à comissão, porque o Bloco de Esquerda alterou o ponto 2 do seu projeto de resolução, que caso contrário não teria sido aprovado, porque não havia condições de querer acometer ao Governo Regional uma responsabilidade que é nitidamente do Governo da República, porque é do Governo da República que se trata a responsabilidade do Fundo de Ciência e Tecnologia.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18 horas e 15 minutos.

Eram 18 horas.

Presidente: Continuamos com o debate do ponto 3 da nossa Agenda.

Eram 18 horas e 21 minutos.

(Após o intervalo, o Deputado Rogério Veiros foi substituído na Mesa pelo Deputado Carlos Mendonça)

Estava inscrito o Sr. Deputado Paulo Borges. Tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Borges (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostava de intervir para esclarecer três aspetos que me pareceram pouco claros nesta discussão.

Primeiro, tem a ver com a declaração da Deputada Graça Silveira em relação a ter considerado, por um lado, uma irresponsabilidade do Governo anterior abrir mais bolsas de investigação ou disponibilizar mais bolsas de investigação.

Acho que não foi irresponsabilidade, acho que foi visionário pensar que seria possível e será possível à Região acomodar mais bolseiros de investigação, quer de doutoramento, quer de pós doutoramento, e permitir uma dinâmica de investigação na Região ímpar, comparativamente ao passado.

Depois, é preciso esclarecer também um aspeto. Todos os orientadores desses bolseiros e os centros de investigação assinaram uma declaração de como tinham condições para suportar a investigação desses bolseiros.

Eu próprio, como investigador, só acedi a orientar alunos de doutoramento e de pós doutoramento sabendo que tinha projetos, ou a minha equipa tinha projetos, de investigação que suportavam essa investigação.

Se há casos de alunos de doutoramento e de pós doutoramento que não estão nessas condições é da responsabilidade dos seus orientadores e centros de investigação e nunca do Governo Regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É preciso ter lata!

O Orador: Segundo aspeto.

A Deputada Zuraida Soares refere uma série de (e acho muito interessante) novos aspetos em que os bolseiros poderiam ser favorecidos em termos de apoios sociais e de direitos sociais.

Gostaria de realçar que há que diferenciar três tipos de bolseiros a nível regional, nacional e internacional.

Por um lado, o bolseiro de doutoramento é um indivíduo em formação. Portanto, não é um trabalhador comum, é um investigador que tem uma bolsa para aumentar os seus graus de qualificação.

O bolseiro de pós doutoramento, este sim, já é um trabalhador especializado e aí concordo consigo, isso foi discutido nas jornadas da ciência, que há que encontrar novas formas de premiar o esforço e a competência desses investigadores. Concordo consigo.

Finalmente, há uma terceira categoria de investigadores que não está contemplada no sistema regional, que são os contratos ciência, estes sim, seriam uma grande inovação para a Região. Já existem a nível nacional e internacional e nessa discussão que se realizou em Ponta Delgada foi

posta na mesa essa possibilidade e espero que o Governo Regional, em que faço parte do partido que o suporta, possa discutir connosco, no futuro, essa possibilidade.

Finalmente, o Deputado Ventura, do PSD, refere e pergunta por que não abriram as bolsas de doutoramento e de pós doutoramento no ano de 2013.

É verdade que nós fazemos parte dum país que é Portugal e este ano, tal como nos anos anteriores, estão abertas as bolsas de doutoramento e de pós doutoramento a nível nacional.

Nunca foi e nunca será possível eventualmente a uma Região pequena como os Açores todos os anos abrir bolsas de doutoramento e de pós doutoramento, tal como no passado não aconteceu.

Deputado António Ventura (PSD): Qual passado? Segundo o Governo as contas estão boas!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Com *superavits* e tudo! *Overbookings*!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem era o Governo?

O Orador: Nos últimos anos nunca se abriu bolsas de doutoramento e de pós doutoramento todos os anos, nem é expectativa dos investigadores regionais que tal acontecesse.

O ano de 2013 é um ano em que isso não aconteceu, mas tenho a certeza que o Governo Regional e a área da ciência irão planear para os próximos anos uma sequência de abertura de bolsas que não terá de ser obrigatoriamente anual.

Obrigado.

Deputado António Ventura (PSD): Tenho aqui uma declaração sua!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para responder às perguntas que foram diretamente feitas quase em regime de sim ou não pela Sra. Deputada Zuraída Soares, devo e de certa maneira, repetindo aquilo que já disse aqui que, no que diz respeito ao pagamento das bolsas, será sempre feito como tem sido até aqui nos termos contratualizados, sim.

Tudo será pago até ao fim do projeto nos termos contratualizados, ou seja, que implica compromisso de ambas as partes.

Portanto, se o bolseiro não cumprir não será feito o pagamento. Isso também é claro.

O contrato é o contrato que foi assinado nos termos em que foi assinado. Já vimos que há diversos modelos de contrato.

Portanto, Sra. Deputada, gostaria que aceitasse como claras estas minhas respostas.

Sei que a Sra. Deputada pôs um pouco em dúvida a existência deste despacho normativo. Tenho aqui, só que ele está a ser negociado, como obriga a lei, com a FCT, ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Quer dizer, isto foi tudo uma alucinação, a questão das bolsas!

O Orador: ...mas aqui posso ler as alíneas em que se referem os tais benefícios sociais que os bolsieiros passam a ter.

Posso ler. O artigo 23.º vai dizer:

“Receber pontualmente o financiamento de que beneficiem em virtude da concessão da bolsa;

Beneficiar por parte da entidade de acolhimento ou financiadora de um seguro de acidentes pessoais;

Beneficiar de um período de descanso que não exceda 22 dias úteis por ano;

Suspender as atividades financiáveis pela bolsa por motivo de parentalidade, nos termos do regime previsto no Código de Trabalho.”

Portanto, tudo isto está a ser visto à lupa para que algumas daquelas reivindicações ou daquela autoapresentação que a Sra. Deputada leu por parte dos bolseiros sejam colmatadas.

De qualquer maneira também devo salientar que os bolseiros são, concordo com a Sra. Deputada, trabalhadores, é verdade, mas o contrato que eles têm não é com uma entidade patronal. Eles recebem um subsídio para se manter enquanto fazem o seu trabalho de investigação.

Se há situações que se repetem ao longo dos anos... Também não concordo com isso, Sra. Deputada, mas essa é uma questão nacional, como sabe. É uma discussão que tem vindo a ser feita a nível nacional.

Relativamente à pergunta, ou o ultimato, do Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ultimato?!

O Orador: O serviço de ciência está constituído como tal desde a publicação da nova orgânica.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não se conhece é nenhuma atividade!

O Orador: Como sabe, só aconteceu em junho.

O serviço de ciência está a trabalhar e tem trabalhado muito, porque o trabalho dele não é só processar bolsas. Também tem feito isso, mas o Sr. Deputado pediu-me dados rigorosos, como o tema eram as bolsas, não trouxe esses dados, mas comprometo-me aqui, se o Sr. Deputado quiser, para apresentar-lhe até o relatório de atividades do serviço de ciência...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Agradeço, agradeço!

O Orador: ...e vai ver que muito trabalho tem sido feito.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Secretário depois mande-me o relatório de atividades!

O Orador: Além daqueles cinco projetos que diz que foram os únicos que foram aprovados, que foram financiados, o Sr. Deputado verá que não é verdade. Muitas obras foram apoiadas, congressos científicos, um conjunto de outras atividades científicas, os contratos com os centros de ciência, com os centros de investigação, etc.

Portanto, há muito trabalho feito. Esse trabalho será, com todo o prazer, apresentado ao Sr. Deputado, através da Sra. Presidente, a esta Assembleia.

Para terminar e também relativamente ao ultimato do Sr. Deputado António Ventura, só haverá abertura para novas bolsas quando houver o novo regulamento.

Deputado António Ventura (PSD): Mas quando é que vai ser?

O Orador: Acabei de dizer. Está a ser negociado com a FCT, nos termos da lei. Ele está feito aqui.

Deputado António Ventura (PSD): Mas anda a ser negociado desde fevereiro!

O Orador: O nosso borrão está feito. Está em negociação com a FCT que é obrigada a pronunciar-se.

Deputado António Ventura (PSD): Isso é uma não resposta!

O Orador: Portanto, fale com o Secretário de Estado do seu Governo,...

Deputado António Ventura (PSD): O que é que isso tem a ver? Isso não tem nada a ver. Isso é competência da Região!

O Orador: ...que possivelmente poderá dar um empurrãozinho para que a FCT faça o seu trabalho mais cedo.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não tenho por hábito explicar mais do que uma vez, mas como a Sra. Deputada Catarina Furtado fez questão de mencionar, sou nova nestas paragens e provavelmente vou ter que me habituar a este estilo.

Só gostaria de lembrar que independentemente daquilo que está explícito nos editais, o Decreto-lei obriga a menção no contrato da bolsa ao regulamento em vigor e até o Sr. Secretário apresentar o novo regulamento, o regulamento regional continua em vigor. A partir do momento em que ele é mencionado no contrato da bolsa passa a regular esse contrato. No artigo 23.º não existe “e/ou”. Terão que ser pagas todas as alíneas. Para questões de pormenor, se calhar, um jurista que nos pudesse esclarecer.

Em relação ao esclarecimento do colega Paulo Borges, poderia até ter a boa vontade de considerar que isso seria uma medida visionária se existisse efetivamente uma verba disponível na Região para investir dessa forma alargada e forte na investigação científica.

A verdade é que em 2012 não houve abertura a candidaturas a projetos de investigação; em 2013 não houve abertura a candidaturas a projetos de investigação. Se bem me lembro as últimas candidaturas ainda foram no âmbito da criação do IBA.

Portanto, imagino que nem vale a pena colocar a questão de quando é que vão voltar a abrir, porque provavelmente vamos ter que esperar que seja aprovado o novo regulamento que irá reger a ciência para a Região.

Muito obrigada.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A esta questão das bolsas suscitada por declarações do Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura que no dizer da Sra. Deputada Catarina Furtado é uma microquestão, aparentemente estaria o assunto resolvido com a resposta que o Sr. Secretário há instantes aqui deu, de tom afirmativo, a todas as perguntas que foram muito bem lançadas pela Sra. Deputada Zuraída Soares.

Todavia, essas respostas afirmativas não resolvem o problema, não tranquilizam a comunidade científica e menos ainda resolvem a origem de todo este problema.

A origem de todo este problema foi efetivamente um excesso de generosidade ao nível do financiamento e da aceitação de bolsas no ano de 2012, que, como já aqui foi dito, só por coincidência, só por mera coincidência,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Pois claro! Ainda ninguém tinha pegado nisso. Só o senhor!

O Orador: ...foi ano de eleições regionais.

Aliás, a generosidade não foi exclusiva desse ano. A generosidade não foi exclusiva desse ano, porque já no ano de 2009, se dizia, dizia o Governo Regional na altura, que ia duplicar o número de bolsas de investigação.

Portanto, a questão que o Sr. Deputado Paulo Borges há instantes deixou escapar, que é saber se a Região tem capacidade para continuar a alojar esta quantidade de investigação científica e o seu financiamento, sobretudo o seu financiamento,...

Porque a ciência nunca é demais e, portanto, o único problema é o de financiamento. Esta questão é uma questão que vem detrás e que já foi objeto de muita generosidade.

Mas no ano de 2012 dizia o Governo Regional: “No final do ano estaremos a apoiar 160 bolsas de investigação,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que visionários!

O Orador: ...designadamente 43 de pós doutoramento, 73 de doutoramento, 22 para investigadores, 7 [e vamos verificando aqui o *downgrade* que vai existindo na importância destes financiamentos] para técnicos de investigação, 3 na área da gestão, 20 do emprego da ciência, 20 projetos do emprego da ciência.” 160!

Quem é que dizia isto no dia 29 de setembro, à beira das eleições regionais? O então Secretário da Ciência e Tecnologia, José Contente.

Estava tudo bem nessa altura.

Aliás, e tendo referido o então Secretário José Contente, hoje Deputado, registo só esta coincidência e quero crer sinceramente que é uma coincidência esta matéria ter sido agendada precisamente no momento em que ele aqui não está. É uma coincidência que registo e não faço nenhum juízo de valor.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Já fez! Ao falar nisso já fez!

O Orador: Mas é uma coincidência.

De facto no ano de 2012, Sr. Deputado Paulo Borges, havia generosidade suficiente para acolher, para a Região financiar, comprometer-se, nalguns casos por 4 e por 6 anos, com este conjunto de 160 projetos de bolsas de investigação.

Nessa altura não se colocava o problema de financiamento e, Sr. Secretário Regional da Ciência, na altura também não se levantava o problema de fazer a verificação da validação científica destes projetos.

Aliás, fiquei aqui com uma dúvida da sua intervenção. Não sei se o senhor insinuou ou até disse de forma clara que até agora esses projetos de investigação eram apoiados e essas bolsas atribuídas sem a tal

validação, porque se assim é reconheço-lhe já a coragem de fazer essa denúncia, mas é uma denúncia que o senhor, como sucessor de uma pasta, tem que assumir, porque tendo iniciado funções não deixa de ser herdeiro do que está para trás mais ainda porque o que está para trás é da responsabilidade do seu partido.

Se é para a frente que vai haver um maior rigor, uma maior exigência nessa validação científica, julgo que isso não é novidade e que aliás não corresponde à verdade.

Portanto, fico na dúvida se o senhor não sabe o que diz; se sabe, mas não diz a verdade; ou se tendo dito a verdade, e sabendo o que disse, se houve alguém que antes de si faltou à verdade. Explico por quê.

Porque no dia 23 de fevereiro de 2012 o membro do Governo Regional responsável pela área da ciência e tecnologia, o então Secretário José Contento, dizia: “Ao nível das bolsas de doutoramento e pós doutoramento existe uma equipa de consultores externos que avaliam a relevância científica das candidaturas. Além da avaliação que é feita pela administração regional relativamente ao índice de interesse regional de uma candidatura às bolsas de investigação científica, existe outra equipa de peritos externos [gostava de saber quem são] que, com uma ponderação de 60% da avaliação, analisam a pertinência e valor científico das propostas candidatas ao apoio da tutela de investigação científica regional.”

Portanto, aqui a bota não bate com perdigota, ou seja, se nos vêm dizer que agora é que vai haver validação científica, rigor e exigência, o Secretário de então, José Contento, mentiu; se houve tudo isto que o Secretário José Contento disse é irrelevante o que o senhor nos acaba de dizer e o que nos disse relativamente sobre a validação e a exigência não

foi mais do que poeira lançada para o ar para tentar disfarçar a incompetência e inoperacionalidade da sua secretaria nesta matéria.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Terminando dizendo isto.

Há aqui uma questão de fundo e era aqui que eu queria chegar, por isso é que vou terminar com ela, é que o senhor está exatamente a mudar o paradigma daquilo que foi a política de ciência e tecnologia da Região até agora, porque, e devo abrir outro parêntesis, não é só na ciência e tecnologia, já o começou a fazer na educação com grande incómodo da então Secretária da Educação, hoje Deputada, que se ausentou na sessão,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E nunca mais apareceu!

O Orador: ...provavelmente por razões que serão justificáveis e com as quais nada me devo importar, mas faço essa constatação, porque o senhor o que tem feito é revogar, contrariar, desautorizar o anterior responsável pela área governativa e inverter o sentido das políticas. Em 10 meses a sua secretaria, que é também da ciência, se calhar a contragosto seu, mas que é também da ciência, não tem produtividade nesta área.

Não acredito que o diligente gabinete de apoio, dito de apoio à comunicação social, se V. Exa. tivesse feito alguma coisa de relevante os redatores todos que lá trabalham não se tivessem empenhado em dar nota pública desse trabalho.

Não há um contrato novo aprovado, não há um sentido de inovação, não há um novo programa iniciado, não há uma iniciativa, um evento da responsabilidade da sua secretaria.

2013, em termos de política de Ciência e Tecnologia nos Açores, é um ano zero, é um ano nulo.

Permita-me Sr. Secretário, com consideração, mas politicamente tenho que dizer, que em termos de Ciência e Tecnologia o senhor é um *downgrade*.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Sou o quê?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Borges tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Borges** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Depois desta intervenção tenho que esclarecer um aspeto importantíssimo.

Todos os projetos, todas as bolsas de doutoramento, de pós doutoramento que estão em vigência foram avaliadas cientificamente por investigadores externos, pagos pelo Sistema Regional de Ciência e Tecnologia. Eu próprio, como investigador, recebi para os meus alunos de doutoramento, de pós doutoramento e para os meus projetos avaliações externas muito rigorosas e exigentes. Portanto, todo o sistema funcionou e irá funcionar com base numa avaliação rigorosa externa paga, pagando a avaliadores externos independentes.

Portanto, não fazem qualquer sentido as acusações ou as afirmações que fez, são vazias de conteúdo e de verdade.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): O que não faz sentido é o que o Sr. Secretário disse!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não tencionava intervir outra vez, mas de facto o Sr. Deputado Joaquim Machado chamou-me qualquer coisa que não ouvi, mas que deve estar perfeitamente à altura de V. Exa.

Nunca disse, e o senhor terá que provar (se pensa que eu disse terá que o provar), que as bolsas atribuídas não foram validadas. O que eu disse, e (não digo colega de bancada, mas quase)...

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Quase? Mas como quase? A senhora é deputada!

O Orador: ...a Sra. Deputada Graça há bocadinho referiu, é que é prática científica, nestes contextos, as bolsas ou qualquer projeto científico serem avaliados por comissões. É isso que é feito Sr. Deputado. O senhor não sabe isso, aprenda! É isso que está a ser feito.

Agora não diga, em nenhuma situação, que pus em causa a validação ou a competência científica de quem validou as bolsas atribuídas. Sempre disse que elas seriam cumpridas.

O que eu disse é que em cumprimento dos regulamentos e da prática científica e académica todas as bolsas serão avaliadas no prazo certo como está previsto nos contratos. É isso e nada mais.

O Sr. Deputado diz que não está a ser feito nada em ciência. Pois está bem, também não é obrigado a saber tudo e também não é obrigado a estar ao nível de saber o que é que se está a fazer em ciência, mas há bocadinho comprometi-me que será apresentado aqui, nesta casa, o relatório do serviço de ciência que já foi feito este ano.

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Secretário, posso fazer uma recomendação? É que levante mais o microfone para a gente ouvir melhor!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Borges, o senhor não acrescentou nada ao debate.

Deputadas Catarina Moniz Furtado e Benilde Oliveira (PS): Nem o senhor!

O Orador: Não acrescentou nada ao debate, mas deu oportunidade ao Sr. Secretário Regional de confirmar, no fundo, aquilo que eu tinha ouvido e interpretado. Isto é, de que tendo havido esta verificação científica como é óbvio, ela pelo menos no plano universitário decorre sempre, já tenho dúvidas e o Sr. Secretário não me respondeu quem são os peritos que fazem parte desta equipa que, pela parte da Região e com a tal ponderação de 60%, concorrem para a validação dessas candidaturas. Essa parte o Sr. Secretário não respondeu.

Portanto, se tudo isso se fez e acredito que sim, pelo menos no plano universitário nada nos suscita a dúvida, então pergunto: qual é a novidade que o Sr. Secretário então tem para nos dar?

Por que é que insinuou que daqui em diante, nos próximos tempos, ia haver mais rigor na avaliação das candidaturas?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não é mais rigor!

O Orador: Nós só fazemos mudança e só vamos exigir mais na avaliação se de facto ela tiver sido deficiente ou ineficaz até agora.

Portanto, é esta a questão. Por isso é que me pareceu, e afinal tinha razão, de que isto apenas é uma manobra de atirar uma poeirazinha para

entretanto ir deixando passar o tempo, porque essa questão do despacho parece-me que é daqueles casos em que se aplica aquele velho ditado em que enquanto o despacho vai e vem folgam as costas.

Portanto, enquanto há despacho, não há despacho, negocia daqui e dacolá e agora a questão até deve ser colocada ao Governo da República, o problema é, como foi aqui feito o desafio: que projetos de investigação novos foram abertos em 2012 e neste ano?

Por isso, eu não tenho falta de capacidade para estar ao nível daquilo que o senhor está a fazer, eu não tenho é informação daquilo que o senhor faz, porque não a divulga. Não me posso intrometer no seu gabinete,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): É uma agência noticiosa!

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Terei todo o prazer em recebê-lo! Terei todo o gosto!

O Orador: ...teria grande reбуço em fazer uma coisa dessas.

Se o diligente gabinete dito de apoio à comunicação social não divulga a atividade da sua secretaria neste domínio, tenho que presumir que nada está a acontecer. Aliás, de eventos, de programas novos lançados, de novas candidaturas, de grandes iniciativas, o senhor tem que reconhecer que o seu antecessor, nisso, batia-o, de longe, aos pontos.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Ainda bem! Por isso é que vai ser Presidente da Câmara!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Ventura tem a palavra.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Borges, a 22 de fevereiro de 2013, no *Diário Insular*, o senhor afirmava que “para que se atinjam patamares de investigação próximos de academias internacionais ou nacionais é preciso investir,

apoando os jovens investigadores e mantendo os apoios que lhes têm sido concedidos até agora.”

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: E?!

O Orador: Só lamento que passados estes meses, em setembro o senhor não tenha sido fiel à sua comunidade científica...

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade! O senhor é que está a fazer isso. Não tem feito outra coisa! O senhor é que está a instrumentalizar a Universidade dos Açores!

O Orador: ...e venha pôr os interesses partidários à frente dos interesses da academia. Isto é que é de lamentar!

O senhor traiu, o senhor está a trair a comunidade científica ao defender o Governo Regional que não é necessário abrir as candidaturas este ano. É lamentável que o senhor tenha traído a comunidade científica e tenha mudado de opinião nestes meses.

Sr. Deputado Paulo Borges, tem de definir de que lado é que está: se está do lado da comunidade científica, onde é professor, onde vai encarar os seus alunos; ou se está do lado do interesse partidário do PS.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

É isso que tem de definir aqui nesta Assembleia.

Sr. Secretário Regional, o senhor como governante hoje teria que dizer à comunidade científica e aos alunos quando é que iam abrir as candidaturas de doutoramento e de pós doutoramento. O senhor deu uma resposta que é uma não resposta. Continua a atirar para a frente, continua a manter o desassossego e com isto não contribuiu para efetivamente termos a comunidade científica com confiança neste Governo Regional.

O senhor ao não dar uma resposta levantou ainda mais e aumentou a desconfiança da comunidade científica relativamente a esta política que não sabemos qual é que é.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado Paulo Borges, a ciência não tem cor política, nem partidária!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já não estava a pensar voltar ao debate, mas de facto depois de ouvir a intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado, quem ficou com uma dúvida fui eu.

Parece-me que há bocadinho, antes de irmos para o intervalo, estava tudo esclarecido em relação à matéria em apreço, que é o Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, que tem a ver com as bolsas atribuídas, com o cumprimento dos requisitos das bolsas e com a recomendação da criação de um regime compensatório.

Parece-me que há bocado estava tudo “serenizado” e tudo esclarecido sobre esta questão.

De súbito, da parte do PSD, parece que houve dúvida interna, porque, se, por um lado, o Sr. Deputado António Ventura se levanta e quer por força que o Sr. Secretário hoje responda aqui a uma coisa que não está à discussão,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP) e Deputado António Ventura (PSD):
Não está à discussão?

A Oradora: ...que é quando é que abre o novo período de atribuição de bolsas (não é isso que estamos a discutir, apesar da relação com a matéria

não é isso); por outro lado, o Sr. Deputado Joaquim Machado fala (para ir buscar, porque lhe interessa no período em que estamos a passar) no anterior Secretário, hoje candidato à Câmara Municipal de Ponta Delgada, Dr. José Contente, e num número exagerado de bolsas atribuídas o ano passado.

Então, foram muitas bolsas? Querem mais bolsas? Em que é que ficaram? Como é que é a comunidade científica?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

A Oradora: Inquirindo se a comunidade científica aguenta esses bolseiros todos.

Então, não estou a perceber.

Deputado António Ventura (*PSD*): Eu quero saber quanto são as bolsas e quando vão ser dadas?

A Oradora: O Sr. Deputado António Ventura esgrime argumentos, quer fazer-se ouvir e diz que quer saber quando é que são as bolsas,...

Deputado António Ventura (*PSD*): É a função de um governante!

(Risos do Vice-Presidente do Governo)

A Oradora: ...quando não estamos a discutir o período de candidatura de bolsas; por outro lado, o Sr. Deputado Joaquim Machado, lá em cima, diz que “não, foram exageradas as bolsas, foi o ano passado e se calhar não há movimento para tudo.”

Portanto, a dúvida de interpretação agora quem a tem sou eu.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na realidade eu também não ia voltar a intervir neste debate, porque me pareceu que tudo já estava dito e esclarecido, mas em consciência não posso deixar de fazer um reparo a esta fase final do nosso debate, a esta última fase do nosso debate, e chamar a atenção de todos e de todas nós para algumas coisas que nós aqui dizemos que são às vezes muito graves e muito perigosas e vou explicar o que quero dizer com isto.

Penso que não é preciso ser um perito em ciência, nem sequer um praticante, ou um investigador, ou alguém, enfim, que lide com esta parte do conhecimento, com esta área do conhecimento diariamente, para entender uma coisa, é que esta sombra de desconfiança,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ora bem!

A Oradora: ...que anda aqui de mão em mão, em termos de poeira, sobre as equipas de avaliação e de validação, sejam elas nacionais, ou internas, ou externas, nacionais ou internacionais, esta poeira que anda no ar, como alguém já aqui lhe chamou, pousa naqueles que são avaliados.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: Não sei se me estou a fazer entender.

Portanto, quando se põe em causa, seja pela novidade ou pelas novidades que o Sr. Secretário Regional quer introduzir e alguma argumentação que usa, seja por alguma contra-argumentação que aqui também é usada, é o valor, é a qualidade, é a honestidade do trabalho realizado pelos investigadores e pelos bolseiros.

Penso que ganharíamos todos e todas se tivéssemos isso em atenção. Às vezes em política não vale tudo e nós não podemos estar aqui a dizer que estamos a defender os bolseiros e ao mesmo tempo estar a atirar para cima deles a desconfiança da sua falta de qualidade ou a desconfiança da

falta de isenção na sua avaliação. Disso eu, e o Bloco de Esquerda, demarco-me completamente.

Muito obrigada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP) e Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Sr. Deputado Aníbal Pires não tem tempo. Não tem tempo e o Sr. Deputado sabe bem que não tem tempo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mais uma boa notícia!

Presidente: A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Borges tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Borges (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só uma última intervenção para referir o seguinte.

Há aqui uma série de pedidos para o Sr. Secretário dizer quais são os avaliadores. É impossível ao Sr. Secretário dizer quem são os avaliadores. Os avaliadores são sempre pessoas independentes que não podem ser conhecidas publicamente por quem faz a investigação e que é avaliado por esses avaliadores.

Deputado Berto Messias (PS): Veja se aprende alguma coisa, Sr. Deputado Ventura!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A não ser que o Secretário da tutela ou a Secretária da tutela digam alguma coisa.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Borges, faça o favor de continuar.

O Orador: Outro aspeto importante: nós temos na Região (e é isto que tem de ficar, é a última mensagem que acho que tem de ficar deste

debate, uma mensagem positiva e otimista) cerca de 100, 120 bolsеiros de investigação, de doutoramento, de pós doutoramento, alguns a trabalhar em gestão de projetos, que são um património único da Região. São o nosso futuro e foi investido muito na sua formação e vai continuar a ser investido muito na sua formação. Não vamos estar aqui com jogos de distração. Nós estamos a investir nessa geração e o Governo Regional, tenho a certeza, vai continuar a investir nessa geração.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputada Graça Silveira e Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ficamos descansados!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Agora sim não há mais inscrições. Vamos então passar à votação do Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Avançamos na nossa Agenda. Entramos agora no ponto 4: **Petição n.º 14/2012 – “Pelаs Crianças que consomem álcool nos Açores”**, apresentada por João Paz Soares Botelho, na qualidade de primeiro subscritor.

Para apresentação do relatório, dou a palavra à Sra. Relatora da Comissão dos Assuntos Sociais.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

“PELAS CRIANÇAS QUE CONSOMEM ÁLCOOL NOS AÇORES”

CAPÍTULO I

Introdução

A 19 de abril de 2012 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o N° 14/2012, intitulada “Pelas Crianças que consomem álcool nos Açores”, que reúne um total de 621 (seiscentas e vinte e uma) assinaturas, tendo como primeiro signatário João Paz Soares Botelho.

A referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer, por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, datado de 19 de abril de 2012.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

O direito de petição, previsto no artigo 52° da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9° do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n° 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189° a 193° do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n° 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos n°s 1 dos artigos 190° e 191° do Regimento, bem como do artigo 73°, n° 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 30/2012/A, de 21 de dezembro, as matérias relativas à saúde, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO III

Apreciação da Petição

a) ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei nº 43/90) e regimentais (artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais, na sua reunião de 30 de abril de 2012, procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 190º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

b) OBJETO DA PETIÇÃO

A presente petição tem como objeto a solicitação de que “a Assembleia Legislativa Regional dos Açores promova, ao abrigo da legislação em vigor, um debate sobre a problemática da venda de álcool a menores de 16 anos na Região Autónoma e estenda a proibição de venda e consumo em lugares públicos a menores de 18 anos”, de onde decorra uma reapreciação da legislação em vigor, “para se passar de 16 para 18 anos a idade limite para aquisição de bebidas alcoólicas no arquipélago em consentâneo com o que já é comum em alguns países da União Europeia”.

Invocam a experiência da Associação Arrisca e um estudo efetuado pelo sociólogo Alberto Peixoto como provas do quão preocupante é, no

seu entender, o consumo de álcool por menores na Região. Consideram que o cenário denota falta de fiscalização, mas resulta também “do facto de se permitir que potenciais consumidores entre os 16 e os 18 anos possam adquirir álcool”.

c) DILIGÊNCIAS EFETUADAS

Na reunião de 21 e 22 de maio de 2012, na delegação da Assembleia Regional da ilha Graciosa, a Comissão de Assuntos Sociais decidiu, por unanimidade, efetuar as seguintes diligências:

- Audição dos peticionários, na pessoa do primeiro signatário da presente petição, João Paz Soares Botelho
- Audição do Secretário Regional da Saúde, Dr. Miguel Correia

As audições ocorreram em reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, na delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos dias 29 de maio de 2012, 22 de junho e 9 de julho de 2012.

1) AUDIÇÃO DO PRIMEIRO PETICIONÁRIO

O primeiro peticionário referiu a existência, no seu entender, de unanimidade quanto à necessidade de se alterar o atual quadro legal. Fazendo um enquadramento social do problema, diz constatar-se grande permissividade quanto ao consumo de álcool, quer nas festas, quer numa série de outras circunstâncias (e mesmo nos rituais religiosos). Quis salientar que a petição não se relaciona com a posição de qualquer grupo ou partido, mas com uma preocupação de muitos cidadãos.

Seguiu-se um período de debate, no qual intervieram os deputados Nélia Amaral, Rui Ramos, Francisco Álvares, Cláudio Almeida, Aníbal Pires, Zuraída Soares, Paulo Rosa e Catarina Moniz Furtado.

A deputada Nélia Amaral referiu que, no seu entender, a questão não se limita à legislação e ao seu carácter punitivo, revestindo-se de grande abrangência, nomeadamente ao nível dos comportamentos familiares e de variados fatores sociais que potenciam uma certa permissibilidade. Neste contexto, deu o exemplo da Seleção Nacional de Futebol, patrocinada pela Sagres, e nos equipamentos, que muitos pais pretendem adquirir para os seus filhos e que trazem patente, desde logo, essa publicidade – e, por consequência, um apelo ao consumo.

O deputado Rui Ramos salientou a preocupação que a problemática do consumo de álcool (talvez uma das principais causas de morte) coloca ao PSD, em particular por camadas mais jovens, partilhando da ideia de que algo tem de ser feito neste campo, nomeadamente a alteração da idade de compra e de consumo (dos 16 para os 18 anos) e a proibição de consumo em público a menores de 16 anos. Referiu ainda o facto de, muitas vezes, os pais se demitirem das suas responsabilidades nesta matéria.

O deputado Francisco Álvares referiu conhecer relatos “arrepiantes” de consumo excessivo de álcool por crianças de 12 e 13 anos. Mencionou ainda a sua concordância com a deputada Nélia, relativamente ao facto de a solução para esta problemática carecer do envolvimento de várias entidades, e de se assistir muitas vezes a um certo facilitismo por parte das famílias, numa sociedade já por si permissiva e até estimuladora deste tipo de comportamentos, sendo pois necessário pensar noutras formas de

intervenção. A proibição pode ser, no fundo, um passo para esse objetivo mais abrangente.

O deputado Cláudio Almeida considera este problema transversal a toda a sociedade açoriana (um dos seus maiores flagelos), e com uma incidência cada vez mais preocupante. Referenciou a iniciativa do PSD na VIII Legislatura, nomeadamente um projeto de Decreto Legislativo Regional que pretendia alterar a idade mínima de consumo de 16 para 18. Julga necessário fazer algo que minimize danos, bem como agir ao nível da prevenção (e não só da proibição).

O primeiro peticionário referiu-se, em seguida, à fiscalização e à falta de meios de que a PSP dispõe, podendo talvez ser colmatada pela intervenção da Polícia Municipal.

O deputado Aníbal Pires reconheceu a dimensão do problema e a necessidade de se tomar medidas, alterando o quadro jurídico mas atuando também noutras frentes, particularmente ao nível da prevenção e da formação (com qualidade). Salientou que o álcool pode ter efeitos mais prejudiciais do que as chamadas “drogas”.

A deputada Nélia Amaral chamou a atenção para o facto de o álcool dever ser encarado como qualquer outra substância psicotrópica e que esta questão envolve inúmeras circunstâncias e entidades, pois está disseminada pelos festejos das semanas académicas, queima das fitas, associações de e para jovens, festivais, etc. A própria política de preços apela também ao consumo. No seu entender, a proibição, se não for consequente, pode revelar-se contraproducente.

A deputada Zuraida Soares referiu achar necessário quebrar tabus nesta matéria e encará-la com a gravidade de que se reveste. Lembrou, a este propósito, a situação polémica de um cidadão que, tendo denunciado consumos a que assistiu num café de Ponta Delgada, foi posto em Tribunal. Acrescentou que o álcool continua a ser encarado como um rito de passagem (da infância para a juventude), e que nele se procura mais a alienação do que a diversão. Julga também que tem de se fazer algo depressa, mas que proibir apenas não chega e conduzirá ao fracasso, pois, apesar das medidas proibitivas já existentes, o problema tem vindo a agravar-se. A melhor forma será ensinar a beber com moderação.

O primeiro peticionário, embora compreendendo a abrangência da problemática, referiu que, segundo a sua perceção, crianças com 14 ou 15 anos já deveriam ter aprendido que se deve beber com moderação.

O deputado Paulo Rosa frisou novamente a questão cultural (de facilitismo nesta matéria), cuja abrangência ultrapassa os Açores e mesmo Portugal, estando profundamente enraizada nas sociedades mediterrânicas. Julga que a petição apresenta um primeiro passo, mas que a repressão, por si só, não será suficiente, sendo necessárias medidas preventivas e pedagógicas.

O primeiro peticionário lembrou, neste contexto, que já em 2008 se fazia prevenção na Região.

A deputada Catarina Moniz Furtado referiu que o consumo em faixas etárias baixas não é um problema apenas nosso, isto é, encontramos-lo

também em países como a Inglaterra ou nos países nórdicos, em que as proibições são bastante severas mas depois os consumos são pautados por excessos incríveis. Na sua opinião, seria necessário agir relativamente ao álcool com maiores restrições, por exemplo ao nível da publicidade. Mas não só. Realçou a negligência dos pais e a importância de aprender a beber com moderação em casa. E, neste contexto, perguntou (retoricamente) se, aos 17 anos, um jovem não pode beber uma cerveja. Na sua perspetiva, o importante é que os jovens aprendam a reagir assertivamente às várias situações, sendo uma delas o consumo de álcool, e que essa aprendizagem se faz muito em casa. Neste sentido, acha então que, se o caminho for o da punição, então também as famílias negligentes têm de ser punidas.

Finda a audição do primeiro peticionário, e sendo consensual a necessidade de uma abordagem mais abrangente, a Comissão decidiu, por unanimidade, criar um grupo de trabalho restrito, que concluísse as diligências já assentes e agilizasse novas diligências.

Neste âmbito, o referido grupo de trabalho decidiu aditar, para além da audição do primeiro peticionário e do Secretário Regional da Saúde, as seguintes diligências:

- Audição do Comandante Regional da PSP, Cmdt. Barros Correia
- Audição do Inspetor Regional das Atividades Económicas (IRAE),
Dr. Paulo Machado
- Audição dos Alcoólicos Anónimos, na pessoa de um dos seus responsáveis, Sr. José Pacheco
- Pedido de parecer (por escrito) à AHRESP – que consta como parte integrante deste relatório.

2) AUDIÇÃO DO COMANDANTE REGIONAL DA PSP, CMDT. BARROS CORREIA

O Comandante (Cmdt.) da PSP foi ouvido na reunião de 9 de julho de 2012.

Fez referências às duas principais perspectivas com que este problema pode ser considerado: a da prevenção e a da repressão. Na sua opinião, a primeira é preferencial mas a segunda não pode ser esquecida. Ora, mais importante do que a alteração da idade é, pela sua experiência, que o que fique estabelecido seja exequível e consequente. Nem sempre a venda culmina numa coima. O processo apresenta algumas vulnerabilidades, por exemplo ao nível da prova (e deixou algumas situações de dúvida: é mesmo cerveja que está a ser consumida? Com ou sem álcool? Como se prova isso?). A idade pode ter relevância, em contraste com outras situações, em que a idade mínima de consumo é 18 anos. Mas apela à necessidade de fundamento e de exequibilidade nesta decisão.

Seguiu-se um período de questões e comentários, que contou com as intervenções dos deputados Nélia Amaral, Piedade Lalanda, Paulo Rosa, Zuraída Soares e Cláudio Almeida.

A deputada Nélia questionou-o então sobre o que estará a faltar fazer, uma vez que se tem revelado tão difícil fazer com que crianças não bebam. E se teria sugestões para tornar a lei mais eficaz.

O Cmdt respondeu que tem de haver uma censura imediata – por exemplo, fazendo uma recolha e teste no local. Julga necessário apelar ao bom senso na aplicação da lei. E questiona-se sobre como é possível que,

nas Festas do Sr. Santo Cristo, por exemplo, a barraquinha da Associação de Estudantes venda cerveja. Não afasta, igualmente, que haja desresponsabilização por parte dos pais.

A deputada Piedade Lalandia fez referência ao consumo nas escadas da Matriz e à discricionariedade na atuação da polícia. No seu entender, faz parte da atuação da PSP efetuar rondas a determinados locais de consumo, funcionando a sua presença como fator de dissuasão

O Cmdt. respondeu com concordância, frisando novamente acreditar no bom senso dos agentes da polícia. Acrescentou, contudo, que a resolução de alguns problemas vai ter à polícia porque outros se demitem, nomeadamente os pais, e que a atuação no âmbito da “Escola Segura” pretende também envolvê-los (pais), pois muitas vezes nem têm noção do que os filhos fazem. Chamou ainda a atenção para a importância de censurar quem vende mas também quem disponibiliza. Para além disso, levantou a questão da intervenção junto do menor – se deve ser ou não punido.

O deputado Paulo Rosa referiu que o poder discricionário da Polícia, se seguido de forma cega, tem riscos e pode assumir um lado perverso. Perguntou ao Cmdt. se o tipo de atuação, pautado por uma certa pedagogia, é generalizado em toda a Região ou se há diferenças entre Comandos. Referiu igualmente que, no atual enquadramento, é possível efetuar o teste do balão ao jovem, solicitando então esclarecimento do Cmdt. quanto à dimensão das ocorrências.

O Cmdt concordou com a importância do teste, e que este seja feito em tempo útil, para que haja uma atuação rápida por parte das entidades competentes. Relativamente à dimensão das ocorrências, não podia dar números exatos, mas adianta que não são muitos os autos de notícia. Pela sua percepção, acha que ao longo dos últimos quatro anos se alteraram os locais privilegiados de consumo mas que não terá havido grande evolução – nem, ao que julga, ao nível dos comas alcoólicos e/ou de outros distúrbios.

A deputada Zuraida Soares, manifestando o seu apreço pela postura de sensatez do Cmdt, pretendeu questionar – e uma vez que o Cmdt enfatizou a lógica da prevenção – o que se pode fazer mais neste campo. Apelou à necessidade de haver coerência junto dos jovens, independentemente de se falar de um jovem de 16 ou de 18 anos. Aos 16 anos, um jovem pode casar, trabalhar, paga os seus impostos, é imputável. Mas não pode votar, não pode fumar, não pode consumir álcool.

O Cmdt. referiu considerar importante envolver os agentes de venda de álcool na prevenção. A PSP, que já faz o que está ao seu alcance, mostra-se sempre disponível para colaborar. Quanto à questão da coerência relativa à idade, não sabe se os 16 ou os 18 anos serão mais adequados, o que sabe é que tem de haver coerência nestas matérias.

O deputado Cláudio Almeida mencionou o facto de os grandes patrocinadores das festas das Associações de Estudantes serem cervejeiras, tendo contado com a concordância do Cmdt, que acrescentou que isso era um contrassenso, e que quem patrocina também sabe que não

o deve fazer. Deixou alguns valores de 2011, que apontam no sentido de uma melhoria na criminalidade mas de um incremento na sinistralidade, com mais pessoas detidas por excesso de álcool (principal responsável pelos acidentes com consequências graves).

3) AUDIÇÃO DO INSPETOR REGIONAL DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS, DR. PAULO MACHADO

O Inspetor da IRAE foi ouvido também a 9 de julho de 2012.

Começou por referir que os processos de contraordenação são competência da IRAE, mas que a inspeção é uma competência partilhada. As ações inspetivas de segurança alimentar, que constituem uma grande preocupação para a IRAE e onde se insere a venda de bebidas a menores, têm vindo a aumentar: em 2010, registaram-se 321 ações (aumento de 36%); em 2011, 437; em 2012 as perspetivas apontavam para mais de 500. A legislação constitui uma dificuldade, pois é muito limitativa e centrada no prisma da venda. Ora, essa vertente está controlada – os comerciantes dificilmente vendem a menores –, mas o facto é que os menores aparecem embriagados. Têm optado por realizar muitas operações noturnas, amiúde em conjunto com a PSP, mas são muito poucas as situações detetadas. A legislação não contempla a cedência ou a facultação. Ou seja, o jovem é apanhado a consumir ou embriagado, não se sabe bem como acedeu ao álcool, o pai é chamado mas, na generalidade, não acontece mais nada. Não há um regime progressivo desde a primeira advertência, com consequências diferentes para as subsequentes. Para além disso, refere um problema técnico: só as bebidas com mais de 0,5% de álcool são consideradas alcoólicas, e para isso é necessário colher amostras. Ora, é impossível mandar analisar um “shot”,

por exemplo, pois a quantidade é insuficiente para a amostragem (mínimo de 33 ml). E, para testemunho, são necessários 2 agentes.

No período de debate que se seguiu intervieram os deputados Piedade Lalanda, Paulo Rosa, Nélia Amaral e Zuraida Soares.

A deputada Piedade Lalanda perguntou se não haverá outra forma sem ser por prova laboratorial, bem como qual a atuação da IRAE em situações de facilitismo de consumo, como arraiais e outras festividades.

O Inspetor Regional respondeu que as situações têm de estar previstas na lei, e de forma irrefutável. Relatou que, nas festividades do Sr. Santo Cristo, em 2012, fizeram um trabalho mais sistemático, bem como em todas as festas da Região. Naturalmente, as condições impostas às “barraquinhas” têm de ser diferentes das dos restaurantes, mas também obedecem a regras. Aumentou o número de ações de inspeção, mas o número de autos repressivos baixou. São, pela sua leitura, resultado da vertente pedagógica.

O deputado Paulo Rosa pretendeu saber se, no âmbito destas ações inspetivas, a IRAE notou alguma diferença quanto ao consumo por menores, ao que o Inspetor respondeu que o número de processos tem vindo a diminuir, e que muitos acabam arquivados por falta de prova. Apesar da perceção de que há mais jovens a consumir, não têm podido verificar/confirmar no campo essa perceção.

A deputada Nélia Amaral referiu, em seguida, que o valor das coimas tem de ser conseqüente e dissuasor, tendo o Inspetor concordado que os

valores devem ser atualizados, e que deve haver formas de responsabilizar também o menor que consome e os pais.

A deputada Zuraida Soares mencionou que essa percepção – de que há mais jovens a consumir – pode ser ou não real. Poderá, não havendo mais registo de coimas nem mais flagrantes, estar empolada do ponto de vista social. Mas gostaria de saber quantas ações inspetivas, ao longo de seis meses, a IRAE faz a um estabelecimento que esteja “na moda”, como o Cantinho dos Anjos, ou a Baía dos Anjos.

O Inspetor referiu que nunca se fez tanta ação inspetiva como atualmente. Esclareceu que a IRAE trabalha por pró-ação (80%) e por reação (20%). O Baía dos Anjos, por exemplo, é visitado 3 a 4 vezes por ano, no âmbito do plano anual. Mas, por reação, é visitado o dobro disso – num total de 10 a 12 vezes por ano. Chegou a ser visitado, em 2011, 3 vezes em 15 dias. No Verão, integram um agente da PSP todas as semanas, em saídas noturnas. Mas acrescentou que os pais deviam ser os primeiros inspetores.

4) AUDIÇÃO DO RESPONSÁVEL DOS ALCOÓLICOS ANÓNIMOS, SR. JOSÉ PACHECO

O Sr. José Pacheco foi ouvido também a 9 de julho de 2012.

Explanou, em termos muito pessoais e em jeito de testemunho, a sua experiência com o álcool, referindo que “o álcool era o meu Deus”, e que se trata de um problema de grande gravidade, pela dificuldade de dele se sair.

Expressou julgar fundamental a sensibilização em contexto escolar, de forma a alertar as crianças para estes perigos.

Referiu ainda o preço das bebidas alcoólicas, dando como exemplo o facto de, num café, se pagar tanto por uma garrafa de água como por uma de cerveja.

Seguiu-se um breve período de questões, no qual interveio a deputada Nélia Amaral, que perguntou se há grupos específicos de jovens com este tipo de problemas, ao que o Sr. José Pacheco respondeu que não, e que quando lá aparecem vão “empurrados pelos pais ou para não irem presos”. Fazem também algum acompanhamento pós-internamento.

5) AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE, DR. LUÍS CABRAL

Por decisão da Comissão, foi ouvido o atual Secretário Regional da Saúde (SRS), a fim de se pronunciar, de forma atualizada, acerca da petição em apreço. Essa audição teve lugar na delegação de Angra do Heroísmo da Assembleia Legislativa Regional, a 14 de junho de 2013.

O governante disse, desde logo, considerar muito lesivo o consumo de álcool por parte dos jovens, afirmando que, no seu entender, faria todo o sentido, ao contrário do que foi recentemente legislado a nível nacional, alargar a idade mínima de consumo de bebidas alcoólicas para 18 anos também no caso da cerveja – não concordando, portanto, com a diferenciação entre 18 anos como a idade mínima para consumo de bebidas espirituosas ou equiparadas e 16 anos para cerveja e vinho, embora tenha declarado desconhecer se existem estudos que sustentem essa diferenciação.

Acrescentou que não basta proibir, há outras questões que também têm de ser trabalhadas.

Não houve inscrições para debate.

CAPÍTULO IV

Parecer

A petição em análise transitou da anterior Legislatura para a presente. A atual Comissão Permanente de Assuntos Sociais decidiu, de forma unânime, não repetir diligências (com exceção da audição do atual SRS, como já referenciado), mantendo assim as já efetuadas e precedendo à emissão de parecer e à elaboração do respectivo relatório, o que veio a acontecer a 30 de agosto de 2013, na delegação da Assembleia Legislativa da cidade de Angra do Heroísmo.

Considerando, então, as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

- 1) Tendo a presente petição sido subscrita por 621 cidadãos, deverá a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 192º do respectivo Regimento;
- 2) A transição da idade mínima de consumo de 16 para 18 anos, embora não resolva terminantemente a situação, poderá constituir um passo importante para um maior controlo da situação;
- 3) A aposta na prevenção, que se tem já verificado mas que deve ser reforçada, revela-se determinante, em especial junto dos pais e encarregados de educação, bem como em contexto escolar;
- 4) A publicidade ao álcool, que exerce grande influência sobre o consumo, em particular nas camadas jovens, tem uma carga muito mais acentuada e perniciosa do que noutras substâncias (de que o tabaco é exemplo);

- 5) É imperioso que as ações e procedimentos das inspeções sejam ágeis, consequentes e baseadas em diretrizes exequíveis e adaptadas à realidade;
- 6) Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao Departamento Governamental com responsabilidade e competência na prossecução do projeto em apreço.

A Relatora, Renata Correia Botelho

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Domingos Cunha

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Dita a praxe desta casa de que para a discussão das petições, cada partido dispõe de 10 minutos, sendo, como sabem também, que só podem usar da palavra uma única vez.

Estão assim abertas as inscrições.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho, tem a palavra.

(*) Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PS não só saúda os peticionários, como comunga das preocupações.

Ficamos todos consternados (e quando digo todos creio que me refiro a uma consternação, digamos, transpartidária) com os consumos precoces de álcool, com todo o comprometimento que daí advém, desenhando por vezes trajetos de vida desastrosos quando a situação evoluiu (e evolui, infelizmente, muitas vezes), feitos de abstinências e recaídas, em vai e vem, com degradação física, emocional, social e familiar, numa idade que tinha de ser marcada pela construção de uma vida.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

A Oradora: No entanto, a alteração legislativa não resolve tudo, pode ajudar a travar, a abrandar alguns consumos, mas, infelizmente, não os erradica.

Há, e isto talvez seja o mais inquietante de tudo, uma postura familiar e social permissiva que conduz muitas vezes a ambiguidades e confusões, mesmo ao nível da perceção dos jovens sobre esta problemática, uma postura familiar e social muito mais branda relativamente ao álcool do que às outras drogas, quando se sabe cientificamente que em nada o álcool lhes fica atrás, no que concerne aos danos provocados, sobretudo em camadas mais jovens.

A própria publicidade é nefasta neste campo. Se temos festivais patrocinados por cervejeiras (e temos no continente e na Região); se temos campeonatos desportivos apoiados por cervejeiras (e infelizmente todos conhecemos vários exemplos); se temos equipamentos de jogadores que funcionam, no fundo, como ídolos de um cem número de jovens com marcas de cerveja inscritas (e quantos de nós já não teremos comprado para um primo, para um sobrinho, para um filho um equipamento desse género), tudo isto faz de nós, queiramos ou não assumi-lo de forma direta, cúmplices de uma legitimação do consumo do álcool que tem de conhecer mudanças significativas, não só ao nível legislativo (talvez também, mas não só), como no âmbito da sensibilização e da prevenção primária, uma aposta absolutamente determinante neste contexto, sobretudo, e no fundo, através de uma mudança de postura social, diria mesmo de paradigma, rumo a uma sociedade que saiba beber e dessa forma afaste os jovens dos perigos inerentes ao consumo precoce desta droga que, no fundo, nos atinge a todos.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra agora a Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP felicita os peticionários pela sua participação cívica e por trazerem ao debate político um tema fraturante como o consumo de álcool por crianças e jovens. Como todos nós sabemos é um problema que apesar de estar claramente identificado, é extremamente complexo, com implicações a vários níveis, desde questões tão simples e tão gravosas, como o desempenho escolar, até situações muito mais extremas, como a sinistralidade.

Apesar de defendermos que um sistema proibitivo/repressivo por si só não apresenta uma solução para o problema, quando associados a um sistema punitivo eficaz, pode por um lado ter um efeito dissuasivo e por outro, aquando do julgamento tornar possível identificar jovens em que o consumo de álcool está associado a outras disfunções, nomeadamente agregados familiares destrutturados e portanto pode funcionar como um sistema de alerta que permita sinalizar situações que necessitam de uma intervenção a outros níveis, como seja o da assistência social.

No entanto, não podemos deixar de chamar a atenção para o facto de que a alteração da legislação atual, exige que sejam implementados simultaneamente mecanismos que tornem efetiva a fiscalização. Lembro, por exemplo, que legalmente é considerada bebida alcoólica uma bebida que tenha um teor superior a 0.5% de álcool, que nas camadas jovens os *shots* são uma bebida de eleição, e que no momento de fiscalização torna-

se praticamente impossível ao agente de fiscalização determinar o real valor alcoólico daquela bebida.

Outra situação que é frequente em festas públicas na Região é que as bebidas são servidas em copos, em que nessa situação não existe qualquer indicação à referência, ao grau alcoólico, ou ao que se encontra nesses copos.

Por último, o CDS-PP considera que estas medidas proibitivas, apesar da sua importância, não demitem o Governo Regional da responsabilidade dum trabalho sério e conseqüente no que se refere à prevenção do consumo de álcool nas camadas mais jovens. Esta petição, até pelo número de subscritores, é um sinal claro de que a sociedade está atenta, preocupada e disponível para participar numa solução que exige o comprometimento de todos nós, família, sociedade, escola e, claro, Governo Regional.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, e em nome do Grupo Parlamentar do PSD, quero enaltecer o espírito cívico e de participação cívica deste grupo de cidadãos que quiseram trazer a esta casa a discussão de um problema que nos preocupa a todos, enquanto cidadãos, enquanto pais e educadores.

É objetivo desta petição, como referiu a Sra. Relatora da comissão, que o consumo de bebidas alcoólicas possa passar de 16 para 18 anos como idade limite para aquisição de bebidas alcoólicas no arquipélago, em consentâneo com o que já é comum em alguns países da União Europeia. Estou a citar de forma sintética o objetivo da petição.

Sobre esta matéria naturalmente que o Parlamento reconhecerá que o PSD tem história.

Em 2008, nomeadamente em janeiro de 2008, o PSD apresentou a este Parlamento um Projeto de Resolução propondo um conjunto de medidas preventivas no que ao consumo de álcool diz respeito.

Designou esse Projeto de Resolução como ‘Medidas preventivas sobre o alcoolismo juvenil’ e lendo os relatórios de então percebe-se que por uma questão de semântica esta casa chumbou esse Projeto de Resolução, o Partido Socialista chumbou esse Projeto de Resolução, eliminando, ou colocando de parte, ou centrando-se na semântica das expressões utilizadas e não propriamente no seu conteúdo.

Em igual período, o PSD apresentou nesta casa um Projeto de Decreto Legislativo Regional que veio a ser aprovado por unanimidade, com exceção, apenas e só, da idade limite para o consumo e venda de bebidas alcoólicas.

O projeto do PSD de então, apresentado a esta casa, propunha que a data limite, a idade limite, para a disponibilização e consumo de bebidas alcoólicas fosse hoje 18 anos, entre um conjunto de outras propostas contidas nesse Projeto de Decreto Legislativo Regional e que há data fazia uma síntese de todas as medidas legislativas que então se encontravam de forma dispersa consignadas.

Esta casa aprovou por unanimidade este Projeto de Decreto Legislativo Regional, à exceção, dizia, da data limite, da idade limite, no que ao consumo e disponibilização de bebidas alcoólicas dizia respeito, propondo não a idade de 18 anos como idade limite para a venda e consumo, mas sim os 16 anos.

Numa perspetiva de consensualização da proposta que o PSD então apresentou, o PSD aceitou essa proposta de alteração e esse Projeto de

Decreto Legislativo Regional veio a ser aprovado nesta casa a 6 de maio de 2008, impondo como data, idade limite (peço desculpa o caráter iterativo deste meu erro que suscita ali os sorrisos da Sra. Secretária Regional) para o consumo e disponibilização de bebidas alcoólicas os 16 anos de idade.

Nessa altura, era essa a proposta do PSD e foi, como vos disse, aprovada nesta casa por unanimidade.

Nessa altura, esta casa não considerou a idade limite dos 18 anos como a idade adequada à proibição do consumo e disponibilização de bebidas alcoólicas.

Regozijamo-nos que passados estes anos, estamos em 2013, portanto, 5 anos após, quando o Sr. Secretário Regional, Dr. Luís Cabral, é chamado à comissão para se pronunciar sobre esta temática, manifesta o seu acordo relativamente à alteração da idade limite para o consumo e disponibilização de bebidas alcoólicas em espaços públicos, a jovens com idade limite de 18 anos. É uma evolução que nós registamos e esperamos que o Partido Socialista, que dá suporte a este Governo, suporte também esta mudança de posição relativamente àquilo que era o posicionamento do Partido Socialista e do Governo em 2008 para aquilo que espero que seja o posicionamento do Partido Socialista e deste Governo, consubstanciada nas declarações do Sr. Secretário Regional da Saúde, Dr. Luís Cabral, em 2013.

Uma última nota para vos transmitir, naturalmente a exemplo do que já anteriores Srs. Deputados fizeram, que as medidas punitivas não são apenas e só o único instrumento de regulação do consumo e de disponibilização de bebidas alcoólicas, nomeadamente a jovens e adolescentes.

Impõe-se aqui um conjunto de medidas preventivas, nas quais se inclui um relatório que o Governo Regional deveria apresentar a esta casa até dia 31 de março de cada ano, de modo a que a Assembleia Regional dele tivesse conhecimento e fosse publicado em 2.º série de *Jornal Oficial*. Isso está contido no articulado do artigo 10.º, do Decreto Legislativo Regional, aprovado nesta casa a 6 de maio de 2008, mas o Governo não cumpre. Se nós tivéssemos o conhecimento de forma pormenorizada daquilo que é a situação inspetiva, no que ao consumo e disponibilização de bebidas alcoólicas dizia respeito na Região, até podíamos ter conhecimento exato e pormenorizado das verbas decorrentes das aplicações das coimas e da forma como essas próprias coimas estavam a ser utilizadas relativamente às medidas de prevenção, que para além das punitivas, devem ser implementadas, porque com as receitas decorrentes dessas coimas (que nós desconhecemos, porque aquilo que conheço, Sras. e Srs. Deputados, que eu saiba, são poucos os relatórios apresentados a esta casa, sobre esta temática) nós podíamos ter uma ideia de como o valor dessas coimas poderia ser orientado precisamente para o estabelecimento de medidas de prevenção.

Naturalmente que as famílias também têm aqui um papel fundamental relativamente a esta temática. Os autarcas e os governantes, naturalmente. Os autarcas no que ao licenciamento dos espaços públicos de venda de bebidas alcoólicas diz respeito e ao prolongamento do seu próprio funcionamento.

O PSD congratula-se mais uma vez com a atitude cívica deste conjunto de peticionários, reafirma a preocupação que tem com esta temática, consubstanciada em propostas concretas, como quem alguém diria, no âmbito de um espírito construtivo de oposição apresentadas em maio de

2008 a esta casa e que há 5 anos já tínhamos razão, agora a nossa razão parece substancialmente reforçada.

Muito obrigado.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Diga isso à República!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraída Soares, tem a palavra.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar obviamente por felicitar todos os/as peticionário(a)s que trouxeram a esta casa uma chamada de atenção veemente e um pedido, no fundo, de medidas concretas em nome das crianças que consomem álcool nos Açores (e quando estamos a falar em crianças estamos a falar em crianças de 11, 12, 13 anos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nove!

A Oradora: ...9, 10, às vezes) que se apresentam aos nossos olhos, e aos olhos de uma comunidade, em estado de evidente abuso de álcool.

Saudando os peticionários sem dúvida nenhuma, queria começar por fazer uma confissão.

Em termos pessoais sinto-me impotente para responder à complexidade, à gravidade, à generalização, à abrangência e sobretudo à responsabilidade partilhada que tantas áreas do nosso tecido social têm no consumo e no abuso de álcool.

Portanto, é com dificuldade que decido, ou me sinto obrigada a decidir, relativamente a algumas propostas que constam do texto da petição, nomeadamente de carácter mais proibitivo e punitivo, e devo dizê-lo até relativamente à dicotomia 16 ou 18 anos como idade limite para se poder iniciar o consumo de álcool. Explico muito claramente por quê.

Se um jovem ou uma jovem de 16 anos pode casar, pode trabalhar, pode pagar impostos, é imputável, é difícil dizermos a este jovem ou a esta jovem, que pode ser mãe, que pode ser pai, que pode engravidar, que pode fazer uma interrupção da gravidez, que não pode consumir bebidas alcoólicas.

Sras. e Srs. Deputados, não estou a dizer que devem ou podem. Estou a partilhar convosco, com toda a humildade de que sou capaz, a minha incapacidade de decidir em consciência relativamente a esta matéria.

Queria também acrescentar outra coisa. Quando nós somos colocados entre a prevenção e formação, por um lado; a proibição e a punição, por outro; e a fiscalização que já agora também tem aqui um papel extremamente importante, diria que a resposta para estas 3 possibilidades é uma dose certa (dose certa já que estamos a falar de álcool) de qualquer uma das 3: prevenção e formação, fiscalização, proibição e punição.

Mas do meu ponto de vista isto não sossega a minha consciência. Explico por quê. Porque isto não resulta.

A prova de que não resulta é olharmos à nossa volta, para os nossos filhos, para as tribos que todos conhecemos, para os nossos jovens e ver como é que as coisas funcionam e a fiscalização, a prevenção e a punição não têm dado resultado. Pelo contrário!

São cada vez mais baixas as faixas etárias que manifestam claros indícios de abuso do álcool e são cada vez mais graves as consequências desse consumo, fatais até para os próprios e para outros que se cruzaram, infelizmente, no seu caminho.

O que é que eu quero dizer com isto?

Quero dizer que está tudo contra o desiderato que estes peticionários legitimamente nos fazem e nos propõem, que é criarmos uma solução para esta situação. Eu não a tenho, porque é assim: vamos aos mitos. Um

mito urbano, rural, dominante é um homem beber. Aliás, é um rito de passagem, da infância, da adolescência para a idade adulta. Cresce-se quando se bebe e cresce-se mais ainda quando se bebe muito e se aguenta muito vinho. Isto é um mito que faz parte da nossa cultura social e é muito difícil cortá-lo, é muito difícil fazer desaparecer a pressão social para o consumo social do vinho e de qualquer outro tipo de bebida alcoólica no estar, nas vernissages, nos convívios dos mais inocentes, até políticos (já agora, até no encontro político o álcool está presente).

Portanto, aquela coisa de que a melhor forma de resolver tudo é ensinar a beber com moderação...

Deputado Aníbal Pires (PCP): A Sra. Deputada está a ir longe de mais!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O que é uma vernissage, Sr. Deputado?

A Oradora: Posso continuar, Sr. Deputado, para acabar depressa e não ir mais longe?! Muito obrigada, Sr. Deputado.

(Risos da câmara)

A melhor forma provavelmente será ensinar a beber com moderação, mas se querem que vos diga uma coisa, Sras. e Srs. Deputados, não sei se isto se ensina, não sei se é possível ensinar com moderação.

É possível ensinar as consequências do abuso do consumo exagerado para os próprios, para outros, é possível prevenir de diferentes maneiras, imaginativa e pedagogicamente, agora não é possível obrigar ninguém a interiorizar aquilo que é transmitido e a beber com moderação.

Finalmente, deixem-me dizer uma coisa, há no meio de tudo isto (vou continuar a ser tão frontal como tenho sido até agora e verdadeira sobre esta matéria) uma imensa hipocrisia em tudo isto que nós estamos aqui a

dizer, porque quando nós vemos crianças a quem os pais e as mães, obedecendo a um desejo formulado pelos seus filhos ou pelas suas filhas, compram camisolas da seleção que têm escrito atrás ‘Sagres’ (e não está escrito em letra pequenina em lado nenhum cerveja sem álcool) Sagres para toda a gente é uma cerveja com álcool, não é sem álcool; ou quando nós sabemos que há eventos, como por exemplo, eventos universitários, queima das fitas e outras coisas que nunca se realizariam se as cervejeiras e os patrocinadores de álcool não os pagassem, nós estamos no campo da hipocrisia. Portanto, não podemos continuar a dizer que estamos muito preocupados (e estamos), que estamos muito escandalizados (e estamos), que queremos fazer alguma coisa (e seguramente queremos), mas há poderes, Sras. e Srs. Deputados, que ultrapassam este Parlamento e um deles é o da publicidade e dos patrocínios.

Não há 16, 18 anos, prevenção, punição, proibição que seja capaz de lutar contra este tipo de poderes.

Enquanto nós não formos capazes de dizer isto alto e pusermos o dedo aí sim com legislação punitiva e proibitiva para este tipo de publicidade, bem podemos pregar no deserto, porque esse poder é muito superior a nós e às consciências de quem bebe com moderação ou quem abusa daquilo que bebe.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As conclusões e o parecer que foram elaborados e aprovados por unanimidade na Comissão de Assuntos Sociais significam que é possível

consensualizar um plano de ação neste Parlamento em relação a esta temática.

Devo dizer que este assunto tem sido muito subvalorizado no âmbito da nossa sociedade. Nós temos que ter a consciência que o consumo excessivo de álcool é um problema da sociedade açoriana e é um problema grave.

Diz-me a Sra. Secretária e não só: “Claro e de muitos outros países”.

Não estou a fazer nenhum ataque político, nem estou, nesta matéria, a querer... Aliás, comecei logo a intervenção por apelar ao consenso, portanto, a Sra. Secretária aqui está a prestar um mau serviço ao Governo, porque está a apostar na quezília permanente,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A senhora não disse nada!

O Orador: ...na tentativa de provocar os Deputados. É completamente desfasada a sua intervenção, depois mete-se em problemas dos quais não consegue sair, Sra. Secretária.

Portanto, o que gostaria é que deixasse decorrer os trabalhos com normalidade, estamos numa petição, e que deixasse de ter uma postura provocatória, que respeitasse os Deputados nesta casa que estão a exprimir com seriedade sobre um problema sério e grave a sua opinião. Não lhe admito que transforme esta questão numa brincadeira.

Portanto, quero que fique bem claro que considero a sua atitude absolutamente negativa...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Mas que atitude?

O Orador: ...e inaceitável para um Membro do Governo e para quem se senta neste Parlamento. Absolutamente inaceitável.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Mas que atitude?

O Orador: Não brinque com esta situação.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão...

O Orador: Voltando a falar sobre a petição, quero aqui referenciar que foi possível encontrar um conjunto de medidas nas quais é possível alcançar um consenso. Quero referenciar três.

Primeiro, a questão da proibição, do aumento da idade mínima para o consumo de 16 para 18 anos.

Em relação a esta matéria o PPM está a favor.

Se outros grupos parlamentares entenderem tomar em conjunto a iniciativa de propor esta alteração legislativa, o PPM estará de acordo em integrar este conjunto de partidos que podem subscrever uma medida deste género.

Segunda questão, a questão da prevenção. É uma questão absolutamente essencial. Penso que nós não estamos a fazer tudo, quer os serviços sociais, quer as escolas, quer as famílias, quer cada um individualmente, não está a fazer tudo o que é possível no âmbito da prevenção.

Existe na sociedade açoriana (como bem dizia a Sra. Deputada Renata Botelho)...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Correia Botelho!

O Orador: ...um ambiente de aceitação em relação ao consumo de álcool, inclusivamente por parte dos menores. Há um ambiente em que é considerado uma prática normal. Há faixas sociais que aceitam este consumo e é necessário que, no âmbito da prevenção, se vá mais longe nesta matéria e que se tente sensibilizar as populações para as consequências bastante negativas do consumo excessivo de álcool por parte dos menores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O consumo!

O Orador: O consumo, evidentemente, o consumo de menores não deve ser realizado, mas o consumo excessivo por parte dos adultos também é

negativo e deve sensibilizar-se a população e a sociedade em relação a esta questão.

Fundamentalmente, considero que o assunto que o Bloco de Esquerda aqui traz, que é a questão da publicidade institucional, é um assunto da maior relevância. Nós não conseguimos resolver este problema se de facto também não adotarmos normas mais rígidas em relação à publicidade institucional a respeito do consumo de bebidas alcoólicas.

Estou absolutamente de acordo com a problemática que a Sra. Deputada aqui trouxe. Portanto, nestas matérias estamos de acordo.

Em relação ao resto dos pontos que foram elaborados pela Comissão de Assuntos Sociais também estou absolutamente de acordo. Vamos é, numa próxima oportunidade, tentar implementar, de forma célere e prática, todas estas medidas que aqui são propostas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP quer iniciar esta intervenção com uma saudação aos peticionários. É de facto uma matéria complexa e que necessita aprofundamento e também a adoção de medidas que, na opinião da Representação Parlamentar do PCP, se devem centrar (aliás, penso que todas as bancadas de alguma forma o disseram já) na formação e na prevenção do consumo.

É evidente que a proibição, seja aos 16, seja aos 18, ou aos 21, é importante, mas não é isso que inibe nem a aquisição, não é isso que inibe a venda e claro não é isso que inibe o consumo.

O consumo, ou melhor, o não consumo de bebidas alcoólicas pelos jovens, que não deve ser com certeza um consumo moderado, deve ser de

abstenção total, porque os malefícios do consumo do álcool precocemente são conhecidos, assim como são conhecidos os malefícios do consumo do álcool quando ele é feito de forma pouco moderada.

Agora, efetivamente não é através da proibição, nunca será através da proibição. Nós temos outros exemplos, de outras substâncias que são proibidas, que nem sequer são de acesso livre,...

Deputada Zuraída Soares (BE): O exemplo dos Estados Unidos!

O Orador: Exatamente.

...não têm acesso livre por parte de nenhum grupo etário, mas a verdade é que elas são transacionadas, essas substâncias são transacionadas, essas são consumidas.

Portanto, não é a proibição, ou melhor, não será só a proibição, nem a ênfase pode ser colocada na proibição da venda e do consumo das bebidas alcoólicas e situá-las num determinado nível etário. Não é por aí, também é, mas não é por aí. Será um indicador, eventualmente, mas não é por aí.

Aquilo que é necessário fazer, em nossa opinião, é de facto prevenção, é formação, tendo consciência (como aliás a Deputada Zuraída Soares aqui colocou) que é um problema muito complexo e que necessita de ter uma abordagem, com certeza, muito criativa, até porque o consumo de álcool é aceite culturalmente, designadamente por parte dos jovens, também há instituições (e não estou a falar em empresas, porque essas cumprem o seu papel) que promovem o consumo de álcool e, portanto, sabemos que esta é uma luta que temos de travar, mas que é uma luta muito difícil e muito complexa.

Por parte da Representação Parlamentar do PCP temos consciência que é fundamental que se articule a proibição, as penalizações, mas sobretudo

que se aposte em definitivo na formação e na prevenção do consumo desta substância, assim como se faz relativamente a outras substâncias.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está encerrado o ponto 4 da nossa Agenda. Vamos avançar para o ponto 5: **Petição n.º 3/X – “Contra o desmantelamento do Sistema Científico dos Açores”**, apresentada por Luís Silva, na qualidade de primeiro subscritor.

Tem a palavra a Sra. Relatora da Comissão dos Assuntos Sociais.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIACÃO DA PETIÇÃO Nº 3/X
“CONTRA O DESMANTELAMENTO DO SISTEMA CIENTÍFICO
DOS AÇORES”

CAPÍTULO I

Introdução

A 22 de fevereiro de 2013 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 3/X, intitulada “Contra o Desmantelamento do Sistema Científico dos Açores”, que reúne um total de 1034 (mil e trinta e quatro) assinaturas válidas, tendo como primeiro signatário o Dr. Luís Silva.

A referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer, por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, datado do mesmo dia.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

O direito de petição, previsto no artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189º a 193º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei nº 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos nºs 1 dos artigos 190º e 191º do Regimento, bem como do artigo 73º, nº 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 30/2012/A, de 21 de dezembro, as matérias relativas à Ciência, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO III

Apreciação da Petição

d) **ADMISSIBILIDADE**

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei nº 43/90) e regimentais (artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais, na sua reunião de 11 de Abril de 2013, na Delegação

da Assembleia Legislativa Regional da cidade de Ponta Delgada, procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 190º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

e) OBJETO DA PETIÇÃO

A presente petição tem como objeto a solicitação, quer ao Governo Regional, quer à Assembleia Legislativa Regional, de “orientações da política regional para a investigação científica, de modo a evitar o total desmantelamento de um sistema científico que a muito custo foi sendo criado nos últimos anos”.

Os signatários dizem não compreender “a proposta apresentada pelo Governo Regional dos Açores, nomeadamente pela Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura, a qual vai no sentido de desmantelar toda a estrutura de apoio à investigação científica existente na Região, no sentido de reduzir os financiamentos de forma muito significativa, e de cortar bolsas que foram anteriormente atribuídas de acordo com as regras estabelecidas pela Administração Regional.” Frisam igualmente não compreender “como é que pode estar a ser equacionado o corte cego de bolsas de formação avançada, considerando que os bolseiros assinaram contratos com a Administração Regional, os quais têm que ser cumpridos”.

f) DILIGÊNCIAS EFETUADAS

Na reunião de 11 de Abril de 2013, a Comissão de Assuntos Sociais decidiu, por unanimidade, efetuar as seguintes diligências:

- Audição dos petiçãoários, na pessoa do primeiro signatário, Dr. Luís Silva.
- Audição do Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (SRECC), Dr. Luiz Fagundes Duarte.
- Audição do Magnífico Reitor da Universidade dos Açores, Professor Doutor Jorge de Medeiros.
- Audição da Associação Académica da Universidade dos Açores, estudante Nuno Lopes.

6) AUDIÇÃO DO PRIMEIRO SUBSCRITOR, DR. LUÍS SILVA

O primeiro petiçãoário começou por referir que os investigadores estavam a desenvolver o seu trabalho quando começaram “a ser abalados” pelas notícias dos cortes das bolsas – que terão caído, pelas suas palavras, “como uma bomba” na comunidade dos bolseiros, alguns deles “com contratos assinados há muito pouco tempo”.

Considera que os bolseiros são “o elo mais fraco” na cadeia científica, contudo essenciais, porque trazem à investigação a frescura, os novos conhecimentos, e que, sem eles, não há investigação, uma vez que um docente poderá dedicar à investigação cerca de 50%, mas um bolseiro dedica 100%.

Afirmou que os petiçãoários acham essencial que exista (ou que continue a existir) uma estrutura de investigação sediada nos Açores (e não constituída por pessoas que cá venham apenas periodicamente). Ora, julgam que se revelará uma situação dramática se houver um corte abrupto numa estrutura que levou anos a criar, tendo crescido e estando atualmente muito bem credenciada regional, nacional e mesmo internacionalmente, com produções publicadas nas revistas mais prestigiadas.

Consideram que a investigação tem de ser global, e traz sempre retorno para os Açores, mesmo que não se dedique exclusivamente a temáticas de carácter regional. Adiantam igualmente que, no seu entender, não faz sentido separar a ciência da tecnologia, conforme está estabelecido na nova orgânica do Governo Regional.

Seguiu-se um período de esclarecimentos, que contou com as intervenções dos deputados Francisco Silva e Luís Maurício.

O deputado Francisco Silva referiu que tem seguido atentamente todo o processo e que importa, no seu entender, realçar 2 aspetos, a saber: a questão mais diretamente relacionada com os bolseiros (salientando que o SRECC terá tranquilizado os bolseiros, com exceção da situação da renovação das bolsas, no próximo ano); e a questão da importância da investigação, que julga essencial, e que tem padecido de grande instabilidade, devido ao desaparecimento da Direção Regional para a Ciência e Tecnologia, que mantinha uma relação muito estreita com os centros de investigação.

No sentido destas considerações, questionou o primeiro peticionário sobre se acha que os bolseiros se sentem tranquilizados com as declarações entretanto proferidas pelo SRECC, ao que o Dr. Luís Silva respondeu que não, que se mantêm muito inquietos, uma vez que se prevê que para o ano não haja lugar ao pagamento das propinas. No entender dos bolseiros, a questão não está resolvida nem lhes oferece tranquilidade.

O deputado Luís Maurício salientou a importância da investigação nos Açores, que considera credibilizar e projetar a Universidade dos Açores. Lembrou que a Comissão já ouviu o SRECC em audição,

relativamente a este tema, na sequência de um requerimento do PSD sobre o súbito cancelamento de um número considerável de bolsas. E repetiu o que então dissera, ou seja, que o maior problema é a gestão de expectativas, entre o que considera que ficara “combinado” anteriormente (antes das eleições) com os bolseiros, e o que veio a ocorrer depois. No entender do PSD, as condutas dos responsáveis políticos não podem ser alteradas pelos resultados eleitorais, pelo que questionou o primeiro peticionário sobre se era expectável, à data das eleições de outubro, que as propinas iriam ser pagas, e se houve ou não uma alteração desse posicionamento, por parte do responsável pela matéria, tendo o Dr. Luís Silva respondido que as expectativas dos investigadores foram goradas. Acrescentou que o maior problema se prende com os alunos de doutoramento, uma vez que os de pós-doutoramento não pagam propinas.

**7) AUDIÇÃO DO SR. SECRETÁRIO REGIONAL DA EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E CULTURA (SRECC), DR. LUIZ FAGUNDES DUARTE**

O SRECC disse considerar esta matéria já ultrapassada, uma vez que, no seu entender, ficou já publicamente esclarecida. Acrescentou que, quando se fala de investigação e de bolseiros, é necessário falar de qualidade, e que a Universidade dos Açores não é propriedade da Região, pelo que esta poderá fazer investigação nas áreas e nos moldes que entender, mas que isso deve ser distinguido da questão do financiamento por parte da Região. Assim, julga que a Região deve definir as áreas que considera importante apoiar – e que, naquele mesmo dia, tivera uma reunião para se definir uma política científica para a Universidade dos Açores, que resultará num documento estruturante para a atribuição de bolsas, onde constarão as áreas de estudo que deverão ser apoiadas pela Região. Disse julgar que, com legislação revista e devidamente

preparada, em conjunto com os cientistas, poder-se-á chegar a uma boa solução, que contemple critérios mais claros e permita à Região apoiar / financiar uma comunidade científica que produza verdadeiras mais-valias.

Referiu ainda que este ano são pagas as propinas, embora essa obrigação não esteja explícita no contrato.

Seguiu-se um período de período de pedidos de esclarecimento, no qual intervieram os deputados Francisco Silva, Cláudio Almeida e Judite Parreira.

O deputado Francisco Silva referiu que, no seu entender, o problema que terá presidido à petição se prendeu com um problema de comunicação, que deu azo a grande preocupação por parte dos bolseiros. Gostaria, pois, de saber como ocorrerão as renovações. O SRECC afirmou que, mal a notícia veio a público, teve uma reunião com os bolseiros (que julgava mais restrita, no polo de Ponta Delgada, mas que constatou depois ter sido alargada a Angra do Heroísmo e à Horta, onde os bolseiros se encontravam por videoconferência), onde quis deixar explícito que não estão em causa as bolsas, nem haveria lugar a corte de bolsas. Entende, contudo, que não deve ser a população, ou seja, o erário público, a pagar as propinas desses bolseiros. Acrescentou que, neste momento, existe a mesma discussão relativamente aos bolseiros da FCT, mas aí verifica-se mesmo o risco de não pagamento das bolsas, o que, ao nível das já contratualizadas, não acontecerá na Região.

O deputado Cláudio Almeida referiu já ter sido compreensível que não haverá corte nas bolsas, nem estão em causa os contratos já assinados, pelo que disse inferir que o pagamento das propinas foi “um bónus” dado

pelo Governo Regional de então. Ora, gostaria de saber porque foi dado esse “bónus” na altura, e agora cortado. O SRECC esclareceu que há bolseiros ao abrigo de dois despachos diferentes, sendo que ambos preveem que, para além da bolsa, pode haver um conjunto de outros benefícios (onde se inclui o pagamento das propinas), que, no contexto anterior, podiam ser disponibilizados. A situação, no entanto, alterou-se, e as circunstâncias atuais são outras.

A deputada Judite Parreira referiu que, de acordo com o primeiro peticionário, a vantagem que tinham, relativamente aos colegas do continente, era precisamente esse pagamento de propinas, que agora perdem. O SRECC teceu, na sequência da questão colocada, algumas considerações, nomeadamente o facto de uma bolsa não poder ser encarada como um vencimento (é antes um investimento que o estudante faz, bem como a própria Região).

8) AUDIÇÃO DO MAGNÍFICO REITOR DA UNIVERSIDADE DOS AÇORES, PROFESSOR DOUTOR JORGE DE MEDEIROS

O Magnífico Reitor foi ouvido pela Comissão Permanente de Assuntos Sociais a 10 de maio de 2013. Afirmou que, se a investigação deixasse de existir nos Açores, seria um enorme retrocesso. Referiu que há, neste momento, um atraso na concessão dos apoios, por não ter sido ainda publicado o diploma que procede à execução orçamental.

Em seguida, o deputado António Ventura (que assistiu a este ponto da reunião) disse que este ano as candidaturas continuam fechadas – ao contrário dos anos anteriores, em que já se encontravam abertas. Questionou o Magnífico Reitor sobre se acha que se trata realmente de

um atraso, e de que forma já está esse atraso a afetar a investigação nos Açores, ao que o Magnífico Reitor respondeu que, naturalmente, qualquer atraso tem consequências para a investigação e dificulta o sistema científico, esperando, pois, que a situação seja ultrapassada brevemente.

A deputada Catarina Moniz Furtado realçou que nunca foi anunciado qualquer desmantelamento, que o tema das bolsas foi já amplamente discutido, e que foi afirmado pelo SRECC, em sede de Comissão, que as bolsas protocoladas vão continuar. Realçou ainda que se tratou de um ano especial, uma vez que houve eleições em outubro e o Orçamento Regional foi aprovado mais tarde. Referiu que a conjuntura dos atrasos terá o mesmo impacto de outros atrasos (vindos do Ministério), sem as razões de calendário referidas (a nível regional). O Magnífico Reitor confirmou que, de facto, há uma série de outros apoios nacionais que estão também a conhecer atrasos, nomeadamente do Instituto para a Ciência e Tecnologia. Acrescentou que qualquer atraso na concessão de financiamento se revela prejudicial, embora compreenda que a transição de um Governo Regional para outro explique os atrasos regionais. Espera, contudo, que o assunto se resolva o mais rapidamente possível.

O deputado António Ventura referiu que, em 2009, e também depois de eleições regionais, as candidaturas abriram em fevereiro. Questionou o Magnífico Reitor sobre se houve alguma comunicação, por parte do GRA, acerca de eventual reestruturação das candidaturas, bem como sobre a verba alocada, e ainda sobre se há atrasos de pagamento no que concerne aos fundos comunitários. O Magnífico Reitor respondeu que a Universidade não foi contactada relativamente às datas de candidaturas, nem aos montantes. Quanto aos fundos comunitários, referiu que, se há

atraso na abertura do concurso, considera natural que também haja atraso na atribuição dos fundos. O deputado António Ventura questionou então, logo em seguida, se houve atrasos nos outros anos, tendo o Magnífico Reitor respondido que não.

O deputado Francisco Silva fez alusão a um anúncio do SRECC, de que às novas bolsas não seriam pagas as propinas e de que haveria uma mudança de paradigma (passando a não financiar investigação “pura”, mas sim aquela que possa trazer retorno para as empresas e economia regionais), questionando então o Magnífico Reitor sobre as consequências que isso terá para a Universidade, e se poderá condicionar a procura desses estudos avançados. O Magnífico Reitor mencionou que, como a grande maioria dos docentes da Universidade dos Açores já possui doutoramento, a aposta atual é que esses docentes aliem a docência à investigação, o que promove a abertura de mais cursos de doutoramento. Ora, qualquer incentivo concedido aos alunos, neste âmbito, é benéfico para a Universidade em geral, e qualquer atraso na concessão de apoios é prejudicial. Acrescentou que, no dia antes, estiveram reunidos com o Presidente do Governo Regional, estudando os novos quadros comunitários de apoio e os projetos multidisciplinares que poderão assumir maior interesse para a Região.

A deputada Catarina Moniz Furtado solicitou que a discussão se recentrasse na petição, perguntando ao Magnífico Reitor se considera que, de facto, há uma intenção de desmantelamento do sistema científico, por parte do Governo Regional, ao que o Reitor respondeu que, quando teve conhecimento da petição, contactou o SRECC, que lhe assegurou que as bolsas seriam para continuar, e que se aguardava o diploma que

procede à execução orçamental, pelo que, e embora considere que se os apoios não ocorrerem a Universidade estará perante uma situação grave, não usaria o termo “desmantelamento”.

9) AUDIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DA UNIVERSIDADE DOS AÇORES (AAUA), ESTUDANTE NUNO LOPES

O estudante Nuno Lopes solicitou a possibilidade de ler a sua intervenção, que abaixo se transcreve:

«A investigação efetuada através da Universidade dos Açores é de mérito reconhecido internacionalmente. Muitas foram as vezes que já vimos esse mesmo reconhecimento, por parte de outras entidades governamentais e não-governamentais, tanto a nível regional, nacional e internacional, sendo que também a própria sociedade Açoriana tem a noção da importância que a investigação tem para a projeção da Região, bem como para o usufruto da mesma.

Se tivermos em conta que a condição económica e financeira da Universidade dos Açores está de certa forma debilitada, e que também os investigadores e a investigação sofrem com essas adversidades, é indispensável que haja um apoio contínuo, por parte do Governo Regional dos Açores, para que o trabalho até aqui desenvolvido possa ter seguimento, e que não seja posto em causa o cessamento da investigação na Universidade dos Açores, um importante pilar desta instituição, e que é, sem dúvida, um estandarte da mesma.

Apesar de todas as dificuldades acumuladas nos últimos anos, a investigação na Universidade dos Açores continua a conseguir sobreviver e a desenvolver um trabalho meritório, invejando e captando atenções, mas não esquecendo que a sua vivência nestas condições estará sempre posta em causa e que a mesma poderá ter um encerramento prematuro

face a estes cortes nos apoios que têm vindo a ser prestados pelo Governo Regional dos Açores.

Cabe a nós salvaguardar os nossos interesses, e este é, sem dúvida, um interesse, quer do Governo Regional dos Açores, quer da Região Autónoma dos Açores, pois, se assim não fosse, não teriam sido concedidos estes apoios, não teria havido um incremento dos mesmos nos últimos anos, e este não seria um assunto a ser discutido em hasta pública, merecendo a atenção de todos os quadrantes da sociedade Açoriana.

Abandonar os projetos e as pessoas afetas aos mesmos é sentenciar parcialmente aquilo que é a génese da Universidade dos Açores, uma instituição que soube sempre aliar o ensino e a investigação, colocando assim a mesma numa situação mais debilitada do que a atual, porque as bolsas são efetivamente apoios indiretos à mesma, e não podemos esperar que tudo continue igual após esta fragmentação, nem muito menos esperar que haja uma homogénea ascensão do trabalho até agora em desenvolvimento, pois isto implicará o repensar de inúmeros assuntos. É também importante, caso a posição do Governo Regional dos Açores seja irredutível, que sejam encontradas outras formas de apoiar a investigação nos Açores, que haja um outro tipo de aliciamento para esta área e que este apoio não vá refletir na perda de qualidade do trabalho até agora desenvolvido.

Em nome da AAUA, espero que reflitam sobre o apresentado e sobre a relevância da questão, bem como o impacto que a mesma causará, a nível regional, nacional e internacional.»

Seguiu-se um breve período de considerações e esclarecimentos, no qual intervieram os deputados Cláudio Almeida, Catarina Moniz Furtado e Francisco Silva.

O deputado Cláudio Almeida quis frisar a sua concordância com as declarações da AAUA, que considera ter focado os pontos principais em questão nesta temática.

A deputada Catarina Moniz Furtado referiu que é necessário compreender (e faz votos de que a AAUA compreenda) a dimensão dos apoios concedidos pelo GRA, quer no apoio à tripolaridade, quer no apoio às bolsas. Realçou ainda o facto de os apoios dependerem também, em larga medida, do Ministério da Educação e da Ciência, e que é abusivo imputar todas as responsabilidades ao GRA. Disse ainda não perceber a que se refere o aluno quando fala em “posição irreduzível”, pois não há, como já terá ficado claro, qualquer intenção de desmantelar o sistema científico.

O deputado Francisco Silva pretendeu saber se os bolseiros terão contactado a AAUA no âmbito desta problemática, e se mantêm, entre si, uma relação estreita, ao que o aluno respondeu que contactam, e que ambos defendem que, se os alunos receberam bolsas até aqui, não faz sentido que estas agora cessem.

CAPÍTULO IV

Síntese das Posições dos Deputados

O **Grupo Parlamentar do PS** considera louvável a preocupação da sociedade civil e, neste particular, a comunidade científica, com as questões políticas que os afetam diretamente. Contudo nesta matéria específica, e tendo em conta que a mesma foi bastante escrutinada publicamente, considera o GPPS que os receios que fundamentaram a petição em apreço já foram esclarecidos e ficou demonstrado, pelas várias iniciativas elencadas neste mesmo relatório, que os receios iniciais são infundados. Ficou cabalmente esclarecido que o Governo não pretende dismantelar o sistema científico dos Açores, mas sim mantê-lo e incentivá-lo.

O **Grupo Parlamentar do PSD** considera que o apoio do Governo Regional ao Sistema Científico sofreu uma profunda alteração, gorando expectativas criadas antes das Eleições Regionais de 14 de Outubro de 2012, pelo que acha aceitável a preocupação dos peticionários.

O **Grupo Parlamentar do CDS-PP** valoriza a iniciativa dos peticionários, reconhecendo a instabilidade gerada em torno da questão da investigação científica nos Açores aquando da apresentação da petição. Considera o Grupo Parlamentar que a investigação científica é fundamental ao progresso da Região no médio e longo prazo, o que justifica um debate mais alargado sobre a situação atual e perspetivas futuras da investigação nos Açores.

A **Representação Parlamentar do PPM** considera que a situação descrita pelos peticionários foi criada pelas declarações ambíguas proferidas inicialmente pelo Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura a respeito da temática em análise. Em sede de Comissão estas declarações foram clarificadas, tendo o Secretário assegurado o cumprimento, por parte do Governo Regional, dos compromissos estabelecidos com os bolseiros. Tendo em conta a situação criada, a

Representação Parlamentar do PPM compromete-se a seguir de perto este processo.

CAPÍTULO V

Parecer

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão deliberou, por maioria, com os votos a favor do PS e abstenção com reserva para Plenários dos outros partidos com assento na Comissão, emitir o seguinte parecer:

- 1) Considerando que a presente petição foi subscrita por 1034 cidadãos, deverá a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 192º do respetivo Regimento;
- 2) O sistema científico da Região é, indubitavelmente, um polo de desenvolvimento da investigação e do pensamento nos Açores, no entanto, a Universidade dos Açores não é da responsabilidade do Governo Regional, ainda que deste conte com apoio substancial – nomeadamente, e no caso presente, através do pagamento de bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento;
- 3) O SRECC foi já ouvido em sede de Comissão, a este propósito, no âmbito de 3 iniciativas, nomeadamente em audição solicitada pelo PSD (Requerimento “sobre o súbito cancelamento de um número considerável de bolsas de investigação e formação avançada”), a propósito do Projeto de Resolução “Bolsas de Investigação Científica” (apresentado pelo BE) e no contexto da presente

petição, pelo que se considera que a situação dos bolseiros foi já esclarecida por diversas vezes;

- 4) Ao Governo Regional, e de acordo com os contratos já estabelecidos com os bolseiros, cumpre o pagamento da bolsa – que está integralmente assegurado;
- 5) Durante o presente ano, será ainda facultado aos bolseiros de doutoramento o pagamento das respetivas propinas;
- 6) O receio maior, veiculado pela presente petição, de que se assista ao “total desmantelamento de um sistema científico que a muito custo foi sendo criado nos últimos anos” terá ficado afastado, com as declarações do SRECC, em sede de Comissão, e com a garantia do pagamento das bolsas e demais apoios contratualizados;
- 7) Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, ao Magnífico Reitor e à Associação Académica da Universidade dos Açores, bem como ao Departamento Governamental com responsabilidade e competência na matéria em apreço.

Angra do Heroísmo, 14 de junho de 2013.

A Relatora, *Renata Correia Botelho*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Domingos Cunha*

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Relatora.

Estão abertas as inscrições para o debate.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta minha intervenção vem no sentido de felicitar os peticionários que neste caso rapidamente se agregaram numa altura em que sentiram, por uma via do que já hoje aqui debatemos bastante, mas que por mau entendido, ou por má comunicação, ou não esclarecimento se viram ameaçados e reagiram de imediato sob a forma de petição, que é um direito civil que lhes assiste.

No entanto, creio que o objeto da petição que ora estamos a apreciar já foi hoje amplamente debatido nesta casa e que os peticionários neste momento não têm que ter qualquer tipo de receio, qualquer inquietude, relativamente a esta matéria.

Não se tratava, como também já referi anteriormente, não se tratou, nem nunca esteve em causa o edifício científico, toda a construção logística e de polos que se criaram de forma a incentivar e a apoiar maior investigação científica na Região. Esteve sim em causa uma microquestão que foi empolada, que já se viu esclarecida e que julgo que totalmente assente, já que aprovámos nesta casa, por unanimidade, o Projeto de Resolução do mesmo teor, citado no relatório pela Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

Sendo assim, resta-nos felicitar de facto este assunto ficar hoje totalmente esclarecido, dois pontos ficarem totalmente esclarecidos e ficarem assim tratados e abordados, nesta casa, de uma assentada só.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para além de felicitar obviamente os peticionários e as peticionárias e a rapidez com que tentaram confrontar esta casa com um problema que se lhes deparou na altura e que também na altura parecia de resolução difícil ou quase impossível, penso que há muito pouco a acrescentar relativamente a esta matéria.

De facto, depois da discussão, do debate que tivemos com o Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, há contudo uma situação, na conclusão deste relatório, no parecer deste relatório, que não posso deixar passar em branco, nem que seja para dizer que agora, depois de termos votado o Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, este ponto, estou-me a referir ao ponto 5, já não poderá estar redigido tal como está.

Ponto 5 diz assim: “Durante o presente ano, será ainda facultado aos bolseiros de doutoramento o pagamento das respetivas propinas.”

Penso, posso estar enganada, Sras. e Srs. Deputados,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Este e próximos!

A Oradora: ...que depois da aprovação do Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda o que deve estar aqui é: “Para todos os bolseiros de doutoramento que têm já contratos estabelecidos, as propinas serão pagas este ano e durante os anos que a sua formação durar.”

Foi isto que entendi quando nós aprovámos aquele Projeto de Resolução e, portanto, quando o ponto 5, quando este ponto 5, deste parecer, diz: “Durante o presente ano [o presente ano é 2013], será ainda facultado aos bolseiros de doutoramento o pagamento das respetivas propinas”, não! Agora, a esta hora do nosso dia de trabalho, este ponto 5 terá que ser: “Durante os anos em que durar o projeto, o contrato assinado entre os bolseiros de doutoramento e o Governo Regional, as propinas serão pagas”.

Se não for assim, se não houver uma correção neste ponto 5, então nós temos que voltar ao princípio da discussão toda e não sei afinal o que é que nós aprovámos com o Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Apenas relembro que nesta fase não há lugar a esclarecimentos, nem a debate, portanto, não há hipótese de se esclarecer esta matéria.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voltamos ao assunto e voltamos ao assunto porque ele é demasiado sério. Não é um microproblema.

Um microproblema não suscitava a adesão, a subscrição de 1.034 cidadãos.

Esta será porventura das petições analisadas no nosso Parlamento das que mais subscrições teve e, portanto, quando um assunto é capaz de mobilizar mais de mil cidadãos é porque não se trata de um microproblema.

Trata-se de um problema sério, de um problema que teve alguma gravidade, que tem alguma gravidade enquanto não tivermos a garantia de que esses projetos de investigação que estão a decorrer, dos contratos que lhes estão subjacentes, que foram assinados, que vão ser cumpridos na íntegra e de facto estes cidadãos mobilizaram-se não por um *zum-zum*, não por uma questão levantada pela oposição, não por uma denúncia, não por um *fait divers* da oposição, mas por que houve um membro do Governo Regional, um Secretário Regional, que anunciou intenções diversas, diferentes, ou absolutamente opostas daquilo que eram as expetativas e os contratos firmados por esses investigadores.

No dia 30 de janeiro de 2013 a RDP/Açores noticiava: “O Governo Regional tenciona reduzir o número de bolsas atribuídas para investigação já a decorrer na Universidade dos Açores, adiantou hoje o Secretário da Educação e Formação, Luiz Fagundes Duarte.”

Curiosamente a RDP até subtraiu a Ciência este membro do Governo, e com alguma razão, porque quem assim age de facto é porque se demitiu de ser o Secretário da Ciência.

Mas continuava a notícia: “A Região assinou contratos com 77 bolseiros, 47 para doutoramento, 30 para pós doutoramento, no valor de 1 milhão, 280 mil euros.”

Agora, aqui a ponta do problema: mas a verba inscrita pelo executivo, não de proposta de Plano e Orçamento para este ano, é de 460 mil euros, isto é, inferior a um terço da verba necessária.

“Fagundes Duarte adiantou [estou a citar ainda a notícia] que as candidaturas estão a ser reavaliadas e admite reduzir para metade o número das bolsas.”

O Sr. Secretário já aqui neste plenário disse que nunca disse semelhante coisa. Oh Sr. Secretário, vou entregar na Mesa o *link* com a notícia da RDP,...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Não precisa! Eu tenho gravado! Não posso é esclarecer!

O Orador: ...onde inclui o som das suas declarações e elas foram estas.

“Os projetos [estou a citar] devem ser avaliados anualmente. Vamos proceder a uma avaliação [continuo com a dúvida, se antes eram ou não eram avaliados, porque se eram então o que é que traz de novidade?], vamos construir equipas de especialidade que vão proceder a uma avaliação de todos os bolseiros”.

Então não eram todos avaliados até aqui?

Presidente: Sr. Deputado, relembro que o Sr. Secretário não pode intervir nesta parte. Agradecia que evitasse fazer interpelações.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Por isso é que fala assim!

O Orador: Sei que ele não pode, mas isso não me impede de dirigir-me ao Sr. Secretário, nem de reproduzir o que ele disse, porque já aqui, neste plenário, Sra. Presidente, o Sr. Secretário disse exatamente aquilo que está em registo.

Presidente: Não posso deixar de lhe fazer este alerta.

O Orador: Portanto, esta matéria, é este desmantelamento, este desmantelamento contra o qual se juntaram 1.034 cidadãos em forma de petição, tem origem exatamente nestas declarações do Sr. Secretário. Não podemos fugir a elas e as declarações eram estas: “A verba disponível será atribuída a um determinado número [não era a todos, é a um determinado número], não estamos amarrados a contratos.”

A intenção do Governo Regional era de facto rasgar, mandar para o cesto dos papéis, os contratos que tinham sido assinados com esses bolseiros, com esses investigadores.

Adiantava o Secretário Regional: “O nosso único contrato é relacionado com a qualidade.”

Terminava o *rm*, quer dizer registo magnético, do Sr. Secretário: “A Região não vai investir em bolseiros automáticos, vai investir em bolseiros que produzam e garantam a realização de trabalho científico sério.”

Mais um juízo de valor sobre aqueles investigadores que tinham assinado contrato e que provavelmente, no seu entendimento, não deviam ser objeto do financiamento dos dinheiros públicos, apesar da tal avaliação,

se é que existia, porque se o senhor diz que se vai fazer, é porque ela não existia. Continuamos com essa dúvida.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Nunca seria aceite como bolsheiro!

O Orador: Continuamos também com esta dúvida, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relativamente ao ponto 5 deste relatório, porque o ponto 5 deste relatório, permita-me a expressão, é o rabinho de palha do PS que ficou de fora. Isto diz bem a intenção do Partido Socialista e do Governo Regional, que era apenas garantir o financiamento destes contratos assinados, destes contratos celebrados no corrente ano de 2013.

De facto, não foi um microproblema. Quando 1.034 cidadãos se juntaram, subscreveram, denunciaram e solicitaram a esta Assembleia que resolva um problema, não é um microproblema.

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): Oh, Sr. Deputado, pelo amor de Deus!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Ninguém está a ouvi-lo, nem a sua bancada!

O Orador: Continuamos sem garantia desses contratos serem todos cumpridos até ao seu último dia.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta saudação que é habitual fazer aos peticionários ganha nesta petição um valor acrescentado. E por quê?

Porque foi através da luta dos bolseiros, quer por este meio da petição, quer por outros meios que são conhecidos publicamente, que levou a que efetivamente o Governo Regional e o Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura tivessem recuado e hoje aqui se tivesse aprovado a petição que o Bloco de Esquerda nos trouxe aqui...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não foi petição! Foi um Projeto!

O Orador: ...o Projeto de Resolução que o Bloco de Esquerda nos trouxe aqui e que foi aprovado por unanimidade com o reconhecimento, por parte do Partido Socialista, que de facto alguma coisa estava mal em todo este processo.

Temos de realçar aqui e não posso deixar de o fazer que foi essa luta que levou a que o Governo Regional recuasse e isto comprova uma outra coisa, comprova o dito por não dito do Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, porque o Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, há pouco por escassez de tempo, mas também porque estava à espera da discussão desta petição, há poucos minutos atrás dizia aqui que nunca tinha afirmado que iria cortar nas bolsas, que iria rever o procedimento de atribuição de bolsas, etc., etc., como todos demos conta. Afinal de contas houve um problema, Sr. Secretário, houve um problema que mobilizou para esta petição de 1.034 cidadãos, houve um problema que levou os bolseiros a manifestarem-se na rua, houve de facto um problema e isso, Sr. Secretário, não pode ser escondido e não fica escondido por muito esforço que V. Exa. faça para dizer que não disse. Afinal de contas disse, surtiu efeito e mobilizou os cidadãos.

Portanto, esta petição tem o valor que é intrínseco à iniciativa popular, mas tem um valor acrescentado. É esse, o de ter com a luta, levado a que

o Governo Regional e o Partido Socialista tivessem arrepiado caminho e cumprissem aquilo que está estabelecido legalmente.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado pede a palavra para?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sra. Presidente, pedia-lhe o favor de dizer à câmara a data do relatório da petição do desmantelamento do sistema científico nos Açores e a data do relatório do Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda sobre as bolsas de investigação.

Obrigada.

Presidente: Vou informar a câmara.

A data do relatório é 14 de junho de 2013, do relatório da petição, e a data do relatório referente ao Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda é de 30 de agosto de 2013.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Obrigada. Um mês e meio de diferença!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, uma interpelação à Mesa.

Presidente: Sr. Deputado.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, pode informar a câmara de quando é que foi a data de entrada da petição e quando é que foi a data de entrada da iniciativa do Bloco.

Presidente: Sr. Deputado, não disponho dessa informação comigo, neste momento. Posso depois é distribuí-la.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): 20 e 22!

Deputado Aníbal Pires (PCP): De?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): 20 e 22 de fevereiro!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estamos esclarecidos?

Presidente: Agradeço os vossos esclarecimentos. 20 e 22 de fevereiro.

Penso que estamos em condições de continuar.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP regista com agrado e associa-se à preocupação registada pela sociedade civil, em geral, e a comunidade científica, em particular, no que se refere ao futuro do sistema científico regional, muito em particular das questões políticas que aqui são discutidas e que interferem e determinam o que irá acontecer ao sistema científico regional.

Na realidade, o atual executivo tem dado alguns sinais, na nossa opinião, preocupantes no que se refere à minimização da importância da ciência para o desenvolvimento da Região e é exemplo disso a extinção da Secretaria Regional da Ciência e Tecnologia, que foi substituída por um mero Fundo Regional para a Ciência.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Não é, não! Sra. Deputada, não é!

A Oradora: Portanto, não podemos deixar de registar aqui a nossa apreensão e ficamos expetantes sobre a possibilidade do desmoronamento do sistema científico, que todos nós sabemos que custou imenso tempo,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E tem toda a razão para estar preocupada, Sra. Deputada!

A Oradora: ...investimento, empenhamento e dinheiro à Região para chegarmos onde estamos hoje.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mantenho a posição que expressei sobre este assunto em sede de comissão parlamentar.

Na altura o que eu disse foi que: “ A Representação Parlamentar do PPM considera que a situação descrita pelos peticionários foi criada pelas declarações ambíguas proferidas inicialmente pelo Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura a respeito da temática em análise.”

Na nossa perspetiva foram essas declarações à comunicação social que despoletaram um problema e uma preocupação e que fizeram com que estes peticionários reagissem e tivessem esta intervenção junto do Parlamento.

Devo dizer que em relação a esta matéria está praticamente tudo dito em relação às responsabilidades, à forma como o processo foi conduzido inicialmente e à forma como este Parlamento resolveu a questão.

Este Parlamento votou, esta tarde, por unanimidade, um Projeto de Resolução que garante, que vai de encontro, aquelas que são as aspirações defendidas por estes peticionários.

Penso que nessa medida é importante transmitir aos peticionários que, através do Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, a situação se encontra resolvida.

Devo dizer também, e assinalar, que a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda tem toda a razão quando diz que este ponto número 5 de facto

está muito aquém daquela que acabou por ser a solução adotada e não defendia de facto aqueles que são os interesses e a petição do conjunto de bolseiros e de cidadãos que se associaram a esta petição.

Devo dizer, para terminar, que considero que o resultado concreto desta petição não podia ser melhor.

Vários partidos políticos contribuíram, desde logo o Bloco de Esquerda que teve a iniciativa do Projeto de Resolução, de apresentar o Projeto de Resolução, dos outros partidos políticos que apoiaram esse Projeto de Resolução desde a primeira hora, votando a urgência, votando favoravelmente a urgência, e também devo dizer que, em relação a esta matéria, a atitude do Partido Socialista e do Governo significou um claro recuo nesta matéria. É evidente! É um claro recuo, mas acaba, na minha perspetiva, por ser uma vitória da democracia e do bom senso e nesse sentido a atitude do Partido Socialista, no sentido de regressar a uma posição de bom senso e de defesa do interesse comum, é de facto também de registar.

Portanto, em relação a esta petição, este Parlamento deu uma resposta positiva e se muitas vezes, em relação à resolução de questões concretas, se acusa o Parlamento de depois não apresentar soluções concretas, em relação a esta matéria não há nenhuma dúvida. O problema ficou resolvido esta tarde com o Projeto de Resolução que foi aprovado por unanimidade por este Parlamento.

Questão resolvida, problema resolvido e com certeza os peticionários estarão contentes, satisfeitos, por a sua iniciativa cívica ter tido um resultado 100% positivo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Terminámos assim o ponto 5 da nossa Agenda e também o nosso dia de trabalho.

Uma boa noite a todos. Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 20 horas e 03 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

José Manuel Gregório de **Ávila**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Luís Carlos Martins **Maciel**

Documentos entrados

1 – Proposta de Lei:

Assunto: Estabelece um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de

cálculo da compensação aplicável aos contratos objeto dessa renovação –
nº 168/XII– nº 56/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 08– 05

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 0 8– 26.

2 – Projeto de Decreto Regulamentar:

Assunto: Procede à terceira alteração ao Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, que regula o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social - MAESS - Reg. DR 297/2013 – nº 59

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 08– 12

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 0 8– 19.

3 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 81/2009, de 2 de abril, que estabelece as regras e princípios de organização dos serviços e funções de natureza operativa de saúde pública, sedeados a nível nacional, regional e local - MS - (Reg. DL. 279/2013) - n.º 54/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 07– 12

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 0 7– 24;

Assunto: Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de abril, que estabelece as regras de designação, competência e funcionamento das entidades que exercem o poder de autoridade de saúde - MS (Reg. DL 280/2013) - n.º 55/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 07– 12

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 0 7– 24;

Assunto: Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) n.º 305/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2011, que estabelece condições harmonizadas para a comercialização dos produtos de construção e que revoga a Diretiva n.º 89/106/CEE do Conselho, de 21 de dezembro de 1988 - MEE - (Reg. DL 282/2013). - n.º 57/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 07– 12

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 0 8– 05;

Assunto: Aprova a orgânica da Agência para o Desenvolvimento e a Coesão, I.P." - PCM - (Reg. DL 312/2013). – n.º 58/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 08– 06

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2013 – 0 8– 16;

Assunto: Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 108/2010, de 13 de outubro, que define o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020, transpondo a Diretiva n.º 2008/56/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho - MAM - Reg. DL 307/2013 – n.º 61/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 08– 12

Comissão: Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 09– 02;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 80/2008, que define o modelo de governação do Programa Operacional Pesca 2007-2013, designado por PROMAR - Reg. DL 310/2013 – n.º 62/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 08– 12

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 09– 02;

1

Assunto: Estabelece as condições de concessão de empréstimos pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., ao abrigo de acordos de colaboração no âmbito do PROHABITA - Programa de financiamento para acesso à habitação, quando verbas a utilizar para o efeito sejam provenientes do Banco Europeu de Investimento - MAOTE - (Reg. DL 216/2013) – n.º 63/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 08– 21

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2013 – 0 8– 28.

4 – Projeto de Proposta de Lei:

Assunto: Projeto de Proposta de Lei que procede à segunda alteração à Lei n.º 68/93, de 4 de setembro, que aprova a lei dos baldios - MAMAOT - (Reg. PL 251/2013). - n.º 56/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 07– 12

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 0 8– 05;

Assunto: Procede à quinta alteração à Lei n.º 14/87, de 29 de abril, transpondo a Diretiva n.º 2013/1/UE do Conselho, de 20 de dezembro de 2012, que altera a Diretiva n.º 93/109/CE do Conselho, de 6 de dezembro de 1993, no que se refere a alguns aspetos do sistema de elegibilidade nas eleições para O Parlamento Europeu dos cidadãos da União residentes num Estado membro de que não tenham a nacionalidade - MAI - Reg PL 306/2013. - n.º 60/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 08– 12

Comissão: Comissão Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 09– 02.

5 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas da Região Autónoma dos Açores- n.º 14/X](#)

Autor: CDS/PP

Entrada: 2013 – 07– 10

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 08 – 29;

Assunto: [Alteração do Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2012/A, de 30 de Maio - n.º 15/X](#)

Autor: PPM

Entrada: 2013 – 07– 25

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 08 – 25;

Assunto: [Proposta de substituição do Projeto de Decreto Legislativo Regional – Alteração do Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2012/A, de 30 de Maio - n.º 15/X](#)

Autor: PPM

Entrada: 2013 – 07– 29

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 08 – 25.

6 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Estabelece o Regime Jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores – FUNDOPESCA – n.º 19/2013](#)

Autor: Governo

Entrada: 2013 – 07– 30

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 08 – 30;

Assunto: [Alteração ao Orçamento da RAA para o ano de 2013](#)

Autor: Governo

Entrada: 2013 – 08– 08

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 08– 29.

7 – Proposta de Resolução:

Assunto: [Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2014 – nº 5/X](#)

Autor: ALRAA

Entrada: 2013 – 08– 14

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 08 – 29.

8 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que proceda a um levantamento e delimitação sistemáticos da titularidade, responsabilidade e competência das diversas entidades envolvidas na gestão, proteção, manutenção e ordenamento das zonas costeiras e de falésia da Região Autónoma dos Açores – nº 41/X](#)

Autor: PCP

Entrada: 2013 – 08– 01

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 09 – 02.

9 – Petições:

Assunto: [Contra o Plano de Reestruturação da Saúde para a Região Autónoma dos Açores – n.º 12/X](#)

Autor: Carlos Fernando Mimoso Vouzela

Entrada: 2013 – 07– 23

Comissão: Assuntos Sociais.

10 – Requerimentos:

Assunto: [Alegadas irregularidades na "Transmaçor", empresa, com capitais públicos da Região](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2013.07.11

Referência: 54.06.00 – N.º 131/X;

Assunto: [Empreitada de construção do Centro de Artes Contemporâneas](#)

Autores: António Martinho, Cláudio Almeida e Humberto Melo, Joaquim Machado, Jorge Macedo, José Andrade, Luís Maurício e Renato Cordeiro (PSD)

Data de Entrada: 2013.07.11

Referência: 54.03.02 – N.º 132/X;

Assunto: [Reestruturação dos financiamentos bancários da Saudaçor](#)

Autores: António Marinho e Luís Maurício (PSD)

Data de Entrada: 2013.07.11

Referência: 54.03.00 – N.º 133/X;

Assunto: [Atos inspetivos dos Planos de Atividades da Inspeção Administrativa Regional](#)

Autores: António Marinho e Joaquim Machado (PSD)

Data de Entrada: 2013.07.15

Referência: 54.03.00 – N.º 134/X;

Assunto: [Medidas preventivas à escassez de alimento devido às condições climáticas](#)

Autores: Duarte Freitas, António Ventura, Renato Cordeiro e Bruno Melo (PSD)

Data de Entrada: 2013.07.16

Referência: 54.03.00 – N.º 135/X;

Assunto: [Funcionamento do Gabinete de Apoio à Comunicação Social \(GACS\) do Governo Regional dos Açores](#)

Autores: José Andrade, Luís Garcia, Luís Rendeiro e Joaquim Machado (PSD)

Data de Entrada: 2013.07.30

Referência: 54.03.00 – N.º 136X;

Assunto: [Responsabilização do projetista na obra de requalificação das Termas do Carapacho e da Ferraria](#)

Autores: João Costa, Valdemiro Vasconcelos, Luís Maurício e Jorge Macedo PSD

Data de Entrada: 2013.07.31

Referência: 54.03.00 – N.º 137X;

Assunto: [Agenda para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial](#)

Autor: António Marinho (PSD)

Data de Entrada: 2013.08.07

Referência: 54.01.00 – N.º 138X;

Assunto: [Descoordenação da Proteção Civil no Socorro aos Cidadãos](#)

Autores: Luís Silveira, Artur Lima e Nuno Melo Alves, (CDS/PP)

Data de Entrada: 2013.08.07

Referência: 54.01.05 – N.º 139X;

Assunto: [Serviços de emergência médica na ilha de S. Jorge](#)

Autor: António Pedroso (PSD)

Data de Entrada: 2013.08.09

Referência: 54.03.05 – N.º 140X;

Assunto: [Fim da ligação marítima de mercadorias direta entre o continente e a ilha Terceira](#)

Autores: Nuno Melo Alves, Artur Lima e Luís Silveira (CDS/PP)

Data de Entrada: 2013.08.13

Referência: 54.01.03 – N.º 141X;

Assunto: [Mudança de localização do projeto ISOPOR](#)

Autores: António Marinho, António Ventura, Luís Garcia e Bruno Melo (PSD)

Data de Entrada: 2013.08.14

Referência: 54.03.00 – N.º 142X;

Assunto: [Atrasos do Governo Regional no pagamento de apoios aos Bombeiros](#)

Autor: Joaquim Machado (PSD)

Data de Entrada: 2013.08.22

Referência: 54.03.00 – N.º 143X;

Assunto: [Apoios às Filarmónicas dos Açores](#)

Autores: José Andrade, António Ventura, Judite Parreira, Luís Garcia e Cláudio Lopes (PSD)

Data de Entrada: 2013.08.27

Referência: 54.03.00 – N.º 144X;

Assunto: [Instalação Rede Fibra Ótica Ilha Graciosa](#)

Autores: Valdemiro Vasconcelos e João Bruto da Costa (PSD)

Data de Entrada: 2013.08.28

Referência: 54.03.04 – N.º 145X.

11 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Reposição do Areal da Praia da Graciosa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013.07.16

Referência: 54.03.04 – N.º 113/X;

Assunto: [Registo da Incidência da Doença Mental nos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013.07.16

Referência: 54.06.04 – N.º 123/X;

Assunto: [Termas do Carapacho](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013.07.16

Referência: 54.04.04 – N.º 124/X;

Assunto: [Frota das Aeronaves da Sata Internacional](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013.07.16

Referência: 54.04.00 – N.º 127/X;

Assunto: [Avaria no avião Dash Q 200 da Sata Air Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013.07.16

Referência: 54.04.01 – N.º 129/X;

Assunto: [Encerramento do Hotel Horta](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013.07.18

Referência: 54.03.00 – N.º 115/X;

Assunto: [Pagamento de subsídio de férias a todos os trabalhadores da Administração Pública e do Setor Público Empresarial da RAA](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013.07.19

Referência: 54.06.00 – N.º 117/X.

12 – Comunicações/Informações:

Assunto: EWS file on e-invoicing in public procurement

Proveniência: Subsidiarity Team

Data de Entrada: 2013.07.03;

1

Assunto: Ofício a comunicar a admissibilidade - “Sétima alteração à Lei Eleitoral para a ALRAA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, alterado pelas Leis n.ºs 28/82, de 15 de novembro, e n.º 72/93 de 30 de novembro, e Leis Orgânicas n.º 2/2000, de 14 de julho. n.º 2/2001, de 25 de agosto, n.º 5/2006, de 31 de agosto, e 2/2012, de 14 de Junho”. - n.º 164/XII

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2013.07.16;

Assunto: Ofício a comunicar a suspensão temporária do mandato da Deputada Bárbara Chaves, por um período de 10 dias, por motivo previsto na alínea s) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados, essa será preenchida pelo candidato Domingos Manuel da Fonseca Barbosa. Mais informa que o candidato Domingos Manuel da Fonseca Barbosa já tem os poderes verificados.

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2013.07.19;

Assunto: Ofício a comunicar que a Resolução sobre o "Acordo de Comércio Livre com a Tailândia", foi recebido e transmitido ao Gabinete

de Estado e dos Negócios Estrangeiros e ao Gabinete do Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional

Proveniência: Pel'Ó Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro, Elsa Francisco

Data de Entrada: 2013.07.30;

Assunto: Ofício a comunicar a receção da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 16/2013 – “Frente comum em defesa da Universidade dos Açores”, e manifestando o agrado dos conselheiros pelo interesse e empenho que o Parlamento teve para com a Universidade dos Açores

Proveniência: O Presidente do Conselho Geral da Universidade dos Açores

Data de Entrada: 2013.07.30;

Assunto: Iniciativas Europeias / Resposta da Comissão Europeia

Proveniência: O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República

Data de Entrada: 2013.07.30;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 7 - Regime jurídico aplicável às novas substâncias psicoativas

Proveniência: O Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2013.08.01;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 10 - Segunda Alteração ao Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário

Proveniência: O Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2013.08.12;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 11 – Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário

Proveniência: O Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2013.08.12;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 12 – Terceira alteração ao regime de criação, Autonomia e Gestão das Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A. De 16 de Junho, alterado e republicado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 35/2006/A e 17/2010/A, respetivamente, de 6 de Setembro e de 13 de abril

Proveniência: O Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2013.08.12;

Assunto: Ofício a acusar a receção do Voto de Congratulação – 150.º Aniversário da Sociedade Filarmónica Fundação Brasileira dos Mosteiros, aprovado por esta Assembleia

Proveniência: O Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara de Ponta Delgada, Carlos Brilhante

Data de Entrada: 2013.08.01;

Assunto: Ofício ao abrigo do disposto no artigo 185.º do Regimento a solicitar agendamento de um debate de urgência sobre a crise do sistema educativo regional: causas e soluções

Proveniência: O Deputado do PPM, Paulo Estêvão

Data de entrada: 2013.08.26;

Assunto: Ofício a comunicar a suspensão do debate de urgência sobre a crise do sistema educativo regional: causas e soluções, para a próxima reunião plenária

Proveniência: O Deputado do PPM, Paulo Estêvão

Data de entrada: 2013.08.30

Assunto: Ofício a comunicar a suspensão do mandato/substituição temporária por motivo relevante, no período compreendido entre 1 a 16 de setembro de 2013 inclusive, perfazendo assim um total de 16 dias

Proveniência: O Deputado José António Vieira Contente

Data de entrada: 2013.08.28;

Assunto: Ofício a comunicar que na sequência da suspensão de mandato do Deputado José António Vieira da Silva Contente, por um período de 16 dias, com fundamento legal previsto na alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados da ALRAA, vem comunicar que essa vaga será preenchida, com efeitos a 1 de Setembro de 2013 pela candidata

Cecília do Rosário Farias Pavão. Mais informa que a candidata não tem os poderes verificados

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto Messias

Data de entrada: 2013.08.28;

Assunto: Ofício a comunicar que, o motivo que a impedia de exercer o cargo de deputado deixou de ser relevante, pelo que deixa de estar impedida para o exercício do cargo. Mais informa que assume o cargo a partir do dia 1 de Setembro de 2013

Proveniência: A Deputada Graça Silveira

Data de entrada: 2013.08.28;

Assunto: Ofício a comunicar que na sequência do pedido de substituição do Senhor Deputado Nuno Melo Alves, iniciará as suas funções de Deputada no dia 1 de setembro de 2013 a Senhora Deputada Graça Silveira, em virtude do motivo que a impedia de exercer o seu cargo de Deputada ter deixado de ser relevante

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de entrada: 2013.08.29.

13 – Relatórios:

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.08.30;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 20/X – Alteração ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2013](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.08.21;

Assunto: [Proposta de Lei nº 168/XII – “Estabelece um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objeto dessa renovação”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.08.26;

Assunto: [Proposta de Resolução nº 5/X – Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2014.](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.08.29;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 18/X – define a forma de registo de tempos de trabalho e as condições de publicidade de horário de trabalho dos trabalhadores afetos à exploração de veículos automóveis que circulem exclusivamente na Região Autónoma dos Açores.](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013.08.29;

Assunto: [Proposta de Lei 158/XII - Estabelece o regime aplicável aos grafitos, afixações, picotagem e outras formas de alteração, ainda que temporária, das características originais de superfícies exteriores de edifícios, pavimentos, passeios, muros e outras infraestruturas – n.º 55/X](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013.07.17;

Assunto: [Projeto de Proposta de Lei que estabelece o novo Regime do Arrendamento Apoiado para Habitação - PCM - \(MAMAOT\) - \(Reg. PL 249/2013\) – n.º 52/X](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013.07.17;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que "Aprova a orgânica da Agência para o Desenvolvimento e a Coesão, I.P." - PCM - \(Reg. DL 312/2013\)](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013.08.16;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 20/X – Alteração ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2013](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013.08.20;

Assunto: [Projeto de decreto-lei que estabelece as condições de concessão de empréstimos pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. ao abrigo de acordos de colaboração no âmbito do PROHABITA – Programa de Financiamento para acesso à Habitação, quando as verbas a](#)

utilizar para o efeito sejam provenientes do Banco Europeu de Investimento

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2013.08.29;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 81/2009, de 2 de abril, que estabelece as regras e princípios de organização dos serviços e funções de natureza operativa de saúde pública, sedeados a nível nacional, regional e local – MS – (Reg. DL 279/2013).

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.07.23;

Assunto: Apreciação da Petição nº 24/2012 – Pelo urgente equipamento e entrada em funcionamento de uma unidade de radioterapia no novo Hospital da Ilha Terceira

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.07.24;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de abril, que estabelece as regras de designação, competência e funcionamento das entidades que exercem o poder de autoridade de saúde – MS – (Reg. DL 280/2013)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.07.23;

Assunto: [Parecer sectorial da sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 20/X - Alteração ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2013.](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.08.16;

Assunto: [Projeto de Decreto Regulamentar que procede à terceira alteração ao Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, que regula o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social - MAESS - Reg. DR 297/2013.](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.08.16;

Assunto: [Petição n.º 2/X – Por uma nova Política para com os animais de companhia](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.08.21;

Assunto: [Audição do Secretário Regional da Saúde, solicitada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata “Sobre as alterações introduzidas no programa de manutenção opiácea em baixo limiar”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.08.21;

Assunto: [Apreciação da Petição n.º 7/X “À Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para que tome as medidas necessárias para que no Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira haja pelo menos mais um médico oncologista”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013.08.21;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento \(UE\) n.º 305/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2001, que estabelece condições harmonizadas para a comercialização dos produtos de construção e que revoga a Diretiva n.º 89/106/CEE do Conselho, de 21 de dezembro de 1988 – MEE – \(Reg. DL 282/2013\).](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2013.08.05;

Assunto: [Projeto de proposta de lei que procede à segunda alteração à Lei n.º 68/93, de 4 de setembro, que aprova a lei dos baldios – MAMAOT – \(Reg. DL 251/2013\).](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2013.08.06;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Relatório Final sobre Alteração ao Orçamento da RAA para o ano de 2013”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013.08.30;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Relatório Sectorial sobre a Alteração ao Orçamento da RAA para 2013”](#).

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013.08.30.

14 – Diários:

Estão presentes os Diários n.º s 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32, nesta Sessão Plenária, bem como as Separatas n.º s 8, 9, 10, 11, 12 e 13/X.

A redatora, Ana Sofia Pereira da Silva Machado

